

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FÁBIO AFONSO FRIZZO DE MORAES LIMA

BAIXA NÚBIA COMO INFRA-ESTRUTURA PARA A CONSTRUÇÃO DA POTÊNCIA  
HEGEMÔNICA EGÍPCIA NA XVIIIª DINASTIA (1550-1323 a.C.)

NITERÓI  
2010

FÁBIO AFONSO FRIZZO DE MORAES LIMA

BAIXA NÚBIA COMO INFRA-ESTRUTURA PARA A CONSTRUÇÃO DA POTÊNCIA  
HEGEMÔNICA EGÍPCIA NA XVIIIª DINASTIA (1550-1323 a.C.)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Ciro Flamarion Santana Cardoso

Niterói  
2010

F921 Frizzo, Fábio.

A Baixa Núbia como infra-estrutura para construção da potência  
hegemônica egípcia na XVIIIª Dinastia (1550-1323 a.C.) / Fábio  
Frizzo. – 2010.

155 f. ; il.

Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História,  
2010.

Bibliografia: f. 144-152.

1. Egito - História antiga. 2. Imperialismo. 3. Hegemonia. 4.  
Economia. I. Cardoso, Ciro Flamarion Santana. II. Universidade  
Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III.  
Título.

FÁBIO AFONSO FRIZZO DE MORAES LIMA

BAIXA NÚBIA COMO INFRA-ESTRUTURA PARA A CONSTRUÇÃO DA POTÊNCIA  
HEGEMÔNICA EGÍPCIA NA XVIIIª DINASTIA (1550-1323 a.C.)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal Fluminense,  
como requisito parcial para obtenção do título de  
mestre. Área de concentração: História social.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Ciro Flamarion Santana Cardoso – Orientador  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Marcelo A. Rede  
Universidade de São Paulo

Niterói  
2010

*Àqueles que, mesmo na Antiguidade ou no Medievo, ousam resistir: ao amigo Ciro Cardoso e à macacada do NIEP-MARX Pré-Capitalista.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe por todo o carinho a mim dispensado nestes dois anos. Não há, sem qualquer sombra de dúvida, pessoa que goste mais de mim nesse mundo. Obrigado também ao meu pai, por agüentar a bagunça em casa; meu irmão Marcelo e minha cunhada Elaina, por todo interesse e pelo apoio irrestrito. Mesmo que distantes, meus avós, tios e tias gaúchos sempre estiveram torcendo por mim e aceitaram a desculpa da dissertação para minha ausência.

Qualquer manifestação de amor ou gratidão à Camila seria insuficiente para reciprocitar toda sua entrega, auxílio e compreensão. Ao suportar todas minhas manias e defeitos em troca das poucas qualidades ela se definiu como companheira no sentido mais estrito do termo.

Ao Ciro, que foi muito menos professor ou orientador do que verdadeiro amigo nesses últimos sete anos de encontros quase semanais, devo não só agradecer, mas me desculpar publicamente pela minha incrível irresponsabilidade e pelo meu poder sobre-humano de quebrar prazos.

Considerando todo trabalho como social, este aqui seria completamente impossível sem as críticas e sugestões da macacada do NIEP-MARX Pré-Capitalista, que sempre esteve disposta a discutir minhas dúvidas, fazendo o mundo acadêmico bem menos solitário. Não posso assegurar se alguma das idéias aqui expostas não é de um deles. Renato, que continua concorrendo ao prêmio de melhor pessoa do mundo; Melo “Mais Novo”, com seu irreparável sofismo; Arthur, responsável pelos constantes golpes; Tomazine, atrapalhado sempre pelo trabalho; João, mais ausente de todos; e Zé, que se mostrou um grande bucaneiro na pirataria e amigo, ajudando até as horas finais da dissertação. Paulo e Mário merecem agradecimentos separados.

Sem o Paulo “Menino Bruno” este trabalho não seria possível! Nenhuma gratidão responde à sua incansável amizade e prestatividade, sem a qual eu não teria acesso a nem 10% dos artigos de periódicos desta bibliografia. Como se não bastasse, ainda é um ótimo confidente e conselheiro. O queridão Mário Jorge não deixou de ser um exemplo de professor e amigo. Obrigado a ele por todo o zelo, todos os conselhos e todas as piadas. Como se não bastasse, ainda se dispôs a pesquisar pra mim na Espanha e a participar das bancas de qualificação e defesa, estabelecendo um dom de dívida eterna.

Juliana também merece crédito por parte deste trabalho, para o qual dedicou alguns meses de seu esforço intelectual e alguns anos de amizade. Ivan e, principalmente, Marco foram amigos o suficiente para ter a paciência de me ouvir no CEMARX e fazer comentários valiosíssimos para a pesquisa.

Guilherme talvez tenha sido o amigo mais presente nestes dois anos, que ele deixou muito mais agradáveis com sua disposição quase incansável de beber e me escutar. Maria Thereza, amiga querida e companheira de aventuras egiptológicas, esteve distante fisicamente, mas foi indispensável até o último momento.

Marcelo Badaró trouxe pra mim de Madrid um compêndio de fontes, mas também integra a seguinte lista de amigos que proporcionaram momentos de diversão imprescindíveis: Layanna, Waltinho, Hugo, Giovanna, Cecília e, especialmente, Juceli (mãe que abandonei). Sei que estou esquecendo muitos e espero sua compreensão.

Não há como deixar de agradecer aos solidários amigos que estiveram juntos comigo na missão do mestrado: Larissa, com todo seu amor pela vida; Ludmila com sua paixão; Éder, com quem compartilho a preguiça; Vanessa Brunow, com sua chatice; Aline, Álvaro, Vanessa e Moacir, juntos comigo nos últimos dias de aluno.

Devo muito a uma quantidade imensa de pessoas em Araruama que foram fundamentais na minha vida e na minha aprendizagem nos dois últimos anos, estando aqui representados por: Amilton Carvalho, Estela Jardim, Gabriela Monnerat, Ana Paula, Eloysa, Deborah, Roberto, Leonardo, Pedro, Thayana, Johann, Gustavo, Gabriela Michalopoulos, Karyne e Rosiane. Entre aqueles mais antigos, Doug, Karina e Tatiana estiveram presentes constantemente.

Em Cabo Frio encontrei vários amigos de verdade: Vinícius Paulista, Walter Pereira, Leonardo Bahiense e João Henrique merecem menção especial.

No PPGH devo agradecer à professora Sônia Rebel pelo incentivo, interesse na minha pesquisa e pelo curso ministrado em 2008. Obrigado também à professora Norma Musco Mendes, da UFRJ, pela leitura atenciosa e comentários na qualificação.

Ao professor Marcelo Rede recebo meu agradecimento por vários motivos, incluindo o curso ministrado também em 2008, a acessibilidade, a prestatividade em todos os momentos necessários, as indicações bibliográficas e, principalmente, a disposição para voltar à Niterói para participar da minha banca.

Cabe, ainda, o agradecimento burocrático à CAPES pela concessão da bolsa de mestrado.

*Resta essa distração, essa disponibilidade, essa vagueza  
De quem sabe que tudo já foi como será no vir-a-ser  
E ao mesmo tempo essa vontade de servir, essa  
Contemporaneidade com o amanhã dos que não tiveram  
ontem nem hoje.*

*Resta essa faculdade incoercível de sonhar  
De transfigurar a realidade, dentro dessa incapacidade  
De aceitá-la tal como é, e essa visão  
Ampla dos acontecimentos, e essa impressionante*

*E desnecessária presciência, e essa memória anterior  
De mundos inexistentes, e esse heroísmo  
Estático, e essa pequenina luz indecifrável  
A que às vezes os poetas dão o nome de esperança.*

*Resta esse desejo de sentir-se igual a todos  
De refletir-se em olhares sem curiosidade e sem memória  
Resta essa pobreza intrínseca, essa vaidade  
De não querer ser príncipe senão do seu reino.*

Vinícius de Moraes

## RESUMO

A hipótese central da pesquisa trata da importância e da especificidade da dominação da Baixa Núbia para a construção do imperialismo egípcio e para a sacralização desta civilização como "potência hegemônica" do Oriente Próximo no período do Reino Novo (1550-1069 a.C.). Para tanto, concentrar-nos-emos no período da XVIIIª Dinastia, que inclui a reunificação do Egito e sua fase de maior expansão territorial, através da análise de um *corpus* documental composto basicamente pelas tumbas de funcionários egípcios e príncipes núbios, pelos relatos de campanhas militares e pela correspondência internacional trocada entre o faraó e outros líderes do Oriente Próximo, conhecida posteriormente como "cartas de Amarna".

*Palavras-chave:* Egito Antigo; Núbia; Reino Novo; Imperialismo; Potência Hegemônica; Economia Antiga.

## ABSTRACT

### **Lower Nubia as a Basis for Building Egyptian Hegemonic Power During the Eighteenth Dynasty (1550-1323 BC)**

The main hypothesis of our research is as follows: the control of Lower Nubia by the Egyptian state was a relevant and specific factor in the construction of Egyptian imperialism, and as well in allowing Egypt to become an 'hegemonic power' in the Near East during the New Kingdom (c. 1550-1069 BC). In order to develop this hypothesis, we chose to study the Eighteenth Dynasty, as it was the period when a reunified Egypt knew its maximum territorial expansion. The sources used include the tomb inscriptions of Egyptian officials and Nubian princes, texts relating military campaigns and such diplomatic correspondence of the time as survived (known as the Amarna letters).

*Key-words:* Ancient Egypt; Nubia; New Kingdom; Imperialism; Hegemonic Power; Ancient Economy

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo I – Construindo o Império: A Expansão Egípcia no Início do Reino Novo</b> .....	6
1.2 A Retomada com Kamés e Ahmés e a Fundação do Reino Novo .....	9
1.3 O Reinado de Amenhotep I .....	18
1.4 O Reinado de Thutmés I e o Início da Colonização da Núbia .....	22
1.5 O Curto Reinado de Thutmés II .....	27
1.6 A Co-regência de Hatshepsut e Thutmés III .....	29
1.7 O Reinado Conquistador de Thutmés III e Consolidação do Império Egípcio .....	33
1.8 A Expansão Militar Pós-Thutmés III.....	47
<b>Capítulo II – Desconstruindo o Império: Administração, Dominação e Oposição.</b> .....	49
2.1 As Análises Centro-Periféricas dos Sistemas-Mundiais e a Economia Antiga.....	53
2.2 Centro e Periferia no Império Egípcio.....	61
2.2.1. Imperialismo, Forças Produtivas e Relações de Produção .....	63
2.2.2 Exploração Central e Circulação .....	70
2.2.3. Circulação, Comércio, Dominação e Resistência.....	82
2.2.4. O Papel do Ouro no Império Egípcio .....	99
2.3. A Ideologia Imperial.....	102
2.4. Conclusão .....	106
<b>Capítulo III – O Dourado e o Negro: Exploração e Resistência na Núbia.</b> .....	108
3.1. Núbia e Egito no Reino Médio e II Período Intermediário .....	110
3.2 A Reconquista e a Expansão da Dominação na Núbia na XVIIIª Dinastia.....	116
3.2.1 A Egipcianização na Núbia .....	117
3.2.2 A Administração Imperial da Núbia.....	123
3.2.3 A Exploração Econômica da Núbia.....	130
3.3 Conclusão .....	137
<b>Conclusão</b> .....	140

<b>Bibliografia</b> .....	144
<b>Apêndice – Mapas</b> .....	153

## Índice de Ilustrações

<b>Ilustração 1:</b> Talatats do <i>hb-sd de Akhenaton</i> .....	78
<b>Ilustração 2:</b> Dom e Contradom na Religião Egípcia .....	105
<b>Ilustração 3:</b> Dom e Contradom na Política Econômica do Império Egípcio.....	106
<b>Ilustração 4:</b> Mapa dos fortes e entrepostos egípcios na Baixa Núbia durante o Reino Médio. ....	111
<b>Ilustração 5:</b> Detalhe da Tumba do “Filho Real de Kush” com tributos dos príncipes de Wawat. .....	119
<b>Ilustração 6:</b> Reconstituição da Tumba de Amenemhat, príncipe de Teh-Khet. ....	121
<b>Ilustração 7:</b> Hipogeu privado do Reino Novo. ....	121
<b>Ilustração 8:</b> Projeto Arquitetônico Nacional de Amenhotep III.....	128
<b>Ilustração 9:</b> Mapa da Núbia na XVIIIª Dinastia.....	134
<b>Ilustração 10:</b> Cena da Tumba de Huy, vice-rei da Núbia durante o reinado de Tutankhamon	135
<b>Ilustração 11:</b> A situação do Egito no princípio do Reino Novo .....	153
<b>Ilustração 12:</b> Egito na Síria e a Batalha de Megiddo .....	154
<b>Ilustração 13:</b> Influência Egípcia na Síria-Palestina na XVIIIª Dinastia .....	155
<b>Ilustração 14:</b> Esfera de Influência Egípcia na Trocas durante a XVIIIª Dinastia .....	156
<b>Ilustração 15:</b> O Oriente Próximo nas <i>Cartas de Amarna</i> .....	157

## Introdução

*Não sou eu quem repete essa história,  
é a História que adora uma repetição.  
Uma repetição.*

**Rebichada, Chico Buarque**

*Sinto que é como sonhar  
que o esforço pra lembrar  
é a vontade de esquecer...  
E isso por que?  
Diz mais!*

**O Vento, Rodrigo Amarante**

A brisa ainda fria do amanhecer tocava o rosto do soldado, enquanto ele se preparava para embarcar, junto com muitos outros, no navio ancorado no cais à margem do Nilo. A viagem para o sul, rio acima, destinava-se à fortaleza de Buhen, à qual fora designada temporariamente aquela guarnição, que teria como missão assegurar os interesses faraônicos ligados às riquezas naturais e às trocas na região, e reprimir qualquer ação contrária ao domínio daquela área, vista como uma extensão natural do território egípcio. Ao chegarem, o soldado e seu grupo foram recepcionados pela elite nativa que os recebeu com presteza, ostentando a proximidade com os recém-chegados como forma de se destacarem frente a seus governados, reforçando seu domínio.

Cerca de 2400 anos depois, outro soldado embarcou em uma fragata ancorada num porto marítimo para se juntar à frota que viajou para o sul, com destino a uma terra vista como extensão continental, para com a qual os EUA tinham responsabilidade desde a já centenária Doutrina Monroe da “América para os americanos”. A missão era assegurar os interesses estadunidenses na região, ligados ao comércio e aos recursos naturais sul-americanos. Ao chegarem à base norte-americana em Cartegena, na Colômbia, os marinheiros da IV Frota Naval dos EUA foram recebidos pelas autoridades locais, que se aproveitaram da proximidade com eles para fortalecer o domínio sobre seus compatriotas.

Longe de querer apontar para estruturas aistóricas ou para a idéia de um tempo cíclico, as duas pequenas ficções acima servem para lembrar o que as epígrafes anunciam. A dominação e a

exploração são características que se repetem na história há milênios e que, quando necessitam de esforço para serem lembradas, é sinal de que foram naturalizadas pela vontade de esquecê-las.

Se a opressão entre seres-humanos continua existindo no mundo, sua maneira de agir guarda semelhanças ao ponto de categorias como “império” ou “imperialismo” poderem ser usadas como ferramentas de análise histórica nas mais diferentes realidades.

Desde a declaração de uma “nova ordem mundial” após a Guerra do Golfo, em 1991, pelo então presidente estadunidense George Bush, os EUA deram impulso a sua expansão mundial, assumindo os papéis de xerife do mundo e de guardião da sua idéia do que seriam os valores universais sintetizados pelo Iluminismo. Dois anos depois, a política conservadora dos republicanos foi interrompida pela eleição de Bill Clinton, que priorizou o braço econômico da dominação através da disseminação – mais ou menos forçada – do neoliberalismo já conhecido como “única alternativa” desde os tempos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, na década de 1980. Todavia, após dois mandatos, Clinton deu lugar a outra ofensiva republicana, dirigida agora pelo grupo de conservadores encabeçados pela figura política de George Bush Jr.

Bush Jr. herdou o grupo de intelectuais ligados a seu pai, nomeados como *necons*, dando uma direção muito mais agressiva ao domínio mundial norte-americano. A virada se deu às oito horas e quarenta e seis minutos de uma terça-feira, quando um Boeing, que partira de Boston tendo Los Angeles como seu destino, chocou-se contra a torre norte do World Trade Center, em Nova York, dando início ao que ficou conhecido como “ataques de 11 de setembro” do ano de 2001. A partir deste momento, o governo pouco popular do presidente George Bush Jr. ganhou força, o que resultou na execução quase instantânea das políticas neoconservadoras planejadas pelo Partido Republicano.

O aumento da paranóia interna e o endurecimento da política internacional estadunidense, com os bombardeios e invasões do terrorismo de Estado em sua “guerra contra o terror”, marcaram o abandono de um projeto imperialista baseado mais na expansão do consenso, por meio de uma política multiculturalista<sup>1</sup>, em favor da coerção das armas e da ocupação militar dos territórios<sup>2</sup>, passando por cima até mesmo de resoluções da ONU. A partir disto, holofotes

---

<sup>1</sup> Sobre esta aparente contradição entre expansão do consenso e multiculturalismo, ver JACOBY, Russel. O Mito do Multiculturalismo. \_\_\_\_\_. *O Fim da Utopia: Política e Cultura na Era da Apatia*. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2001. pp. 49-95.

<sup>2</sup> RAMPINELLI, Waldir José. Imperialismo: ele ainda existe? *História e Luta de Classes*, n. 5, Abril, 2008, p. 95.

deixaram mais claro que os Estados Unidos da América eram e são o mais importante centro do sistema mundial atual.

Uma mudança social de tal magnitude não poderia deixar de afetar, de uma maneira ou de outra, as pesquisas realizadas nas mais diversas partes do planeta. A ideia, presente na obra de Michael Hardt e Antonio Negri<sup>3</sup>, de um império “pós-moderno”, dominado e dirigido por cidades globais – Nova York, Londres, São Paulo etc – e organizações multilaterais – como a ONU, o Banco Mundial, o FMI, a OMC – sem um centro bem definido, como acontecera em outros impérios, foi parar nos escombros das casas de cidades iraquianas como Fallujah. Além disto, as crises econômicas que se sucederam e a consequente repatriação de capital para os EUA deixaram claro seu papel na hierarquia global.

A partir desta nova realidade, é papel do cientista social compromissado com sua realidade a análise cuidadosa dos sistemas imperiais anteriores. Neste sentido, concordamos com Thomas D. Hall quando este afirma que

**Uma forma de [abordar as mudanças atuais no sistema mundial] é examinar as grandes mudanças do passado. Não as assumindo como idênticas, mas com a pretensão mais modesta de que estudar as mudanças do passado pode levar a algum *insight* sobre as possíveis mudanças do futuro.<sup>4</sup>**

Desta maneira, mesmo historiadores da Antiguidade sul-americanos podem e devem se preocupar em estudar as semelhanças nas formas de opressão, exploração e resistência semelhantes, por exemplo, no império egípcio do segundo milênio a.C. e no imperialismo norte-americano atual na América Latina.

Táticas como a aculturação, com a educação de elites no centro imperial e a adoção de costumes centrais pelas elites periféricas; assentamento de instalações militares nos territórios dominados, bem como a desestabilização política de regiões da periferia, incluindo o pagamento

---

<sup>3</sup> A obra referida é NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001. Uma discussão sobre este império “pós-moderno” encontra-se em CABRAL, Ricardo Pereira. “O Império Pós-Moderno – uma Análise sobre a Estratégia de Engajamento e Expansão e o Posicionamento do Brasil”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidney J. (Coord.). *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. pp. 451-457.

<sup>4</sup> HALL, Thomas D. *World-Systems and Evolution: An Appraisal*. KARDULIAS, Nick (org.). *World-Systems Theory in Practice. Leadership, Production, and Exchange*. Lanham-Boulder: Rowman & Littlefield Publishers, 1999, pp. 1-24. A citação é da p. 6.

das classes dominantes e a possível substituição de governantes nativos por outros mais leais ao centro, são recorrentes em diversos momentos históricos.

Este tipo de análise torna-se ainda mais valioso para os pesquisadores preocupados com a construção de um projeto contra-hegemônico, sejam quais forem seus campos de atuação. Isto nos leva ao cerne desta pesquisa, voltar ao Egito da Antiguidade para analisar seu processo de expansão imperial, ocorrido durante o período conhecido como o apogeu daquela civilização, o Reino Novo (1550-1069 a.C.).

A hipótese basilar para o desenvolvimento deste trabalho é que a singularidade da dominação sobre a Baixa Núbia – em relação a outras regiões submetidas – reflete a necessidade egípcia de conseguir recursos para a expansão e manutenção do seu projeto imperial mediante o controle mais intenso de uma região de grande riqueza mineral, especialmente de ouro.

Para comprovar a hipótese de trabalho estruturamos o texto em três capítulos. O primeiro dedica-se ao mapeamento da expansão imperial no início do Reino Novo. Neste sentido, iniciamos com um pequeno resumo da situação em que o Egito se encontrava no Segundo Período Intermediário, quando partes de seu território no sul e no norte eram controladas por chefes estrangeiros. Partimos para o passo preliminar da expansão, que foi a expulsão dos invasores e sua perseguição, no final da XVIIª Dinastia e início da XVIIIª.

Seguimos a trajetória dos faraós posteriores e suas campanhas militares para estender as fronteiras do Egito pela Núbia e pela Síria-Palestina. Para isto, utilizamos como fonte os relatos deixados em estelas e paredes de templos e tumbas para comemorar as vitórias egípcias e a dominação do exterior. A partir delas, buscamos observar a importância de algumas inovações tecnológicas como o carro de guerra e da utilização de bases de apoio na costa levantina do Mediterrâneo.

O capítulo dois dedica-se basicamente às estruturas de funcionamento do império egípcio. No rumo deste objetivo, começamos com uma discussão rápida acerca dos conceitos de “império” e “imperialismo”, bem como um rápido tratamento historiográfico do tema na História Antiga e na Egiptologia.

Em seguida, adentramos em uma discussão teórica acerca da existência ou não de um sistema-mundial na Antiguidade, partindo do conceito estabelecido por Emanuel Wallerstein. Neste sentido, mostrou-se necessária uma rápida análise das principais características da economia antiga e suas singularidades e diferenças em relação às estruturas econômicas atuais.

A próxima seção é relativa às relações centro-periféricas do império egípcio, com a crítica da concentração dos teóricos dos sistemas-mundiais na esfera da circulação. Assim, o primeiro ponto a ser levantado é o da ligação do imperialismo com as forças produtivas e relações de produção. Segue-se, então, outra subdivisão para tratar da exploração e da circulação, envolvendo as formas de dominação e de extração de excedente e bens de prestígio.

Ainda no segundo capítulo tratamos de destrinchar as relações internacionais do Egito no Oriente Próximo do período do Bronze Tardio, seja com regiões subjugadas na Síria-Palestina ou com outros grandes impérios da época. Neste sentido, trabalhamos com a teoria da reciprocidade baseada na troca de dádivas, a partir principalmente do *corpus* conhecido como “Cartas de Amarna”.

Nesse ponto, a discussão deixa a base econômica para entrar na seara da ideologia que impulsionou e guiou o imperialismo, fazendo as distinções necessárias entre as representações internas e externas e buscando criar esquemas gerais da visão de mundo egípcia.

O terceiro capítulo trata das especificidades das relações entre o Egito e a Núbia. O primeiro passo neste sentido é estudar a ocupação da região localizada entre a primeira e a quarta cataratas do Nilo. Em seguida, traçamos um histórico rápido das relações entre Egito e Núbia no Reino Médio e no II Período Intermediário.

Passamos, então, à análise do Reino Novo, com a reconquista e a expansão egípcia para as terras do sul na XVIII<sup>a</sup> Dinastia. Neste sentido, tratamos principalmente das questões relativas ao processo de egipcianização, às estratégias administrativas e às formas de exploração econômica utilizadas naquela região.

Para finalizar, há uma curta conclusão, para expressar os resultados gerais da pesquisa, seguida da bibliografia utilizada e de um anexo de mapas para facilitar a visualização das questões geográficas.

## Capítulo I – Construindo o Império: A Expansão Egípcia no Início do Reino Novo

No princípio de tudo, fez-se a ordem. Da colina primordial, cercada das águas de *Nun*, criou-se o demiurgo. A partir deste momento, determinou-se a dualidade que serviu de quadro de referência para o pensamento egípcio durante milênios: ordem e caos, masculino e feminino, Alto e Baixo Egito etc<sup>5</sup>. A matéria por baixo deste mito não foi, contudo, a tal colina primordial. Os antigos egípcios conviviam com a dualidade geográfica de seu país, que, em conjunto com outros fatores naturais, orientou a lógica daquela visão de mundo.

A disposição física geral do Egito definiu-se há cerca de 25 mil anos. Seus primeiros habitantes instalaram-se nas margens do Nilo a partir de 5.500 a.C. e, através da convivência com o meio ambiente, desenvolveram o topônimo *kemet* ou “terra negra” para seu habitat. Sua principal característica eram os solos aluviais do Vale e do Delta do rio, inundados anualmente durante a estação da cheia entre os meses de julho e novembro. A simetria dualizante de *kemet* era *desheret*, a terra vermelha, marcada pelo deserto que isolava o Vale entre duas cadeias de formações rochosas.

O Antigo Egito tinha, portanto, fronteiras bem definidas: a leste e a oeste o deserto; ao norte o Mediterrâneo; ao sul as cataratas do Nilo, seja a primeira ou, a partir do Reino Médio, a segunda. Mais importante do que a definição do seu perímetro era a auto-suficiência resultante da fertilidade das terras, abastecidas anualmente de detritos orgânicos provenientes da reviravolta da terra do fundo do rio quando da cheia – ligada tanto a chuvas na sua nascente quanto ao degelo das montanhas etíopes.

A força da geografia egípcia orientou não só os seus habitantes, mas também os cientistas sociais, que cunharam teorias como a do “efeito de confinamento”<sup>6</sup> ou a lógica da “insularidade”<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> ENGLUND, Gertie. “Gods as a Frame of Reference. On Thinking and Concepts of Thought in Ancient Egypt”. In: \_\_\_\_\_ (Edit.). *The Religion of the Ancient Egyptians: Cognitive Structures and Popular Expressions*. Uppsala: Acta Universitatis Upsaliensis, 1987. pp. 7-28.

<sup>6</sup> MANN, Michael. *The sources of social power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, 2 vols. I, pp. 110-4.

<sup>7</sup> AI-NUBI, Sheikh ‘Ibada. “O Soldado”. In: DONADONI, Sergio (Dir.). *O Homem Egípcio*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1994. p. 135.

do território de *kemet* para demonstrar o isolamento daquele povo na estreita faixa de terra ao longo do rio, formando um país muito mais longitudinal que latitudinal.

A experiência singular dos egípcios de auto-suficiência levou-os à associação de *kemet* ao universo organizado, que, como no mito, erguia-se no mar de caos de *desheret*. Se a topografia isolou-os geograficamente, a natureza proporcionou, outrossim, uma economia que não necessitava de contatos exteriores para a manutenção da população ou mesmo de um desenvolvimento apurado dos meios de produção.

Uma vez unificado, o Egito passou a perceber a totalidade de seu território através da lógica do universo autônomo e ordenado, sacralizando as terras ao redor do Nilo e garantido sua posse ao herdeiro divino do demiurgo: o faraó. Na visão de mundo egípcia somente os habitantes de *kemet* eram agraciados com o direito de habitar o mundo organizado, considerando-se todos os outros como agentes do caos. No Reino Novo, a ideologia interna passou a considerar os estrangeiros como habitantes do mundo criado pelo demiurgo e, portanto, dependentes do “sopro da vida” dado pelo faraó<sup>8</sup>. Esta expansão englobante da ideologia egípcia está ligada não apenas ao processo imperialista do Reino Novo, como também à ocupação estrangeira de parte das terras de *kemet*, que precede este período.

Até fins do Reino Médio, portanto, o Egito nunca tinha sofrido ocupações de sua terra sagrada. Tal situação acabara com o início do Segundo Período Intermediário, determinado por três processos: a perda da Núbia; a divisão do Delta em pequenos reinos, com a presença dos invasores hiscos; e o surgimento do poder tebano da XVIIª Dinastia.

Núbia é o termo criado após a expulsão dos romanos para caracterizar genericamente as terras do Vale do Nilo ao sul de Aswan, na primeira catarata, incluindo uma vasta gama de povos e cidades-Estado localizados no território, hoje dividido entre o Egito e o Sudão. Na época os egípcios pensavam o sul a partir da dualização Wawat (Baixa Núbia) e Kush (Alta Núbia). A visão da terra negra como espaço sagrado destinado aos egípcios justificou, no Reino Médio, uma guerra de conquista em busca da preeminência nesta área. Guarnições foram estabelecidas em fortes construídos até a segunda catarata, servindo tanto para o comércio quanto para o recrutamento de mercenários núbios conhecidos como *medjayw*. A situação mudou por volta da

---

<sup>8</sup> Alguns dos aspectos teóricos do tratamento da visão de mundo egípcia como ideologia, bem como as modificações na religião a partir do Reino Novo estão presentes em minha monografia, a saber, FRIZZO, Fábio. *As Representações Funerárias do Reino Novo. Ideologia Real e Ideologia Particular (1550-1069 a.C.)*. Monografia de Conclusão de Curso. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

XIV<sup>a</sup> dinastia, quando uma confederação kushita, liderada pela cidade-Estado de Kerma, retomou as terras sob ocupação egípcia. Vários colonos estabelecidos nos fortes, todavia, permaneceram no território.

As circunstâncias do norte do país já vinham se modificando desde a XIII<sup>a</sup> Dinastia, quando o faraó Ay resolveu escolher as proximidades da cidade de Avaris e não a capital Mênfis como sua morada para a eternidade, o que sugere a fragmentação da região do Delta. A situação tornava-se ainda mais complicada pela presença ali de um povo, originário da Palestina e associado iconograficamente aos guerreiros do reino de Mitanni, a partir da XII<sup>a</sup> Dinastia. Estes ficaram conhecidos pelos egípcios como *hekaw khaswt*, ou seja, príncipes das terras estrangeiras, cuja versão grega resultou no termo pelo qual são chamados comumente na egiptologia: hicsos.

Se a fragmentação do poder egípcio facilitou a invasão dos hicsos, por outro lado, a superioridade técnica e tecnológica deste povo mostrou-se um fator fundamental para sua ocupação. Ao contrário dos exércitos de *kemet*, os asiáticos já estavam habituados ao uso em larga escala de cavalos e carros de guerra no campo de batalha, assim como armamentos feitos de um bronze de melhor qualidade ou mesmo arcos compostos, o que praticamente dobrava o alcance das flechas.

Reinando a partir de Avaris, os “príncipes das terras estrangeiras” compuseram a XV<sup>a</sup> Dinastia e controlaram a região do Delta, com um território que se estendia até a cidade de Cusae, incluindo a antiga capital Mênfis. O próprio título principesco de *hekaw khaswt* é um dos indícios que demonstra o fato de que a dinastia tebana, herdeira teórica do legado do Reino Médio, reconhecia a soberania dos hicsos, cujo governo justificava-se nas bases comuns da monarquia faraônica. A maioria dos habitantes do Delta não parecia se importar com o governo dos asiáticos, pois neste período foi possível um acréscimo considerável na produção da região através da implantação de tecnologias de irrigação até então desconhecidas na região, como o mecanismo de contrapeso conhecido como *shaduf*.

O terceiro processo que ajuda a caracterizar o II Período Intermediário é o surgimento da XVII<sup>a</sup> Dinastia egípcia, que controlava o Alto Egito a partir de Tebas<sup>9</sup> e estendia suas fronteiras até Aswan. Num período de aproximadamente um século, a monarquia tebana desenvolveu uma forma centralizada de governar seu território e teve que conviver com o controle estrangeiro na

---

<sup>9</sup> Nome grego dado à cidade conhecida pelos egípcios como Waset, onde hoje se encontra Luxor.

terra negra sagrada. A tensão nas relações com o reino asiático no norte chegou a ser caracterizada por Anthony Spalinger como uma *guerra fria*<sup>10</sup>.

Ainda que Donald Redford afirme que alguns egiptólogos acreditam que o faraó Seqenenrá II possa ter sido nomeado por Apophis, rei em Avaris, para o trono de Tebas como seu vassalo, foi desse governante que partiu a primeira ofensiva contra os hicsos<sup>11</sup>. O tratamento de ambos como governantes legítimos do Egito fica claro a partir de uma fonte do período, que utiliza a saudação clássica aos reis para os dois e, ao mesmo tempo, demonstra o conflito entre eles e a superioridade do rei asiático:

**Agora, acontece que a terra do Egito está angustiada. Não há Senhor – vida, prosperidade, saúde – ou rei do período. Entretanto, acontece que o rei Seqenenrá – v.p.s. – era governante da Cidade Meridional [Tebas]. A angústia estava na cidade dos asiáticos, de parte do príncipe Apophis – v.p.s. – que estava em Avaris e toda a terra estava submetida a ele com seus direitos (...)**<sup>12</sup>.

Certamente descontente com a presença de um estrangeiro que reivindicava poder sobre o Egito, Seqenenrá II aproveitou a crescente centralização do poder do Alto Egito em suas mãos e forçou um ataque contra os asiáticos. A ação, contudo, foi mal sucedida, terminando com a morte de Seqenenrá, possivelmente em batalha, uma vez que sua múmia foi encontrada com ferimentos no crânio feito por um machado de perfuração, de uso característico dos hicsos do período.

## **1.2 A Retomada com Kamés e Ahmés e a Fundação do Reino Novo**

Uma vez iniciado o conflito entre o Alto e o Baixo Egito, restou ao sucessor de Seqenenrá II abraçar o seu legado e levar à frente a guerra. A insatisfação com a fragmentação do país permanecia, bem como havia o aparecimento de uma tentativa de deslegitimar a posição de Apophis como legítimo faraó. O documento de referência para o período é a inscrição de guerra de Kamés, composta por duas estelas, nas quais está registrada a batalha entre os dois

---

<sup>10</sup> SPALINGER, Anthony. *War in Ancient Egypt*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 1.

<sup>11</sup> REDFORD, Donald. *Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times*. Princeton: Princeton University Press, 1993. p. 125.

<sup>12</sup> FORBES, C. & GARNER, G. (org.) *Documents of The Egyptian Empire (1580-1830 a.C.)*. Melbourne: The Australian Institute of Archaeology, 1982. p. 9.

governantes. O texto contém – fato raro! – tradução original em português e é iniciado com uma discussão entre o faraó e seus conselheiros da *ḏḏt* – órgão coletivo não militar –, na qual o primeiro mostra todo seu incômodo e discorda dos funcionários:

**Sua Majestade falou em seu palácio ao Conselho dos notáveis de seu séquito:**

**– Que eu compreenda isto: Para que serve o meu poder? Há um chefe em Hutuaet<sup>13</sup>, um outro em Kush. Eu permaneço associado a um asiático e a um núbio, cada homem possuindo a sua fatia do Egito, partilhando comigo o país. A lealdade do Egito não vai além dele (= não ultrapassa os domínios do rei hicsu Apophis) até Mênfis [que seja], já que ele está de posse de Khemenu. Nenhum homem tem repouso, despojado pelos impostos dos asiáticos. Mas eu lutarei contra ele, abrir-lhe-ei o ventre, pois meu desejo é libertar o Egito e golpear os asiáticos<sup>14</sup>.**

Este documento é singular dentro do conjunto da literatura militar egípcia, principalmente pela forma destas primeiras linhas. Um tipo diferente de narrativa introduz o texto, distante da forma tradicional de utilização da primeira pessoa para introduzir os feitos bélicos do faraó<sup>15</sup>. Ciro Cardoso acentua que a qualidade literária das Estelas de Kamés está muito acima dos outros relatos de campanhas do Egito e contém um jogo textual, que se perde na tradução, entre dois tipos de linguagem: o médio egípcio literário, formal, e uma forma do falar coloquial, aceita literariamente séculos mais tarde, batizada pelos egiptólogos de neo-egípcio<sup>16</sup>.

Na narrativa, o faraó é apresentado em uma discussão com seus conselheiros, algo impensável dentro da lógica dos relatos anteriores. Estes são desvalorizados pelo escriba Neshi, chefe dos tesoueiros, considerado atualmente autor do texto ao contrário das teorias antigas que acreditavam que o próprio Kamés havia concebido a narrativa e ordenado a sua inscrição. Ressalta-se a valentia e a visão superior do monarca, que discorda das orientações para agir defensivamente e manter o estado apresentado na citação acima.

**Eles (= os conselheiros) foram desagradáveis ao coração de Sua Majestade:**

**– Quanto ao vosso conselho (...) [Lacuna considerável] Aquele que divide a terra comigo não me respeitará. Deverei eu respeitar estes asiáticos? Eu navegarei corrente abaixo até chegar ao Baixo Egito. Se eu lutar com os asiáticos, o sucesso virá. Se ele crê estar**

---

<sup>13</sup> Topônimo egípcio renomeado pelos greco-romanos como Avaris, localizado atualmente na cidade de Tell El-Daba.

<sup>14</sup> CARDOSO, Ciro. *Narrativa, Sentido, História*. Campinas: Papyrus, 1997. A tradução encontra-se nas páginas 48-50.

<sup>15</sup> SPALINGER, Anthony. *Aspects of the Military Documents of the Ancient Egyptians*. New Haven and London: Yale University Press, 1982. pp. 35-36.

<sup>16</sup> CARDOSO, Ciro. *Op. Cit.* p. 54.

**contente com (...), em pranto, o país inteiro (...) o governante no interior de Tebas, Kamés, aquele que protege o Egito<sup>17</sup>!**

Ao contrário de seus conselheiros, Kamés rejeita o ambiente pacífico estabelecido no decorrer do II Período Intermediário e apela perceptivelmente, através de uma caracterização identitária baseada na alteridade, para um discurso baseado no que, anacronicamente, é chamado de nacionalismo xenófobo<sup>18</sup>.

No decorrer do texto, percebemos a importância da marinha para o tipo de guerra planejada por Kamés. Para além de simples meio de transporte das tropas, os navios eram responsáveis pelo seu abastecimento, complementado a partir dos saques, nos quais os soldados apoderavam-se de alimentos, conforme descrito no seguinte trecho, referente à tomada da cidade de Nefrusi:

**Meus soldados, semelhantes a leões, estavam carregados do produto de seu saque, na posse de servos, gado, leite, azeite de untar e mel, partilhando os seus bens, estando alegre o seu coração<sup>19</sup>.**

A cidade de Nefrusi, localizada no Médio Egito, não apresentou dificuldades para ser tomada pelas tropas de Kamés, provavelmente devido ao elemento surpresa. Acredita-se que as cidades do Médio Egito dividiram-se entre o apoio aos egípcios e aos hicsos. Newby afirma que grandes proprietários de terras egípcios toleraram o regime tirânico e explorador dos asiáticos e os apoiaram em troca da possibilidade de assegurar pastagens para seu gado, que em determinada estação alimentava-se no Delta<sup>20</sup>. Não nos é difícil pensar que alguns egípcios tenham, de fato, apoiado os hicsos por interesse, uma vez que a dominação daquele povo já durava um tempo considerável. Todavia, a interpretação de Newby parece-nos descuidada tanto ao utilizar a terminologia dos “proprietários de terra”, quanto ao presumir – pelo que acreditamos ser uma leitura superficial das fontes egípcias – que a dominação era tirânica e exploradora para todos, uma vez que mesmo os asiáticos deveriam contar com certo apoio local para controlar toda a porção de terra sob seu mando.

---

<sup>17</sup> *Idem, Ibidem.* p. 48.

<sup>18</sup> O termo nacionalismo é utilizado em SPALINGER, Anthony. *War in Ancient... Op. Cit.* p. 2. e a xenofobia aparece em BUSBY, Russel. *Imperialism in Early New Kingdom Egypt.* Sydney: Kaleidoscope Eyes, 2002.

<sup>19</sup> CARDOSO, Ciro. *Op. Cit.* p. 48.

<sup>20</sup> NEWBY, P. H. *Warrior Pharaohs. The Rise and Fall of The Egyptian Empire.* London & Boston: Faber and Faber, 1980. p. 20

Acima de tudo, Kamés não parece ter tido muita dificuldade para chegar às muralhas da capital asiática do Delta na cidade de Avaris. Isto se deveu principalmente à rapidez de movimentação possibilitada pelo controle d'“A Próspera”, a frota real. Assim, quando uma cidade apresentava um nível maior de resistência, tudo que as tropas tebanas tinham que fazer era passar por ela, dirigir-se ao norte e conquistar as localidades próximas, isolando a primeira cidade e não deixando alternativa distinta da rendição.

Em Avaris, a frota foi colocada em ordem, liderada pelo navio dourado de Kamés, para iniciar o cerco. A personalização da guerra na figura do faraó, rei-deus responsável pelo extermínio dos agentes do caos, aparece claramente nos discursos da fonte em que ele é mostrado como ator principal tanto do cerco, quanto da interceptação do mensageiro enviado por Apophis ao rei de Kush com uma proposta de aliança. Os invasores do sul deveriam se aproveitar do deslocamento da frota egípcia para invadir a capital da XVIIª Dinastia, a cidade de Tebas. Esta aliança, contudo, não deixa de ser um pedido desesperado de auxílio do rei asiático, que, antevira a derrocada de Avaris quando observou, de cima de sua muralha, o saque feito pelo exército de Kamés ao porto da cidade.

O faraó retornou a Tebas sem derrotar completamente os asiáticos liderados por Apophis. Havia, contudo, demonstrado a vulnerabilidade do território hicsó e isto foi suficiente para que seu irmão e sucessor, Ahmés, finalizasse o trabalho por ele começado, iniciando a XVIIIª Dinastia.

Ao contrário de seu predecessor, não contamos com fontes reais descrevendo as campanhas de Ahmés. Todas as informações disponíveis acerca de suas ações militares no norte e no sul são provenientes de biografias de oficiais que estiveram ao serviço do faraó e descreveram suas façanhas em suas tumbas, como Ahmés, filho de Ebana e Ahmés Pennekhbet. Ambos eram membros da família dos nomarcas de El Kab, uma linhagem anterior ao império, constatada desde a XIIIª Dinastia e que apoiara fortemente a dinastia nascente do faraó Ahmés.

Os dois oficiais de El Kab iniciam seus relatos descrevendo suas atuações nas campanhas setentrionais do primeiro soberano da XVIIIª Dinastia. Ahmés, filho de Ebana, apresenta mais detalhadamente os eventos, iniciados com uma nova campanha para tomar a cidade de Avaris, ainda baseada majoritariamente na marinha para o deslocamento e abastecimento.

O cerco parece ter durado alguns anos, sendo possível perceber uma interrupção, através da descrição de uma dilatação temporal entre dois ataques distintos. A provável causa, uma

rebelião no Alto Egito, não aparece como algo importante e, em sua segunda investida, o faraó Ahmés finalmente toma a cidade de Avaris.

Após o saque à antiga capital do reino hicsu, as tropas egípcias dirigiram-se mais ao norte para seu novo objetivo: Sharuhen, ponto de apoio para a cidade conquistada de Avaris. Segundo Ahmés, filho de Ebana, este cerco durou mais três anos. Esta foi a terceira campanha sucessiva do faraó em direção ao Levante e tinha uma importância fundamental: extinguir qualquer possibilidade de um contra-ataque dos asiáticos no território de *kemet*.

Do Delta do Nilo, os navios zarparam para o Alto Egito, levando rapidamente as tropas para sufocar duas fortes rebeliões na Núbia. A dificuldade, agora, era menor, uma vez que a tecnologia bélica egípcia era superior e os soldados estavam mais bem equipados que seus inimigos.

O primeiro a ser derrotado foi Aata, um núbio que aparentemente invadira parte do sul do território egípcio, por volta da primeira catarata. Este foi descoberto pelo faraó, capturado e todos os seus rebeldes serviram como butim de guerra para o monarca. O segundo revoltoso foi, provavelmente, um egípcio que havia permanecido em um dos fortes construídos no Reino Médio em terras núbias. Chamava-se Tetian e teve seus barcos derrotados pela Marinha real.

Revoltas na região acima da primeira catarata não eram estranhas aos egípcios. Os núbios serviram desde o princípio do período faraônico como força militar, formando as tropas de elite do Exército do faraó. Eram conhecidos como *medjayw* e tinham grande habilidade com os arcos. Outro papel desempenhado pelos núbios era o de forças policiais. Em geral, eles eram alistados a partir das fortalezas construídas em seu território e desde o I Período Intermediário há relatos de revoltas, como fica claro a partir do texto conhecido como *Admoestações de Ipu-ur*, única descrição de uma revolta social durante o Egito faraônico, em que se afirma:

**Como, então, cada homem mata seu irmão? Os soldados que recrutamos para nós mesmos tornaram-se arqueiros\*, determinados a (tudo) destruir, e revelaram aos asiáticos a situação do país<sup>21</sup>.**

A utilização de mercenários estrangeiros em atividades militares é comumente explicada através da afirmação de que estes tinham maior habilidade marcial do que os nativos. Esta não é,

---

\* A palavra “arqueiro” no plural é comumente traduzida como o coletivo genérico “estrangeiro”, associado em geral, a partir da XIIª Dinastia, a povos hostis ao Egito.

<sup>21</sup> ARAÚJO, Emanuel (Org. e Trad.) *Escritos para a Eternidade*. Brasília: Editora da UNB, 2000. p. 190.

contudo, uma explicação de grande consistência, uma vez que os egípcios poderiam ser tão bem treinados quanto quaisquer outros. Não há alternativa comprovada, mas nos parece mais provável a idéia de que a população nativa não era numerosa o suficiente para suprir as necessidades bélicas, levando à contratação de mercenários, núbios ou asiáticos. Outra possibilidade que levantamos é a de que as tropas de elite fossem estrangeiras para manter o controle da coerção nas mãos da classe dominante ligada ao Estado.

O tipo de guerra no Vale do Nilo era bastante diferente daquela travada ao norte, na Síria-Palestina. A geografia do Vale é composta por terrenos estreitos e, portanto, não havia grandes espaços abertos que possibilitassem o uso adequado e vantajoso dos carros de guerra. Assim, as forças navais mantinham a hegemonia na atividade bélica, abastecendo as tropas com rapidez, auxiliadas por estabelecimentos em terra, como haviam sido os fortes do Reino Médio. Não por acaso, um dos principais objetivos de Kamés e seu irmão Ahmés no sul fora a retomada do forte de Buhen, na região da segunda catarata.

A preeminência da marinha em batalha começara a ser questionada a partir da tomada de Sharuhen, próxima a Gaza, na qual os carros de guerra tiveram importância fundamental.

Seguiram-se, à vitória em Sharuhen, algumas sortidas em território asiático, buscando não somente acumular mais butim, como também enfraquecer ainda mais as posições asiáticas na região. Isto demonstra uma nova percepção egípcia acerca do que era necessário para sua segurança, uma vez que a experiência da invasão da terra negra sagrada era nova.

Ideologicamente, todavia, apelou-se para um dispositivo há muito conhecido: a crença na superioridade inata dos egípcios frente a todos os outros povos, decorrente da herança legítima do demiurgo. Este pensamento deu à guerra de expulsão dos estrangeiros, um caráter patriótico de grande importância, conforme afirma P. H. Newby:

**Provavelmente somente um rei que empreendera uma guerra patriótica com sucesso teria sido capaz de estabelecer sua ascendência, mesmo assim as campanhas que ele agora travou na Palestina e na Núbia não eram apenas necessárias à segurança do Egito contra o ataque de outras partes, mas meios de consolidar o poder do rei no Egito em si<sup>22</sup>.**

Tal consolidação do poder interno no Egito não se deu, contudo, sem o estabelecimento de fortes alianças com famílias importantes, como, por exemplo, aquela dos nomarcas de El Kab, que fornecera grandes militares. Segundo sua biografia, o almirante de tripulação Ahmés, filho de

---

<sup>22</sup> NEWBY, P. H. *Op. Cit.* p. 30.

Ebana, descenderia de um oficial do exército de Seqenenrá II, o que corrobora a afirmação do Sheihk ‘Ibada al-Nubi:

**Os soldados eram um grupo social hereditário, que transmitia a sua posição de pais para filhos. Eram registrados em listas constantemente atualizadas, e quando o militar é dispensado, o filho ocupava o seu posto e as vantagens que lhe estavam associadas, ou seja, o usufruto de um pedaço de terra, normalmente, situado em zonas circunscritas, para que se pudessem constituir autênticas aldeias militares, cujos residentes tinham à sua disposição um campo e os escravos que foram recebendo como recompensas por sua bravura<sup>23</sup>.**

Outra modificação social que ajudou a manter a centralização do poder e a construir as bases do império foi a mudança na forma de recompensa dos militares, fartamente documentada nas fontes da época. As biografias militares do início da XVIIIª Dinastia têm um acentuado caráter de construção da figura do indivíduo como importante servidor do faraó e, portanto, insistem nas premiações recebidas por méritos em campo.

Em artigo de 1974, o estadunidense David Lorton descreveu bem as mudanças ocorridas no sistema de recompensas a partir da luta de expulsão dos hicsos através, entre outros fatores, da modificação no significado de certos vocábulos em relação à sua utilização no Reino Médio. O autor argumenta que há no Antigo Oriente Próximo, como em qualquer outro momento histórico, leis da guerra. De grande importância para a questão é a lógica que estabelece que o indivíduo derrotado em batalha, bem como suas propriedades e sua família, passam a serem posses do vencedor<sup>24</sup>.

Se ideologicamente o faraó era o único responsável pela vitória nas batalhas, nada mais lógico do que serem dele todos os bens conquistados. Afinal, como deus vivo, eram dele todos os bens da Terra. Isto levava a uma concentração do butim nas mãos do rei, a quem cabia, posteriormente, a função distributiva relativa a seus melhores guerreiros. Os prisioneiros eram capturados em campo e levados ao faraó, que decidia pela doação deles como escravos ou por sua manutenção no âmbito estatal. Da mesma maneira, havia recompensas dadas pelo rei para as mortes em batalha, atestadas pela apresentação de uma das mãos do cadáver. Ambas as situações são atestadas por Ahmés, filho de Ebana:

---

<sup>23</sup> AL-NUBI, Sheihk ‘Ibada. *Op. Cit.* p. 150.

<sup>24</sup> LORTON, David. “Terminology Related to the Laws of Warfare in Dyn. XVIII”. *Journal of the American Research Center in Egypt*. Vol. 11. American Research Center in Egypt, 1974. pp. 53-68.

**Logo, a cidade de Sharuhen foi sitiada por três anos e, quando sua majestade (enfim) a saqueou, eu capturei como butim duas mulheres e uma mão. Concedeu-se a mim, então, o ouro do valor e, além disto, as capturas foram-me concedidas como dependentes<sup>25</sup>.**

Este trecho da fonte esclarece outra forma de premiação: o “ouro do valor” (*nbw n knt*), que, em outras fontes, é nomeado “ouro da recompensa” (*nbw n hswt*) ou simplesmente “ouro” (*nbw*). A partir destas nomações, pode-se perceber que, mais do que um título honorífico, o ouro era também um valor pago ao guerreiro por suas capturas e mortes.

As fontes indicam que a distribuição do ouro e dos cativos aos principais guerreiros de sua majestade era mais do que a legitimação das conquistas destes em campo de batalha. Isto fica claro a partir da descrição do mesmo Ahmés, filho de Ebana, de sua participação na contenção da revolta de Tetian:

**Aquele inimigo, de nome Tetian, veio então, tendo reunido para si os de intenções perversas. Sua majestade o derrotou e sua tripulação foi destruída. Foram-me concedidas três pessoas e cinco *sbt* \* de campo cultivável em minha cidade<sup>26</sup>.**

Nota-se nesse excerto que, apesar de Ahmés, filho de Ebana, não ter demonstrado claramente suas ações gloriosas no campo de batalha – como fizera em outras ocasiões –, ele recebera cativos como recompensa da mesma maneira. Isto certifica a idéia do estabelecimento de um padrão de recompensa aos militares mais importantes.

A expansão territorial iniciada pelo faraó Ahmés em sua luta contra os invasores surtiu efeito e, desde então, já encontramos fontes descrevendo o envio de tributos estrangeiros a Tebas. Um exemplo disto é uma estela encontrada no templo de Karnak, que afirma:

**Os habitantes das terras estrangeiras vêm prostrados e se detêm ante a sua sala. Sua manança está entre os habitantes de Khenthennefer<sup>27</sup>, sua reputação está pelas terras dos fenkhu<sup>28</sup>. (...) Eles trazem suas respectivas contribuições, carregados com produtos para o rei.<sup>29</sup>**

---

<sup>25</sup> GALÁN, Jose Manuel (Edit. e Trad.). *El Imperio Egipcio. Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C.*. Barcelona: Edicion de la Universitat de Barcelona, 2002. p. 40.

\* Medida egípcia de superfície equivalente a 2735 m<sup>2</sup>, ou seja, 2/3 de acre.

<sup>26</sup> GALÁN, Jose Manuel. *Op. Cit.* p. 41.

<sup>27</sup> Topônimo dúbio empregado para se referir ao extremo meridional sob controle egípcio.

<sup>28</sup> Equivalente setentrional de Khenthennefer.

<sup>29</sup> GALÁN, Jose M. *Op. Cit.* p. 37.

Ao fim de seu reinado, Ahmés já vislumbrava uma nova organização social no Antigo Oriente Próximo<sup>30</sup>. Começava a se fortalecer uma rota de comércio com o Chipre, responsável pelo trânsito de ópio, cobre e cerâmica para o Levante, da qual o Egito já se aproximara no período da dominação dos hicsos. No oeste, criou-se um vácuo de poder com o fato de que a Babilônia não tinha forças para sustentar, na Ásia ocidental costeira, um império mesopotâmico. Após o reinado de Hammurabi (1795-1750 a.C.), a Babilônia foi invadida por kassitas, um povo originário das montanhas ocidentais do Irã.

De grande importância para a história egípcia e sua correlação de forças no Oriente Próximo foi o surgimento em cena, no norte, de dois grupos étnicos não semíticos, que ameaçaram o equilíbrio do Levante. O primeiro deles é o dos hititas, de língua indo-européia, que migraram nos séculos finais do terceiro milênio a.C. e se estabeleceram no platô central da Anatólia. A história hitita passa a ser largamente documentada a partir dos últimos anos da ocupação hicsa no Egito.

O segundo grupo étnico a despontar neste período no Mediterrâneo Oriental foi o dos hurritas. Como os kassitas, este povo proveio do norte de Zagros e talvez na Armênia e já aparecia na Mesopotâmia setentrional no final do terceiro milênio a.C.. Entre 1600 e 1550 a.C., os hurritas deixam de ser um grupo disperso, ganhando o formato de uma civilização forte politicamente. Isto se deve ao amálgama com um grupo indo-ariano vindo do norte, provavelmente das estepes russas.

Com a influência dos indo-arianos, os hurritas passaram por mudanças sociais importantes, como a adoção do cavalo e do carro de guerra, a substituição do enterramento pela cremação e o desenvolvimento de uma aristocracia conhecida pelo nome *maryannu* – termo derivado do sânscrito *maurya*, “jovem”.

A expansão dos impérios baseados nos dois grupos étnicos acima descritos levou ao embate entre eles no território reivindicado por ambos: o norte da Síria e o alto Eufrates. A partir disto, foram fundadas cidades governadas por famílias que combinavam elementos hurritas e indo-arianos na Palestina e na Síria Central, gerando um povo que falava “cananeu”. As fontes egípcias passaram, a partir de meados do XVº século a.C. a se referirem a estes povos como *kharu*, traduzido comumente como sírio.

---

<sup>30</sup> Apoiamo-nos para esta descrição da organização sócio-política do Antigo Oriente Próximo no período em REDFORD, Donald. *Op. Cit.* pp. 130-148.

Por volta de 1530 a.C., a pressão dos hurritas e seus líderes indo-arianos deu origem a um Estado territorial chamado Mitanni, que rapidamente se tornou o centro da sociedade hurrita e exerceu influência sobre cidades diretamente ligadas ao processo de expansão egípcia, como Megiddo e Kadesh.

Enquanto Kadesh era um centro de poder relacionado à região do alto Orontes e da Galiléia, a cidade de Tunip desempenhava este papel em relação à costa que no futuro seria a Fenícia. Algumas cidades, contudo, gozavam de certa independência em relação ao Mitanni, como era o caso de Ugarit e do entreposto comercial de Biblos, que mantinha fortes relações com o Egito.

A partir do reinado de Ahmés, o Egito iniciou a construção de sua esfera de influência na Ásia Menor, estabelecendo como estrutura geral a dominação e a intimidação periódica através de sortidas e ataques punitivos. Os egípcios começaram a “estender as fronteiras”, criando um império que buscava transformar as cidades sírio-palestinas em servos e seus governantes em representantes do faraó, obrigados a juramentos de fidelidade.

### **1.3 O Reinado de Amenhotep I**

Ao final de seu governo, é provável que Ahmés já contasse com a co-regência de seu filho, Amenhotep I, auxiliado pela rainha Ahmés-Nefertari. O reinado pessoal de Amenhotep I segue as características do governo de seu pai, mantendo a lógica expansionista, agora dirigida para a Núbia.

Por volta do ano 8 de seu reinado, Amenhotep I inicia sua ação militar contra os núbios ao sul da segunda catarata do Nilo. Cerca de meio século depois, estas campanhas seriam contadas nas tumbas dos militares Ahmés, filho de Ebaná, e Ahmés Pennekhbet. O primeiro afirma que:

**Sendo eu marinheiro do rei do Egito Djoserkara (Amenhotep I) – v.p.s. –, ele navegou rio acima até Kush para estender as fronteiras do Egito. Sua majestade golpeou aquele *iuntiu* em meio a sua tropa (...). Eu estava, então, na vanguarda de nossa tropa, lutei de verdade e Sua Majestade observou meu valor: trouxe duas mãos e apresentei a Sua Majestade. Continuamos, perseguimos sua gente e seu gado e eu trouxe um prisioneiro e o presenteei a Sua Majestade. Conduzi Sua Majestade de volta ao Egito em dois dias (...) e ele me**

**recompensou com ouro. Trouxe duas mulheres dependentes como butim, além dos que já havia apresentado Sua Majestade. Fui nomeado, então, guerreiro do governante<sup>31</sup>.**

Apresentam-se, novamente, os mesmos aspectos relativos às recompensas dadas pelo serviço militar. Todavia, um aspecto que gostaríamos de ressaltar nesta fonte, que se repete através de todo o *corpus* documental do império, é a expressão “estender as fronteiras”. A palavra egípcia para fronteiras, *ḥꜥw*, refere-se não às fronteiras físicas ou naturais bem delimitadas da “terra negra”, mas sim ao resultado das relações do faraó com seus vassalos e com os poderes vizinhos. Eram, portanto, algo flexível, o que explica o fato de que durante a XVIIIª Dinastia os faraós estavam constantemente “estendendo as fronteiras” do Egito<sup>32</sup>.

A continuidade da atividade militar está diretamente ligada ao fim da expulsão dos invasores estrangeiros do norte e do sul do Egito. Afinal, após a mobilização das tropas nacionais para a retomada do território da “terra negra”, o que fazer com as forças armadas? Isto se fortalece se considerarmos o contexto do surgimento de uma nova fração da classe dominante, ligada às recompensas conseguidas na guerra.

A ação na Núbia apoiou-se nos fortes construídos no Reino Médio e que, apesar de isolados do território da “terra negra” durante o II Período Intermediário, tinham mantido a população culturalmente egípcia. Se a Arqueologia não prova isto com a descoberta de uma cultura material ligada aos núbios, fontes escritas demonstram que funcionários egípcios chegaram a construir templos de deuses da “terra negra” na Núbia.

Os fortes localizavam-se na região da segunda catarata, predominantemente na margem ocidental e nas ilhas do rio. Aproveitava-se o terreno rochoso e o curso natural do Nilo para conseguir o máximo com o estabelecimento dessas cidadelas fortificadas, que, embora contivessem tropas, armamentos e silos de grãos, tinham como função primária a defesa do perímetro. Dentre os fortes, assinalamos, por sua importância, aquele localizado em Buhen, abaixo da segunda catarata e hoje em área inundada pela represa de Aswan.

O investimento na invasão da Baixa Núbia ligava-se à questão econômica, uma vez que por lá passavam importantes rotas de minérios e produtos de luxo como marfim e peles. Por outro lado, o domínio daquela região também era importante para assegurar a segurança da “terra

---

<sup>31</sup> GALÁN, Jose M. *Op. Cit.* p. 41.

<sup>32</sup> GALÁN, Jose M. *Victory and Border. Terminology related to Egyptian Imperialism in the XVIIIth Dynasty.* Hildesheim: Gerstenberg, 1995. p. 133.

negra”, sagrada para os egípcios. Era necessário limpar o vale do Nilo de qualquer ameaça séria à hegemonia egípcia.

Para garantir a invulnerabilidade da “terra negra”, Amenhotep expandiu as fronteiras do sul para além dos limites do Reino Médio, na segunda catarata, construindo mais fortes para abrigar guarnições egípcias ligadas ao comércio e às ações de repressão dos rebeldes kushitas, impedindo qualquer união ou rebelião daqueles povos.

Betsy Bryan cita uma estela deixada por Amenhotep I no forte egípcio de Aniba, construído na região da primeira catarata, em seu oitavo ano de reinado. Nela afirma-se que os *intiu* (arqueiros) e os *mentiu* (saqueadores do deserto ocidental) entregaram ouro e grandes quantidades de produtos ao rei, o que pode significar que a uma expedição de sucesso a Kush seguiu-se uma visita oficial do faraó para assegurar a posse da Baixa Núbia à família real<sup>33</sup>.

A tributação da região de Wawat aparece ainda em outra fonte do período, na estela de Harmini, proveniente provavelmente de Abidos e hoje no museu de Florença. Harmini fora magistrado chefe de Nekhen-Hieraconpolis, antes de ser promovido a governador de Wawat. É possível também que esta região tenha sido incorporada à antiga jurisdição de Harmini, que se iniciava em Nekhen. De qualquer forma, ele foi o funcionário responsável pela coleta do tributo das terras do sul. Na estela, pode-se ler o seguinte:

**Eu passei muitos anos como prefeito de Nekhen (Hieraconpolis). Eu trouxe seus tributos para o Senhor das Duas Terras. Eu fui elogiado e nada foi encontrado contra mim. Eu alcancei idade avançada em Wawat, sendo favorito de meu senhor. Eu fui ao norte com seus tributos para o rei, cada ano.**<sup>34</sup>

Com a expansão do império para o sul e a tributação de Wawat, a economia egípcia continuou sua linha de desenvolvimento iniciada com as inovações nas forças produtivas relativas às trocas de experiências com os hicsos. A conquista da Baixa Núbia fornecera um fluxo constante de ouro e outros minérios. Nos 12 anos de paz do reinado de Amenhotep I, abriram-se minas de turquesa no Sinai; iniciou-se a extração de alabastro em Bosra e em Hatnub; e foram abertos os trabalhos nas minas de arenito em Gebel el-Silsila.

---

<sup>33</sup> BRYAN, Betsy. “The 18<sup>th</sup> Dynasty before the Amarna Period (c. 1550-1069)”. In: SHAW, Ian (Org.). *The Oxford History of Ancient Egypt*. New York: Oxford University Press, 2000. p. 214.

<sup>34</sup> BREASTED, James Henry (Edit. e Trad). *Ancient Records of Egypt*. Vol. 2 *The Eighteenth Dynasty*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2001. Edição original de 1906. p. 21.

A intensificação da mineração liga-se a pelo menos duas questões importantes para a sociedade egípcia. Primeiro, o produto desta exploração era usado diretamente para a construção de templos e monumentos em geral. O maior exemplo disto foi o fortalecimento do culto de Amon, o deus dinástico, através principalmente do investimento no templo de Karnak, no qual foram registradas as façanhas dos faraós da XVIIIª Dinastia. Por outro lado, a mineração também tinha sua faceta militar, uma vez que tropas eram deslocadas para garantir a segurança dos trabalhadores e do produto. O vocábulo para determinar os trabalhadores das minas era o mesmo utilizado para os soldados (*imyw-r mšꜥ*). Todavia, Faulkner corrobora a idéia de que não eram os militares que trabalhavam, sendo a expressão utilizada devido à lógica organizacional dos trabalhadores, que, como no exército, eram divididos em batalhões<sup>35</sup>.

O sucesso na dominação de Wawat e as rendas de lá provenientes, em conjunto com a intensificação da mineração levaram a um aumento das construções na margem oriental do Nilo. Em decorrência disto e da importância de seu reinado no contexto do início do Reino Novo, Amenhotep I passou a ser adorado como divindade ao lado de sua mãe Ahmés-Nefertari, logo após seu falecimento.

A adoração dos faraós como divindades, inclusive em vida, foi um elemento característico em todo o decorrer da XVIIIª Dinastia. Além disto, o reinado de Amenhotep I também contou com a presença de outros elementos que se consagrariam durante sua dinastia. Fortaleceu-se o culto de Amon com o investimento no templo de Karnak; expandiu-se o território para o sul em busca de conquistas materiais; fortaleceu-se o núcleo fechado da família real, afastando quaisquer reivindicações políticas ou econômicas ao trono; e se desenvolveu uma organização administrativa ligada a importantes famílias de cidades centrais do Egito, como Elkab, Edfu e, principalmente, Tebas.

O fechamento da família real deveu-se provavelmente, como afirma Betsy Bryan, a uma decisão deliberada de limitar o acesso a ela, o que significaria, em termos econômicos, a indivisibilidade dos ganhos da guerra com outras famílias. A concentração dos ganhos econômicos nas mãos de poucas famílias diretamente associadas à realeza dava aos monarcas a possibilidade de enriquecer apenas seus principais seguidores militares, fortalecendo, assim suas posições políticas<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> FAULKNER, Raymond O. "Egyptian Military Organization". *The Journal of Egyptian Archaeology*. Vol. 39. Egypt Exploration Society. Dez. 1953. pp. 32-37. A citação refere-se à página 38.

<sup>36</sup> BRYAN, Betsy. *Op. cit.* p. 216.

Em termos religiosos, buscou-se justificar a exclusividade da linhagem real com uma tática empregada anteriormente no Reino Médio: a manutenção das princesas dentro da família real – o que fica claro, inclusive, através da diplomacia internacional, na qual o Egito recebia princesas, mas não as enviava a governantes estrangeiros. A pureza da linhagem não foi total porque a XVIIIª Dinastia observou um problema na geração de prole masculina com as rainhas principais. Assim, pelo menos parte dos faraós foi proveniente de esposas secundárias.

#### **1.4 O Reinado de Thutmés I e o Início da Colonização da Núbia**

A problemática da sucessão já se estabelecera no final do reinado de Amenhotep I, que resolveu escolher seu cunhado, um soldado, para o trono. Thutmés I tornou-se faraó com cerca de 40 anos de idade, permanecendo por oito.

Em seu curto reinado, Thutmés I dedicou-se inicialmente a terminar o trabalho de seu antecessor, dominando e pacificando a Núbia. Para isto, liderou sua primeira campanha em seu segundo ano de trono. A escolha do sul para a concentração da atividade militar parecia óbvia naquele momento. Primeiro devido à idéia de continuidade em relação às ações de Amenhotep I, o que garantia legitimidade ao novo monarca. Segundo porque certamente a Núbia era um inimigo bem mais fraco do que as cidades da Síria-Palestina, de feita que era uma região pouco urbanizada e carente de uma unidade política. Por fim, a escolha justificava-se pela facilidade na utilização do Nilo como corredor militar para o abastecimento das tropas, conforme a tática tradicional da guerra egípcia, apoiada por sua marinha.

A tática thutméssida foi, portanto, dominar completamente a Núbia para ter acesso a todas as suas riquezas. Isto incluía o ouro, extremamente necessário as relações internacionais, nas quais o Egito conseguia matérias-primas fundamentais para sua atividade bélica, como a madeira para os navios.

O centro da oposição encontrava-se na região da terceira catarata, nas imediações da cidade de Kerma, capital da antiga confederação kushita, onde foi construído o forte de Tombo, base operacional na região. A vitória naquela localidade não conteve o faraó, que avançou em direção à quarta catarata.

Além da habilidade militar pela qual tinha se destacado ainda no reinado de seu antecessor, Thutmés I ficou marcado pela sua capacidade de organização administrativa e delegação de funções, a exemplo do fortalecimento do cargo de “supervisor das terras do sul”, também conhecido como “Filho Real de Kush” ou vice-rei de Kush, que havia sido criado por Kamés. O vice-rei tinha poder igual ao do vizir do Egito e se dedicava à organização das terras ao sul a partir da primeira catarata. Nota-se que o faraó passou, então, a preocupar-se mais com o controle do que com a expansão meridional de seu império. Outro sinal de tal preocupação em gerenciar as conquistas do sul é citado em uma fonte do reinado de seu sucessor, Thutmés II, que se refere à região abaixo da primeira catarata como tendo sido dividida anteriormente em cinco regiões administrativas.

Para o posto de vice-rei da Núbia, Thutmés I escolheu um funcionário antigo, que servira a Ahmés e a Amenhotep I, Turi. Sua biografia consta na parede sul do templo de Thutmés III, de quem também foi servidor, em Semneh. A passagem relativa à sua nomeação é a seguinte:

**O rei do Alto e Baixo Egito, Okheperkere (Thutmés I) nomeou-me como Filho Real de [Kush] [...] de ouro; um bracelete na segunda vez [...] deu-me de ouro: um vaso, dois braceletes [...] ele [...] mais a mim do que os magnatas do palácio. Ele reconheceu a excelência do [...] no lugar de satisfazer o coração.<sup>37</sup>**

Provavelmente, a principal inscrição do reinado de Thutmés I foi aquela deixada em Tombos, na fortaleza construída para guardar a fronteira meridional daquele reinado. O forte localizava-se acima da terceira catarata e ligeiramente ao norte de Kerma. Não era o ponto mais longínquo alcançado por aquele faraó, mas certamente era o lugar de influência egípcia mais ao sul. A Estela de Tombos foi esculpida em uma rocha de granito e informa acerca da campanha thutméssida na Núbia, fazendo, ao mesmo tempo, um panegírico do monarca. Acerca da sua vitória sobre os núbios, afirma-se:

**O Hórus, senhor das Duas Terras, é vitorioso. (...) Ele derrotou o chefe dos arqueiros; o núbio está despojado e preso em sua palma. Ele juntou os dois extremos de seus lados, sem que restasse nenhum dos rebeldes que vieram para auxiliá-lo, em sequer um deles. Os *iuntiu* núbios foram derrotados com [sua] matança, estendidos por suas terras, suas vísceras inundando seus vales, seu sangue como uma chuva torrencial. Os restos [despedaçados] são muito numerosos para as aves (...)<sup>38</sup>.**

---

<sup>37</sup> BREASTED, James Henry. *Op. Cit.* p. 27.

<sup>38</sup> GALÁN, José M. *El Imperio...* *Op. Cit.* pp. 49-50.

Mais do que um simples registro de fronteira, a Estela de Tombos tem importância fundamental na literatura egípcia, uma vez que marca o ponto de virada na direção do aparecimento de um novo tipo de construção narrativa, ligada ao império egípcio e suas constantes campanhas militares. O novo tipo de narrativa descreve a superioridade do rei egípcio sobre seus inimigos de forma não usual e poética, devotando-se à onipresença do faraó. Para narrativas históricas curtas usava-se a forma narrativa conhecida como *iw.tw* (“alguém veio informar sua majestade”), ideal para estelas com pouco espaço; para formulações mais longas abandonava-se o tipo de construção da Estela de Kamés e passava-se a adotar uma estrutura semelhante à da Estela de Tombos<sup>39</sup>.

Um ano e sete meses após a data escrita na Estela de Tombos, o vice-rei Turi iniciou as obras de reforma e desobstrução de um canal para facilitar a passagens pela zona da primeira catarata do Nilo, algo que já havia começado a ser construído no Reino Antigo, pelo faraó Senusert III. O trabalho legou três grafites comemorativos assinados pelo próprio Turi, um deles deixado na região de Assuan e outros dois na ilha de Sehel. Seguem dois trechos relativos aos grafites de Sehel que fazem menção ao poderio do faraó sobre a Núbia e ao regresso após suas conquistas:

**Ano 3, primeiro mês de *Shemu*, dia 22. Sua Majestade navegou este canal vitoriosamente e poderosamente em seu regresso após derrotar o maldito Kush.**

**Ano 3, primeiro mês de *Shemu*, dia 22. (...) Sua Majestade ordena a escavação deste canal, depois que ele o encontrou [obstruído] por pedras, sem [que nenhum barco] pudesse passar [por ele]. Ele [navegou rio abaixo] por ele, feliz, [depois de haver abatido seus inimigos].  
O vice-rei [Turi].<sup>40</sup>**

Após estabelecer as bases concretas de sua hegemonia sobre a Núbia, com a construção de templos e o início do processo de colonização e egípcianização da região de Wawat, Thutmés I voltou-se para o norte, onde ele sabia que a conquista demandaria um esforço muito maior. Entre outros fatores já vistos, foi também por isto que os primeiros faraós da XVIIIª Dinastia dedicaram-se ao sul primeiro. A região da Síria-Palestina contava com diversas cidades e era área

---

<sup>39</sup> O aprofundamento da discussão acerca da estrutura narrativa dos textos militares da XVIIIª Dinastia encontra-se em SPALINGER, Anthony. *Aspects of the Military Documents of the Ancient Egyptians*. New Haven and London: Yale University Press, 1982.

<sup>40</sup> GALÁN, José M. *El Imperio...* Op. Cit. p. 53.

de influência do império de Mitanni, já consolidado como grande potência do Antigo Oriente Próximo.

Thutmés I, então, modificou a política utilizada até aquele momento em relação ao norte. A arma de intimidação não seria mais a expedição periódica sortida, pensava-se agora em um planejamento de longo prazo para submeter aquela região. Todavia, era necessário ter calma em virtude da presença dos chefes de Mitanni na vizinhança. O faraó buscou não entrar em contato militar direto com eles, enfrentando apenas seus vassalos. A conquista de terras na Síria não aconteceu, provavelmente em virtude da pequena difusão do carro de guerra no exército egípcio, o que deixava as forças faraônicas em desvantagem em relação aos inimigos asiáticos.

As fontes, contudo, retratam claramente a presença da primeira campanha thutméssida direcionada ao nordeste da “terra negra”, na qual aconteceram os primeiros conflitos com os vassalos de Mitanni. Novamente, as biografias de Ahmés, filho de Ebana, e de Ahmés Pennekhebet mostram-se fundamentais para o entendimento da expansão. Seguem, respectivamente, um trecho de cada texto:

**Depois disto, (Sua Majestade) prosseguiu para Retenu para saciar seu desejo por terras estrangeiras. Sua Majestade alcançou Naharina e encontrou aquele inimigo reunindo guerreiros. Sua Majestade levou a cabo uma grande matança entre eles, incontáveis foram os prisioneiros que Sua Majestade trouxe de suas vitórias. Eu estava na vanguarda de nossa tropa e Sua Majestade pôde observar meu valor: eu trouxe um carro, seu cavalo e aquele que estava nele como prisioneiro e os apresentei a Sua Majestade. Fui recompensado com ouro duplicado<sup>41</sup>.**

**Novamente servi ao rei do Egito Aakheperkara (Thutmés I) – v.p.s. – e capturei para ele na terra de Naharina vinte e uma mãos, um cavalo e um carro<sup>42</sup>.**

O primeiro aspecto a ser ressaltado nestas fontes é o pagamento em ouro pelos trabalhos dos militares. É certo que isto já foi mencionado anteriormente, mas o texto de Ahmés, filho de Ebana, mostra uma nova faceta da recompensa. O faraó passa a não presentear seu valoroso soldado com os bens por ele capturados em batalha, mas sim com ouro.

Outro fator importante, que aparece nos dois fragmentos, é a presença marcante dos cavalos e carros de guerra. Como visto, a utilização dos dois em batalha era extremamente difundida no Oriente Próximo, com exceção do Egito. Somente a partir das trocas com os hicsos

---

<sup>41</sup> GALÁN, Jose Manuel. *El Imperio.... Op. Cit.* p. 42.

<sup>42</sup> *Idem, Ibidem.* p. 44.

é que começaram a ser produzidos os primeiros carros egípcios. Os cavalos, entretanto, tinham que ser importados ou capturados nas batalhas. Somente a incorporação de um número maior de carros de guerra é que possibilitou a expansão efetiva do império egípcio no Levante. Isto começa a ficar muito aparente nas fontes a partir do reinado de Thutmés I. Redford afirma que foi a partir do período deste faraó que começam a aparecer representações pictográficas de carros no Egito<sup>43</sup>. As primeiras representações de cenas do retorno do faraó da batalha trazendo cativos também datam deste reinado.

Outro vestígio importante da atuação de Thutmés I na Ásia foi legado a nós por sua filha Hatshepsut, que, em seu templo de Deir el-Bahri, representou elefantes caçados pelo seu pai entre os animais exóticos que ela conseguira em sua expedição ao país de Punt. O texto que acompanha a iconografia informa sobre a caça de elefantes na região de Niy, ao sudoeste de Naharina/Mitanni, empreendida no regresso de sua campanha.

**Sua Majestade em pessoa caçou [x exempla(res)] de elefantes na terra de Naharina, indo a cavalo depois de ter derrotado o Alto Retenu em sua [primeira (?)] campanha de vitória. Sua Majestade chegou a Niy e ali encontrou estes elefantes. Não havia ocorrido nada igual a (nenhum) rei anterior<sup>44</sup>.**

A realização de caçadas reais não era algo novo para os egípcios. Todavia, conforme mencionado na própria fonte, a novidade residia na transferência dessa atividade para a Ásia. Uma caçada, que antes representava apenas a ação do faraó para manter a ordem ao massacrar animais representantes do caos do deserto, agora passava a servir como celebração do sucesso de uma campanha militar vitoriosa. Além disto, os monarcas guerreiros característicos da XVIIIª Dinastia passaram a utilizar a caça como atividade desportiva para aprimorar suas artes belicosas.

Redford afirma que apesar de a campanha de Thutmés I na Ásia parecer apenas mais uma sortida, como havia sido feito por Ahmés anteriormente, o mais provável é que o terceiro faraó da XVIIIª Dinastia tenha atentado para uma abordagem diferente<sup>45</sup>. Seu plano – iniciado por seus antecessores – teria sido concretizar a dominação da Núbia através de um esforço de colonização ligado à construção de fortes e estabelecimentos de guarnições em uma área de maior facilidade para o abastecimento e, conseqüentemente, para a guerra. Somente então tornar-se-ia possível investir seriamente em uma expansão direcionada à Síria-Palestina e ao Eufrates, inclusive

---

<sup>43</sup> REDFORD, Donald B. *Op. Cit.* p. 154.

<sup>44</sup> GALÁN, José M. *El Imperio...* *Op. Cit.* p. 54.

<sup>45</sup> REDFORD, Donald B. *Op. Cit.* p. 149.

porque nestas áreas a batalha seria mais difícil, por motivos já vistos. Após os três primeiros faraós do Reino Novo, o norte passava a ser a frente regular para as campanhas egípcias.

A solidificação dos elementos característicos do Reino Novo não para na virada militar para o norte. Thutmés I, assim como seus antecessores e sucessores, escolheu fortalecer os locais de culto que promovessem a conexão entre rei e divindade. O monarca, contudo, buscou ressaltar sua ligação com faraós do Reino Médio ao invés do fortalecimento dos laços com Ahmés e Amenhotep I. Certamente esta foi uma estratégia de legitimação de sua linhagem, uma vez que não era descendente direto dos últimos reis da linhagem decorrente da XVIIª dinastia.

### **1.5 O Curto Reinado de Thutmés II**

A sucessão para o reinado de Thutmés I ocorreu, conforme comum na XVIIIª Dinastia, com a subida ao trono de um filho de esposa secundária, que logo adotou o nome de trono de Thutmés II. Seu reinado não foi longo, durando cerca de três anos, o que leva a especulações acerca da saúde do novo monarca.

Em seu curto governo, a relação mais importante de Thutmés II com a construção do império egípcio foi a pacificação de uma revolta na Núbia. Acredita-se que o faraó tenha requisitado informes acerca da situação da rota do sul entre Aswan e Philae. Como resposta, um mensageiro informou sobre uma rebelião na região do forte de Tombos, construído por seu pai, que estava atrapalhando o comércio de ouro, marfim e outros produtos de luxo, além de atentar contra o domínio egípcio no local.

A descrição de todo o processo encontra-se em uma estela gravada numa rocha no caminho entre Aswan e Philae, que, após uma introdução protocolar, afirma:

**Alguém veio informar Sua Majestade de que o maldito Kush começara a se rebelar. Os que eram servos do senhor das Duas Terras tramaram uma conspiração. Os criminosos começaram a atacar a gente do Egito, a roubar o gado das fortalezas que teu pai, o grande rei do Egito Aakhperkara (Thutmés I) – que viva para sempre – levantara com suas vitórias para se opor às terras estrangeiras rebeldes, aos *iuntiu* núbios de Khenthennefer<sup>46</sup>.**

---

<sup>46</sup> GALÁN, José M. *El Imperio...* Op. Cit. p. 58.

O texto revela, ainda, que, conforme mencionamos, a organização pensada por Thutmés I para a Núbia baseava-se na divisão do território em cinco jurisdições administrativas. A revolta fora organizada por um aliado egípcio em conjunto com três herdeiros dos antigos inimigos de Kerma, responsáveis por estas jurisdições.

**Há um chefe do maldito Kush que passara à condição de inimigo, junto com dois *iuntiu* da Núbia e três filhos de um chefe do maldito Kush, os quais caíram diante do senhor das Duas Terras no dia da matança do bom deus e dividiram seu território em cinco partes, cada um custodiando sua possessão<sup>47</sup>.**

Descartando-se as nuances narrativas de uma inscrição que foi feita após todo o processo, a repressão não parece ter tardado. O que provavelmente é verdade, uma vez que o reinado de Thutmés II não foi longo. O monarca mobilizou suas tropas e marchou para Tombos para controlar a revolta. Perpetrou-se um massacre, como já havia feito Thutmés I. A fonte relata apenas um sobrevivente: o príncipe, filho do chefe revoltoso, que foi levado ao faraó como refém junto com seus dependentes – fato que se tornaria costume daí para a frente.

**Então, Sua Majestade despachou uma numerosa tropa até a Núbia em sua primeira ocasião de vitória (...). A tropa de Sua Majestade derrotou os estrangeiros. Não deixaram nenhum de seus homens vivos, conforme as ordens de Sua Majestade, a exceção de um dos filhos do chefe do maldito Kush, o qual foi levado como cativo, junto com seus dependentes, até o lugar onde estava Sua Majestade e foi posto sob os pés do bom deus<sup>48</sup>.**

O trecho acima deixa transparecer um aspecto importante ao se referir ao envio dos cativos ao local onde o faraó estava. Provavelmente Thutmés II não chegou, como outros faraós, a colocar seus pés na zona abaixo da primeira catarata. O príncipe e seus dependentes foram levados a Tebas, onde permaneceriam como reféns na corte do rei egípcio para que fossem egipcianizados por meio da educação em conjunto com os herdeiros do trono das Duas Terras e de seus nobres.

Ahmés Pennekhbet serviu também a Thutmés II e sua biografia retrata, para alguns, uma possível campanha deste monarca na Síria-Palestina. O soldado afirma:

---

<sup>47</sup> *Idem, Ibidem.* p. 58.

<sup>48</sup> *Idem, Ibidem.* p. 58.

**Quando eu segui o rei Okhpernere (Thutmés II) triunfante; ele me trouxe de Shasu muitos prisioneiros vivos, sem que eu os tenha contado<sup>49</sup>.**

O topônimo *Shasu* foi utilizado posteriormente para se referir a algumas tribos seminômades da Palestina, o que reafirma a idéia de uma campanha na região. Um argumento contrário é dado por Betsy Bryan, quando esta afirma que *shasu* era um termo étnico que, na época de Thutmés II, poderia ser utilizado tanto para asiáticos quanto para núbios<sup>50</sup>.

Já no início do século XX, Breasted lembrava que um importante registro para o esclarecimento desta questão é um fragmento bastante incompleto do templo de Deir el-Bahri, que retrata o pagamento de tributos asiáticos a Thutmés II após suas vitórias no Alto Retenu, nas proximidades de Niy.

**[Tributos trazidos para a fama do rei Okhepernere (Thutmés II) [de suas vitórias [...] elefante[s] [...] cavalo[s] [...] o Alto [Retenu] [...] [a terra] de Niy [...] reis [...] Sua Majestade em [...] [quando] ele veio de [...]]<sup>51</sup>.**

## **1.6 A Co-regência de Hatshepsut e Thutmés III**

O falecimento precoce de Thutmés II deu origem a um problema ainda mais grave na linha sucessória. Seu único filho homem era fruto de uma esposa secundária e tinha apenas 10 anos. A solução, encontrada após alguns anos, foi uma co-regência entre o menino – que assumiu o nome de trono de Thutmés III – e sua tia-madrasta, Hatshepsut. Esta era herdeira direta de Thutmés I com sua rainha e, portanto, irmã e esposa real do monarca falecido.

A manutenção da linhagem real direta na figura de Hatshepsut levou a rainha a reivindicar a herança de seu pai ainda durante a vida do irmão. A partir da morte de Thutmés II, a rainha assumiu a co-regência e passou a capitalizar os ganhos econômicos e políticos tanto do cargo de “Esposa de Amon”, como de sua conexão com a família de Ahmés-Nefertari, poderosa rainha do início da dinastia. Quatro meses depois, Hatshepsut passou a se representar como faraó.

---

<sup>49</sup> BREASTED, James Henry. *Op. Cit.* p. 51.

<sup>50</sup> BRYAN, Betsy. *Op. Cit.* p. 227.

<sup>51</sup> BREASTED, James Henry. *Op. Cit.* p. 51.

Ao contrário dos faraós masculinos que a antecederam na XVIIIª Dinastia, Hatshepsut buscou valorizar a ordem, a paz e a tranquilidade necessárias para um projeto de reconstrução da “terra negra”. Tal projeto fora ideologicamente ordenado diretamente por Amon, no que se configurava como mais uma das táticas de afirmação da mulher-faraó. Um dos textos que demonstra a intenção de reformar o Egito está presente na soleira da porta de um santuário rupestre da região de Beni Hasan, dedicado a Pakhet.

**Escutai todos os nobres e a numerosa multidão. Eu fiz isto como um plano de meu coração. Não dormi no esquecimento, mas reforcei o que estava fraco, levantei o que estava caído desde que os semitas estavam no meio do Delta, [em] Avaris, e os nômades em meio deles, derrubando o que estava construído. (...) Nunca se destruirá o que Amon ordenou e minha inscrição perdurará como uma rocha<sup>52</sup>.**

Provavelmente, o fator mais marcante do reinado de Hatshepsut foi a sua necessidade de afirmação, uma vez que ela era um elemento estranho dentro da lógica de continuidade milenar dos faraós homens. Seu esforço para se manter no trono fez com que tivesse que deixar os interesses externos do Egito em segundo plano em relação aos problemas internos. Neste sentido, a paz era mais do que necessária e as fontes egípcias do período manifestam a pacificação como uma vontade de todos os chefes estrangeiros, o que certamente é uma extrapolação dos desígnios faraônicos.

**[Hatshepsut é] possuidora do tributo de todas as terras (...) os chefes das terras estrangeiras vêm a ela para requisitar a paz [de Sua Majestade, a...] está em sob seu controle, para ela que se apoderou de todas as terras com seu [braço forte] e seu [ter]ror circulou por todas as terras<sup>53</sup>.**

Apesar de sua argumentação pacífica em prol de uma aquisição de bens e serviços através das trocas, Hatshepsut teve que lançar mão do recurso da coerção em última instância para assegurar a manutenção das conquistas de seus antecessores. Este é o caso do envio de uma expedição punitiva à Núbia com o intuito de controlar uma das costumeiras revoltas entre os povos da região. Esta informação nos foi legada através de um grafite feito em uma pedra na ilha de Sehel, na região da primeira catarata do Nilo, ainda que o conflito tenha ocorrido em uma localidade mais distante. O indivíduo que ordenou a inscrição, um tal Tey, afirma:

---

<sup>52</sup> GALÁN, José M. *El Imperio...* Op. Cit. p. 71.

<sup>53</sup> *Urk IV*, p. 247 traduzido e citado por Redford em REDFORD, Donald B. Op. Cit. p. 151.

**Presenciei como derrotava os *iuntiu* e trazia os chefes vencidos como prisioneiros. Presenciei como arrasava a terra da Núbia. Quando eu era assistente de Sua Majestade, [desempenhava a função de] comissário real, que leva a cabo o que se disse<sup>54</sup>.**

De qualquer forma, esta fonte é completamente anômala dentro da lógica do reinado de Hatshepsut, já que os filhos reais de Kush que serviram à rainha – Seni, Amennakhat e outro cujo nome nos é desconhecido – acabaram por desempenhar muito mais funções administrativas, como a supervisão da entrega de tributos, do que atividades militares como a liderança ou organização de tropas e guarnições.

A despeito da inexistência de registros de conquistas ou campanhas militares, o período da rainha-faraó foi marcado por referências voltadas para a comemoração de sua influência externa que relatam a submissão violenta dos chefes estrangeiros. Se isto já era elemento corriqueiro da ideologia egípcia em outros reinados – uma vez que o faraó deve ser mostrado como dono do universo –, a necessidade de afirmação de uma governante feminina elevava este artifício a uma potência ainda maior.

O primeiro exemplo da utilização dos mesmos esquemas da ideologia que apresentaremos encontra-se no templo construído pela rainha em Deir el-Bahri. Neste fragmento, os deuses se dirigem a Hatshepsut quando esta era apenas uma menina, ainda acompanhada de seu pai Thutmés I, no que se mostra claramente como uma tentativa de legitimação através do argumento da descendência direta do faraó que conquistara a Núbia.

**Atravessa as terras! Conquista numerosas terras estrangeiras, esmaga a terra de Tjehenu, golpeia com a maça os *iuntiu* e corta as cabeças de [sua] tropa, agarra aos chefes de Retenu como a matança de teu pai (...)<sup>55</sup>.**

O domínio sobre todas as terras do mundo conhecido também aparece no obelisco construído por mando da Hatshepsut no templo de Karnak, onde se afirma que:

**A mirra de Punt é trazida para mim como o grão transportado num barco [...] todas as nobres maravilhas desta terra estrangeira e se dirigem ao meu palácio por vez. Os palestinos enviam [...] turquesas da terra de Roshaut (provavelmente no Sinai). Eles me trazem uma seleção de Negau (?), que consiste em madeira de pinheiro, de zimbro e madeira-*meru* [...] todo tipo de planta típica da Terra-do-deus. Produtos de Tjehenu são**

---

<sup>54</sup> GALÁN, José M. *El Imperio.... Op. Cit.* p. 60.

<sup>55</sup> *Idem, Ibidem.* p. 61.

**trazidos para mim, consistindo em setecentos dentes de marfim de lá e numerosas [peles] de pantera do sul de seis cúbitos de largura e quatro cúbitos de comprimento, além de todos os produtos desta terra estrangeira<sup>56</sup>.**

É-nos possível crer que o meio mais provável para a aquisição destes produtos seja a troca comercial, ainda que a ideologia egípcia inverta a lógica para um tributo. A principal fonte do período de Hatshepsut para as relações internacionais corrobora esta tese, mostrando uma expedição enviada ao país de Punt pela rainha em busca de produtos locais e bens de prestígio.

No relato da expedição à Punt vemos, pela primeira vez, o claro papel desempenhado pelo oráculo de Amon, que ordena o envio dos navios. Estes descem pelo Mar Vermelho para alcançar a terra que, apesar das contínuas dúvidas, acredita-se hoje localizada na Somália. Vejamos a forma com a qual se demonstra a palavra do deus:

**Escutou-se um pronunciamento (decreto ou ordem) do trono, um anúncio do próprio deus:**

**“Explorarei as rotas até Punt, descobrirei os caminhos até as terras da mirra para guiar a tropa por água e por terra para trazer as maravilhas da Terra-do-deus para este deus que criou suas perfeições (de Hatshepsut).**

**(A rainha responde:) “Farei para ti de acordo com tudo que pronunciaste a majestade deste nobre deus (...)<sup>57</sup>.**

Se Hatshepsut não fez campanhas militares conhecidas na Ásia, pelo menos isto não parece ter sido impedimento para que ela exercesse em parte da região da Síria-Palestina algum controle indireto, como argumenta Spalinger<sup>58</sup>. A ação de Thutmés II no norte já havia despertado a necessidade daqueles povos de criar mecanismos de proteção contra o expansionismo egípcio, que mudara claramente de objetivo, deixando para trás as invasões “defensivas” de Ahmés.

Enquanto Tunip buscava exercer controle sobre o território ao norte de Biblos, o sul era centralizado por Kadesh. As cidades da Palestina eram leais ao rei de Kadesh, que tinha terras na Galiléia e ao norte do vale do rio Jordão, além de ser apoiado por Mitanni. Seu forte controle sobre a cidade de Megiddo desmascarava suas intenções de se movimentar para o sul e anexar mais territórios.

---

<sup>56</sup> *Idem, Ibidem.* p. 62.

<sup>57</sup> *Idem, Ibidem.* p. 66.

<sup>58</sup> SPALINGER, Anthony. *War in Ancient Egypt. Op. Cit.* p. 63.

## **1.7 O Reinado Conquistador de Thutmés III e Consolidação do Império Egípcio**

No décimo dia do sexto mês do ano 22 de seu reinado (fevereiro de 1504 a.C.), de certa forma conjunto com Thutmés III, Hatshepsut faleceu. O rápido declínio anterior à sua morte não passou despercebido na região do Levante, onde o rei de Kadesh já mobilizava tropas em Megiddo provavelmente para tirar vantagem do falecimento da rainha-faraó. Seu sucessor, contudo, já estava preparado para enfrentar essa ameaça e não demorou três meses para marchar com suas tropas para o norte.

O reinado pessoal de Thutmés III durou 32 anos e foi, certamente, aquele que deixou a maior documentação relativa às atividades militares do Egito no Oriente Próximo, a ponto de um egiptólogo como Breasted considerar seus *Anais* como o documento histórico mais importante do período faraônico.

*Anais* foi o nome dado à composição que ocupa as paredes de duas salas contíguas localizadas atrás do sexto pilono do templo de Karnak, a maior delas medindo oito metros de altura por doze de largura. O texto é uma inscrição comemorativa que resume um diário de campanha escrito em um rolo de couro pelo chefe dos escribas militares e gravado segundo a seguinte ordem:

**Sua majestade ordena que se gravem as vitórias que seu pai [Amon] lhe concedeu sobre (as paredes) de pedra do pátio, no templo que Sua Majestade reconstruiu [para o seu pai Amon... segundo a ordem deste mesmo deus: que se registrará] cada uma das campanhas, junto com o butim que Sua Majestade trouxe com ela. Fez-se como [era o desejo de Sua Majestade...].<sup>59</sup>**

Apesar de conter a mais detalhada descrição de uma batalha egípcia antes de Ramsés II, incluindo as táticas, estratégias e movimentações das tropas, os *Anais* privilegiam a exposição minuciosa dos butins. Isto é compreensível se considerarmos que o autor era um escriba do templo e que o objetivo principal da escritura era engrandecer o nome do faraó em sua relação com Amon. As campanhas levaram a um enriquecimento do culto ao deus dinástico por meio das

---

<sup>59</sup> GALÁN, José M. *El Imperio.... Op. Cit.* p. 87.

doações relativas a cada vitória. A densidade da descrição dos fatos levou Lichtheim a afirmar, em comparação com outros escritos, que é um texto mais realista do que retórico<sup>60</sup>.

Ainda no reinado de Hatshepsut, Thutmés III estava concentrado na liderança do exército, que era a principal fonte de poder da sociedade egípcia. Fora da “terra negra”, no Levante, há tempos o cenário era de insegurança, com constantes mudanças de dinastias. A crise hegemônica começou a ter seu fim com a aliança entre Kadesh e Megiddo, que levou ao surgimento da confederação de *maryannu* liderada por Duruša, rei da primeira cidade. Segundo Epstein, a formação desta confederação seria anterior à soberania de Mitanni sobre ela<sup>61</sup>.

Dois motivos distintos, mas não antagônicos, são ressaltados pelos egiptólogos para explicar a virada das campanhas egípcias para o norte a partir do reinado de Thutmés III. Spalinger, a partir de um argumento semelhante ao usado por Barry Kemp para explicar o imperialismo egípcio, em seu artigo da década de 1970, afirma que o foco bélico teria se voltado para a Ásia Menor pelo fato de o sul não oferecer mais oportunidades de glória para fração militar da classe dominante, que ganhava cada vez mais força<sup>62</sup>. Por outro lado, Murnane é um exemplo da corrente que prefere jogar o peso da mudança na ameaça criada a partir da aliança dos príncipes asiáticos e da mobilização das tropas na região de Megiddo<sup>63</sup>.

Os problemas de conservação das inscrições dos *Anais* criaram algumas dúvidas em relação ao estopim da primeira campanha do sucessor de Hatshepsut. A tradução mais antiga a que temos acesso é a feita pelo egiptólogo estadunidense Henry Breasted, na virada do século XIX para o XX e publicada em 1906/1907. Após a introdução ritualizada, descreve-se a situação do dia 25, do quarto mês de *Peret* do ano 22 do reinado de Thutmés III, dois meses após o falecimento de sua tia-madrasta. Naquela ocasião afirmou-se que tribos de asiáticos, da cidade de Sharuhen, estavam em Yeraza (= Yursa) se revoltando.

A versão do alemão Kurt Sethe, lançada em 1910, ressalta o período de muitos anos no qual havia invasores sediados na cidade de Avaris e afirma que outros reis semelhantes àqueles,

---

<sup>60</sup> LICHTHEIM, Mirian (Edit. e Trad.). *Ancient Egyptian Literature. Vol. 2: The New Kingdom*. Los Angeles: University of California Press, 1976. p. 29.

<sup>61</sup> EPSTEIN, Claire. “That Wretched Enemy of Kadesh”. *Journal of Near Eastern Studies*, Vol. 22, N.º 4. Chicago: The University of Chicago Press, Out. 1963. pp. 242-246. Citação referente à p. 246.

<sup>62</sup> SPALINGER, Anthony. *War in Ancient Egypt. Op. Cit.* p. 73.

<sup>63</sup> MURNANE, William J. “Rhetorical History? The Beginning of Thutmose III’s First Campaign in Western Asia”. *Journal of the American Research Center in Egypt*, vol. 26. American Research Center in Egypt, 1989. pp. 183-189. Citação referente à p. 189.

que eram da cidade de Sharuhen, armaram-se e estavam na cidade de Yursa, rebelando-se contra Sua Majestade<sup>64</sup>.

Em 1967, Donald Redford reexaminou o trecho inicial dos *Anais* e apresentou outra versão. Nela, Retenu tinha caído na anarquia e a guarnição que estivera situada lá, estava agora em Sharuhen, enquanto em Yursa e em outros territórios o povo se rebelava contra o faraó<sup>65</sup>.

As traduções posteriores a que tivemos acesso utilizam ou uma ou outra das versões acima. Por um lado, a compilação editada e publicada, em 1982, na Austrália, por C. Forbes e G. Garner utiliza a tradução de Breasted<sup>66</sup>. Por outro lado, a coletânea de fontes editada, traduzida e publicada por Miriam Lichtheim, nos EUA em 1976, apresenta a mesma versão de Redford<sup>67</sup>. O mesmo ocorre no texto mais recente ao qual tivemos acesso, uma seleção de inscrições referentes ao imperialismo egípcio, editada e traduzida por José M. Galán e publicada na Espanha em 2002<sup>68</sup>. Nesta, o fragmento apresenta-se da seguinte forma:

**Ano 22, quarto mês da estação *Peret*, dia 25.**

**[...] Sile<sup>69</sup> em sua primeira campanha de vitória, [...] as fronteiras do Egito, valentemente [...].**

**(...) Ocorreu na época [de outor], a guarnição que estava ali [agora] estava na cidade<sup>70</sup> de Sharuhen. Desde Yursa até os confins da terra haviam se rebelado contra Sua Majestade.<sup>71</sup>**

Faz-se necessária uma parada no correr dos acontecimentos relativos às campanhas bélicas egípcias para uma análise da terminologia utilizada em seus documentos. A expressão “campanha de vitória” ou “expedição de vitória” já pôde ser observada neste capítulo anteriormente e esteve presente nas fontes militares egípcias desde o período da XIIª Dinastia. O termo *nḥt* (*nḥtw* no plural) traduz-se, comumente, como o substantivo vitória ou o adjetivo vitorioso(a). Esta última utilização é comum na forma do epíteto real touro *k3 nḥt*, ou seja, o “touro vitorioso”.

<sup>64</sup> SETHE, K. *Apud* MURNANE, William J. *Op. Cit.* p. 184.

<sup>65</sup> REDFORD, Donald. *Apud* MURNANE, William J. *Op. Cit.* p. 184.

<sup>66</sup> FORBES, C. & GARNER, G. *Documents of the Egyptian Empire (1580-1380)*. Meulboure: Astralian Institute of Achaeology, 1982. p. 25.

<sup>67</sup> LICHTHEIM, Miriam. *Op. Cit.* p. 30.

<sup>68</sup> GALÁN, José M. *El imperio.... Op. Cit.* p. 79.

<sup>69</sup> A frase precedente, que está incompleta, é, segundo Lichtheim, “Sua Majestade passou pelo forte de...”. LICHTHEIM, Miriam. *Op. Cit.* p. 30.

<sup>70</sup> Galán afirma que o termo utilizado não foi *niwt*, a palavra mais comum para definir um assentamento, mas sim *dmí*, que se refere mais especificamente a uma cidade-Estado característica da Síria-Palestina, que englobava tanto o assentamento amuralhado, quanto suas terras ao redor.

<sup>71</sup> GALÁN, José M. *El imperio.... Op. Cit.* pp. 79-80.

A “ocasião de vitória” ou “expedição de vitória” (*wdyt nt nht*) foi uma expressão padronizada a partir do reinado de Thutmés III. Ainda que nem todas as expedições sejam caracterizadas com tal expressão, boa parte daquelas realizadas no reinado do sucessor de Hatshepsut é enquadrada desta maneira, pois o que as qualifica dessa forma é o fato de que só nas expedições de *nht* o rei desempenha papel significativo na frente de batalha – fato comum nos relatos dos *Anais*.

O *status* de *nht* é dado quando a autoridade do faraó não é desafiada, seja por amizade ou submissão. Neste sentido, as ações “vitoriosas” não são necessariamente violentas, já que os líderes vizinhos podem reconhecer a autoridade do monarca egípcio através do envio de presentes, por exemplo. Em síntese, Galán afirma que:

**O adjetivo *nht* era aplicado a qualquer tipo de situação na qual o rei aparece como líder inquestionável e senhor do Egito e das terras vizinhas. Sobre esta rubrica, muitos tipos de ações estavam incluídas, bem como eventos políticos/diplomáticos, isto é, não forçados, também estavam entre elas.<sup>72</sup>**

Retornando à questão filológico-gramatical para os acontecimentos narrados nos *Anais*, ao ser informado da revolta na região de Yursa, Thutmés III partiu para Gaza, porto que estava sob domínio egípcio desde as campanhas de Ahmés, no início da dinastia. As tropas eram treinadas na região ao sul de Mênfis e de lá embarcavam para a costa da Palestina.

O exército faraônico parece ter controlado a rebelião na região de Yursa, utilizando, provavelmente, tanto as tropas desembarcadas em Gaza, quanto a guarnição que aguardava em Sharuhen – também sob domínio egípcio desde o século anterior. O próximo passo foi o deslocamento para outra cidade fiel ao Egito, Yehem, onde Thutmés incorporou mais soldados, ordenou um conselho e falou a suas tropas:

**“Aquele maldito inimigo de Kadesh veio e entrou em Megiddo. Ele está [lá] agora. Reuniu para si os chefes de [todas] as terras estrangeiras que [haviam sido] leais ao Egito, além de Naharina [...] os de Kharu e os de Qedy com seus cavalos, sua tropa [e sua gente]. Ele (o chefe de Kadesh) lhes disse: ‘Eu [lutarei contra Sua Majestade aqui] em Megiddo’.”<sup>73</sup>**

Megiddo era um ponto fundamental para o controle das rotas comerciais que levavam ao Egito cedro, cobre, estanho e outros produtos estimados vindos tanto do leste quanto do norte.

---

<sup>72</sup> GALÁN, José M. *Victory and Border*. *Op. cit.* pp. 94-100.

<sup>73</sup> GALÁN, José M. *El Imperio...* *Op. Cit.* p. 80.

Com essa ação o rei de Kadesh, Durusha, apoiado indiretamente por Mitanni, estava estimulando o separatismo das cidades daquela região em relação ao monarca da “terra negra”, impedindo o acesso a essas importantes fontes comerciais e, por fim, polarizando a região da Palestina, obrigando as cidades a tomar partido.

Seguindo os cálculos de Newby, o faraó deve ter contado com cerca de 20 mil homens à sua disposição para a batalha de Megiddo<sup>74</sup>. Preferimos, contudo, a hipótese de Spalinger, que afirma, mais solidamente baseado nas fontes e na lógica militar, a existência de não muito mais que 10 mil homens, capacitados a marchar aproximadamente 20 quilômetros por dia<sup>75</sup>.

As bases materiais necessárias para manter um exército deste montante eram conseguidas basicamente de duas formas: através do abastecimento das cidades portuárias pelos navios egípcios e por meio da requisição de material e alimento feita aos aliados do faraó na Palestina.

A solução tática proposta por Thutmés teve uma recepção inicial ruim entre os conselheiros, que manifestaram seu desacordo com a investida através da passagem de Aruna, um caminho estreito entre penhascos, que desembocava em frente à cidade de Megiddo, onde os exércitos inimigos aguardavam. O conselho recomendou um ataque que levaria mais tempo, dando a volta pelos penhascos e atacando Megiddo pelos flancos a partir das cidades de Taanach, ao sul, e Dyefti (= Djefti), ao norte.

Acerca das advertências recebidas, Thutmés respondeu:

**“[Juro que], assim como Rá me ama, como meu pai [Amon] me favorece e como meu nariz se rejuvenesce com vida e com autoridade, que prosseguirei por este caminho de Aruna. Aqueles de vós que quiserdes marchar pelos caminhos que haveis dito, fazei-lo. Aqueles de vós que quiserdes seguir a minha Majestade, fazei-lo. Que não digam eles, os inimigos, a abominação de Rá: ‘Sua Majestade prosseguiu por outro caminho, (pois) estava com medo de nós’.”<sup>76</sup>**

A decisão de convocar um conselho militar e a discordância do faraó acerca do conservadorismo de seus conselheiros tornou-se um *topos* característico das fontes egípcias, como visto, por exemplo, no caso de Kamés. Este subgênero das inscrições militares foi nomeado, primeiramente em 1938 pelo egiptólogo alemão A. Hermann, como *Köningsnovelle* e segue sempre o mesmo roteiro: o rei informa seus próximos de uma situação e de seu desejo de lidar com ela, escuta os conselhos, mas faz o que acha mais oportuno, geralmente contrariando a

<sup>74</sup> NEWBY, P. H. *Op. Cit.* p. 57.

<sup>75</sup> SPALINGER, Anthony. *War in Ancient.... Op. Cit.* p. 86.

<sup>76</sup> GALÁN, José M. *El Imperio.... Op. Cit.* p. 81.

outra opinião; por fim, o desenrolar dos fatos leva à comprovação de que o faraó tinha razão, demonstrando sua habilidade como guerreiro e general<sup>77</sup>.

Com a disposição de rumar pela passagem de Aruna, Thutmés III estava tomando uma decisão arriscada e, simultaneamente, pavimentando seu caminho para o cume do ideal de faraó-soldado, figura valorizada desde o início da XVIIIª Dinastia. Além de governante, o monarca era também um general habilidoso e um comandante valente. Em outras palavras, era um rei-herói, campeão representante dos desígnios divinos da cimitarra punitiva de Amon, comparável, nas palavras de Newby, aos heróis homéricos<sup>78</sup>. Assim, ele deveria aparecer presente à frente de suas tropas para aumentar o moral de seus combatentes. Isto fica claro na seção dos *Anais* que descreve a batalha de Megiddo, já que somente na parte que relata os cinco dias entre Yehem, onde permaneceram três dias, e Aruna, a liderança de Thutmés na vanguarda de seus exércitos é afirmada literalmente três vezes. Um exemplo é:

**Não deixarei que [meus soldados saiam] a minha frente [deste lugar]. Era o desejo manifesto de Sua Majestade] que ele mesmo saísse a frente de sua tropa. [Cada homem] foi informado sobre seu posto de marcha, cavalo atrás de cavalo e [Sua Majestade] à frente de sua tropa<sup>79</sup>.**

Pelos cálculos de Spalinger, deve ter levado cerca de seis horas para o exército egípcio atravessar a passagem de Aruna com seus 10 mil combatentes, cerca de 2500 carros de guerra e mais de quatro mil cavalos, além dos milhares de animais de carga. Ao chegar ao outro lado, a vanguarda esperou que todos terminassem o caminho, aproveitando para hidratar os animais e as tropas no córrego de Qina. Como já era noite, um acampamento foi montado.

O dia correto e até o ano em que a batalha foi travada é uma querela histórica de longa data, que esteve muito em voga nos anos 60 e 70 do século passado. A discussão começa com base na ausência do dia 19 do primeiro mês de *shemu* dos *Anais*. No dia 19, Thutmés estava em Aruna e o dia 21, data do festival da lua nova, foi o dia da batalha.

Para resolver o problema, Faulkner argumentou, ainda em 1942, que a resposta mais provável era um engano do escriba, que teria grafado  $\overset{\cap}{\cap}^1$  (21) ao invés de  $\overset{\cap}{\cap}$  (20). Seu argumento é que seria muito improvável que, estando frente a frente, os dois exércitos

---

<sup>77</sup> SPALINGER, Anthony. *Aspects of Military.... Op. Cit.* pp. 101-114.

<sup>78</sup> NEWBY, P. H. *Op. Cit.* p. 77.

<sup>79</sup> GALÁN, José M. *El Imperio.... Op. Cit.* p. 81.

esperassem um dia para efetuar o embate<sup>80</sup>. A hipótese de Faulkner foi apoiada por Richard Parker 15 anos depois<sup>81</sup>.

Em 1972, Wolfgang Helck apareceu com uma nova hipótese, afirmando que não havia erro na inscrição e que o dia 20 teria sido utilizado na viagem de Aruna para a planície de Qina, frente à cidade de Megiddo, onde a batalha aconteceu. A preferência por não descrever as ações da data referida seria a escolha de uma narrativa mais rápida, em detrimento de uma descrição densa de todos os acontecimentos<sup>82</sup>.

Anthony Spalinger adotou, em 1974, a posição da correção feita por Faulkner e voltou a defendê-la recentemente em 2005<sup>83</sup>. Todavia, um ano depois de Spalinger publicar seu primeiro artigo de apoio a Faulkner, Edward Wente voltou a defender Helck e sua hipótese da omissão da narrativa do dia 20<sup>84</sup>.

No ano de 1978, foi publicado um artigo póstumo do egiptólogo sul-africano Glenn Lello, morto no ano anterior, que seguia a tendência de negar a correção de Faulkner, mas apresentava uma nova hipótese, com uma resolução bastante simples para a querela das datas. O argumento do autor é que o nervosismo gerado pela grande batalha teria feito Thutmés acordar antes do amanhecer do dia 20, que foi contado, portanto, como dia 19 nos *Anais*. A continuação dos fatos deste segmento da narrativa já seria relativa ao dia 20, ou seja, a marcha de Aruna ao vale de Qina<sup>85</sup>.

O problema da datação da batalha de Megiddo liga-se a um questionamento ainda maior acerca da cronologia exata do calendário da “terra negra”, uma vez que a fonte refere-se ao dia 21, data da batalha, como festival da lua nova (*pšꜥꜣntyw*) e os egípcios utilizavam, entre outros tipos, o calendário lunar. Saber se a mudança na fase lunar ocorreu no dia 20 ou 21 é um dado essencial para certificar a data do início do reinado de Thutmés III, que também está em discussão desde a década de 1950.

---

<sup>80</sup> FAULKNER, R. O. “The Battle of Megiddo”. *Journal of Egyptian Archaeology*, Vol. 28. Egyptian Exploration Society, Dez. 1942. pp. 2-15. A discussão acerca da data está na p. 11.

<sup>81</sup> PARKER, Richard. “The Lunar Dates of Thutmose III and Ramesses II”. *The Journal of Near Eastern Studies*, Vol. 16. Chicago: The University of Chicago Press, Jan. 1957. pp. 39-43. O apoio a Faulkner está presente na p. 40.

<sup>82</sup> HELK, Wolfgang. *Apud* LELLO, Glenn. “Thutmose III’s First Lunar Date”. *The Journal of Near Eastern Studies*, Vol. 37. Chicago: The Chicago University Press, Out. 1978. pp. 327-330. Citação referente à p. 328.

<sup>83</sup> SPALINGER, Anthony. *War in Ancient Egypt. Op. Cit.* p. 99, nota 25.

<sup>84</sup> WENTE, Edward. “Thutmose III’s Accenssion and the Begnning of the New Kingdom”. *The Journal of Near Eastern Studies*, Vol. 34. Chicago: The University of Chicago Press, Out. 1975. pp. 265-272. A discussão específica sobre o dia encontra-se na p. 265.

<sup>85</sup> LELLO, Glenn. *Op. Cit.* p. 239-240.

Egiptólogos como Parker, e Hornung, Kitchen, Faulkner e Spalinger argumentaram que o faraó subiu ao trono no ano de 1490 a.C. e para isto concordam com a correção de Faulkner acerca da data da batalha. Por outro lado, nomes como Murnane, Wentz, Van Siclen e Lello apoiaram a idéia de que não houve erro nos *Anais* e, portanto, a coroação de Thutmés ocorreu em 1504 a.C.. Hayes e Redford afirmaram a primeira hipótese nas décadas de 1950 e 1960, mas mudaram sua opinião nos anos 1970.

A partir de modelos de calendários lunares criados por computadores capazes de determinar a visibilidade da lua nova em qualquer parte do planeta e qualquer momento da história, Casperson argumenta que teria sido impossível observar a lua nova da planície do vale de Qina no ano de 1490 a.C.. Assim, este autor afirma que a hipótese mais provável é a da subida de Thutmés III ao trono no ano de 1504 a.C., o que significa crer que a Batalha de Megiddo foi travada no dia 21 do primeiro mês de *shemu*<sup>86</sup>.

A partir das considerações anteriores, tomamos como base os argumentos de Lello e Casperson para definir o início da peleja no dia 21 de *shemu* do ano de 1504 a.C.. Naquela manhã, Thutmés III guiou seu carro de electro para o campo de batalha liderando um exército dividido em três frentes. A primeira e a segunda eram compostas por carros de guerra, partilhados em divisões de 25, cada uma conduzida por um “condutor da residência”, e atacaram a partir do noroeste de Megiddo e das colinas ao sul de Qina; a terceira frente era constituída pela infantaria, mais lenta, investindo pelo centro.

Não houve surpresa, os inimigos estavam no campo de visão um do outro. O embate aconteceu próximo à cidade para possibilitar aos inimigos do faraó, caso uma fuga rápida para dentro das muralhas se tornasse necessária. Segundo a fonte, foi justamente isto que ocorreu:

**Então, Sua Majestade assumiu o mando à frente de sua tropa. Eles (o exército inimigo) viram Sua Majestade na liderança e fugiram atropeladamente até Megiddo com rostos de medo. Abandonaram seus cavalos e seus carros de ouro e prata. Foram alçados por meio de pedaços de pano até a cidade. Na verdade, as pessoas haviam fechado a cidade e [penduravam] tecidos para alçá-los até o alto da cidade.<sup>87</sup>**

Ainda que descontemos toda a carga ideológica da fonte, parece provável que os asiáticos tenham de fato fugido para dentro das muralhas logo no início da batalha. Spalinger destaca

---

<sup>86</sup> CASPERSON, Lee W. “The Lunar Dates of Thutmose III”. *The Journal of Near Eastern Studies*, Vol. 45, N.º 2. Chicago: The Chicago University Press, Abril 1986. pp. 139-150. A conclusão do autor está na p. 150.

<sup>87</sup> GALÁN, José. M. *El Imperio.... Op. Cit.* p. 82-83.

quatro elementos que teriam levado a esta fácil vitória: 1) a superioridade numérica, em homens e armamentos, das forças faraônicas, que, a contar pelos números do espólio, deviam ter praticamente o dobro dos carros de guerra do inimigo; 2) a melhor liderança desempenhada por Thutmés III e seus generais, que preparam os dois braços de seus contingentes para um ataque coordenado, rápido e fulminante; 3) o elevado moral do exército egípcio; 4) a surpresa pela escolha pelos egípcios do risco relativo à utilização da estreita passagem de Aruna como caminho até o campo de batalha, que teria impedido a chegada de reforços da coalizão – localizados nas rotas mais prováveis pelas cidades de Dyefiti e Taanach – a tempo<sup>88</sup>.

A derrota precoce e a fuga desesperada para dentro da cidade levaram os asiáticos a abandonarem carros, armas, animais e outros objetos valiosos. Os números do butim relativos às conquistas no campo de batalha são impressionantes e os indícios demonstram que não deve haver um exagero ideológico na descrição da fonte, que retrata o seguinte:

**Megiddo: 340 cativos, 83 mãos, 2041 cavalos, 191 potros, 6 garanhões, [...] cavalos jovens, um carro do inimigo lavrado em ouro com o jugo em ouro, um bom carro em ouro do chefe [de Megiddo] e 892 carros de sua maldita tropa, no total 924, uma boa armadura de bronze para lutar do chefe de Megiddo e 200 armaduras de bronze para lutar de sua maldita tropa, 502 arcos, 7 postes de mandeira-*meru* lavrados em prata da tenda daquele inimigo<sup>89</sup>.**

O montante de cavalos é ligeiramente maior do que seria necessário para conduzir o número de total de 924 carros de guerra, restando um total de 193 animais não atrelados a qualquer transporte, o que é compreensível se considerarmos que um acampamento deve ter mais animais do que o número exato a ser utilizado.

A quantidade que causa certa confusão é a de pessoas. O butim relata 340 cativos e 83 mortos, totalizando 423 homens. Todavia, apenas a cifra necessária para utilizar os 924 carros é de 1848 combatentes, restando 1525. Parece-nos difícil aceitar que um grupo de tal tamanho tenha sido içado às muralhas em tão pouco tempo, no calor da batalha. Assim, resta-nos a hipótese da fuga livre pelo campo, já que os soldados egípcios demonstraram mais interesse na captura imediata do butim do que numa provável perseguição de seus antagonistas, o que parece ter irritado Thutmés III, que se dirigiu à sua tropa, dizendo:

---

<sup>88</sup> SPALINGER, Anthony. *War in.... Op. Cit.* p. 91.

<sup>89</sup> GALÁN, José M. *El Imperio.... Op. Cit.* p. 84.

**“Conquista com destreza, ó minha tropa vitoriosa! [...] concedido, [segundo dispõe] Rá neste dia. Assim, todos os chefes de todas as terras estrangeiras [do norte] estão presos em seu interior. Assim, a captura de Megiddo é a captura de mil cidades. Conquista com firmeza!”<sup>90</sup>**

Este discurso mostra não só a necessidade de ordenar às tropas darem continuidade ao embate, com a organização do cerco, como também retrata, nas entrelinhas, a preocupação de Thutmés III com as regras egípcias da guerra, nas quais, como visto, todo butim pertencia ao faraó, a quem cabia a redistribuição. Seguiu-se, desta maneira, a montagem do cerco ordenada pelos supervisores de infantaria.

Os *Anais* não relatam, por questão de espaço, a dilatação temporal relativa ao cerco, afirmando que o registro pormenorizado dos dias consta apenas no rolo de couro depositado no templo de Amon. Todavia, o texto da estela deixada por Thutmés III em Gebel Barkal, nas proximidades da quarta catarata, revela que o cerco durou sete meses. Neste período, o exército egípcio deve ter sido abastecido pelas cidades aliadas vizinhas.

A derrota final de Megiddo leva a um reordenamento completo da relação de forças na Palestina, no qual sobressai o Egito. Os chefes das cidades da Síria-Palestina e participantes da liga liderada por Durusha estavam dentro da cidade derrotada e, portanto, tiveram de se submeter à hegemonia egípcia, jurando sua lealdade ao faraó.

Apesar da fuga do rei de Kadesh, que deixou para trás até mesmo sua armadura, Thutmés conseguiu capturar um grande número de guerreiros de elite *maryannu* e os levou para Tebas em conjunto com os filhos dos príncipes da coalizão. Como visto, a tática egípcia de captura de nobres diferia da lógica medieval de uma captura em busca de resgate, concentrando-se, desde os primeiros faraós da XVIIIª Dinastia, na egípcianização dos futuros líderes estrangeiros a partir de sua educação na corte faraônica.

Os números completos do butim de Megiddo incluem as conquistas após o final do cerco, consistindo em:

**Relação do que também foi trazido pelo rei das propriedades da casa daquele inimigo (...) 38 [...] de sua propriedade, 87 filhos daquele inimigo junto com os chefes que estavam com ele, 5 *maryannu* de sua propriedade, 1796 dependentes homens e mulheres com seus filhos, 103 que se renderam escapando daquele inimigo devido à fome; no total, 2503. Além disto, pratos de pedras preciosas e ouro, várias vasilhas [...] um jarrão no estilo de Kharu, jarras, pratos, bandejas, ânforas, várias taças de beber, facas [...], somando 1784 *deben*. Aros de ouro lavrados trabalhosamente e prata em numerosos aros, somando 966**

---

<sup>90</sup> *Idem, Ibidem.* p. 83.

*deben* e 1 *qidet*. Uma estatueta de prata, elaborada [...] uma cabeça de ouro, 3 bastões com o rosto de um nobre, 4 cadeiras portáteis daquele inimigo (feitas) de marfim, ébano, madeira-*sesenedyem* e lavradas com ouro, 6 escabelos de sua propriedade, 6 mesas grandes de marfim e madeira-*sesenedyem*, uma liteira de madeira-*sesenedyem* lavrada em ouro e com toda sorte de pedras preciosas a madeira da *karakara* daquele inimigo, toda lavrada em ouro, uma estátua daquele inimigo que estava ali, (feita) de ébano, lavrada em ouro e a cabeça com [lápiz-lazúli] vasilhas de bronze e numerosas vestimentas daquele inimigo<sup>91</sup>.

A descrição densa das conquistas serve ao propósito tanto de engrandecer o faraó, quanto de registrar exatamente o que lhe pertence para posterior doação, seja aos templos ou aos seus melhores guerreiros.

Na seção final dos *Anais*, reconhecida como um epílogo, há uma descrição das festividades realizadas por ocasião do retorno de Thutmés III após sua primeira campanha de vitória no ano 23 de seu reinado. Foram celebrados 15 dias de festa com distribuição de víveres à população, doados pelo próprio faraó, conforme o texto:

[Minha Majestade estabeleceu para Amon] uma grande oferenda para a festa da vitória que Minha Majestade criou nova, consistindo em pães, cerveja, bois, vacas, touros, aves, antílopes, gazelas, íbis, incenso, vinho, frutas, pão branco e todas as oferendas típicas [de cada ano].<sup>92</sup>

Há um corte na lógica narrativa dos *Anais* após o final do relatório acerca da batalha de Megiddo. Antes, descreve-se, como visto, cada pormenor da campanha. Depois, não há mais exposição das pelejas, apenas menções rápidas a elas e a descrição densa dos butins. Spalinger levanta algumas hipóteses acerca deste corte narrativo. Primeiro, propõe a idéia de que a diferença pode ter sido fruto do fato de que a inscrição de Megiddo foi feita antes, provavelmente porque as paredes que abrigam as narrativas posteriores foram construídas depois. A segunda suposição é de que a referência mais apurada a Megiddo deve-se a esta ter sido a primeira campanha de vitória do reinado pessoal de Thutmés III e ter resultado em uma gloriosa vitória<sup>93</sup>. Nossa proposição é de que a densidade na narração da batalha de Megiddo serviu tanto para legitimar o faraó-herói, grande guerreiro – até mesmo em oposição à sua antecessora –, como se

---

<sup>91</sup> *Idem, Ibidem*. pp. 84-85.

<sup>92</sup> GALÁN, José M. *El Imperio.... Op. Cit.* p. 98.

<sup>93</sup> SPALINGER, Anthony. “A Critical Analysis of the ‘Annals’ of Thutmose III (*Stücke* V-VI)”. *Journal of American Research Center in Egypt*, Vol. 14 American Research Center in Egypt, 1977. pp. 41-54. As hipóteses são levantadas nas pp. 41-42.

deve também a importância fundamental do embate do vale de Qina, que submeteu toda uma coalizão de príncipes estrangeiros.

As “campanhas de vitória” de Thutmés III continuaram nos anos que se seguiram, rumando agora na direção da segunda maior ameaça ao Egito: Tunip. Descontando-se a lógica da modificação dos *Anais*, parece-nos que a partir de Megiddo não houve grandes batalhas ou cercos, mas apenas saques, submissão e destruição. Em seu vigésimo ano de reinado pessoal, o monarca da “terra negra” saqueou Ardata (nas proximidades da atual Trípoli) e lá capturou uma guarnição inteira do inimigo de Tunip.

No ano 30 de trono, o faraó estava realizando sua sexta campanha em cinco anos de governo pessoal e foi nesta ocasião que ocorreu seu primeiro embate com a cidade de Kadesh, que ele afirma ter atacado, cortando suas árvores frutíferas e saqueando seu cereal, fazendo o mesmo com Simira e Arvad.

Em sua oitava campanha, no ano 33, o faraó alcançou o porto de Qatna, provavelmente mediante navios pré-construídos em Biblos, que eram desmontados e carregados em terra por bois. Nesta região, Thutmés III corria grande risco, já que as cidades ao norte de Kadesh não eram aliadas egípcias. Ugarit, por exemplo, que fora submetida anteriormente, estava agora livre.

De Qatna, as tropas egípcias foram em direção a Aleppo, tomando o caminho por Antioquia, para evitar a cidade de Alalakh, e utilizando novamente carros de boi para carregar os navios. É curioso que os *Anais* não descrevam a trajetória de Thutmés até alcançar o Eufrates. A estela de Gebel Barkal, todavia, revela a real vontade do faraó em adentrar o território de Mitanni:

**O rei é ele, de quem se alardeia como consequência de suas ações em batalha, quem cruza o Eufrates a frente de sua tropa perseguindo a quem lhe atacou, em busca daquele maldito inimigo de Mitanni.<sup>94</sup>**

É possível que a resistência de Mitanni tenha se iniciado ainda na cidade de Aleppo. Lá as forças faraônicas teriam prevalecido, engajando-se na perseguição naval dos inimigos até Balikh, onde estes teriam se refugiado em cavernas. Para celebrar sua vitória contra o grande império antagônico do Antigo Oriente Próximo, Thutmés III deixou uma estela de fronteira na margem oeste do Eufrates e regressou saqueando e queimando povoados na margem do rio, conforme o

---

<sup>94</sup> GALÁN, José M. *El Imperio...* Op. Cit. p. 120.

relato da estela deixada num templo em Armant, cidade ao sul de Tebas e centro de adoração do deus da guerra Montu:

**Contar-vos-ei o que se fez diante de toda a tropa, sem exagerar nem mentir, sem adornar as palavras. (...) Cruzou o Eufrates e pisoteou os povoados de ambos os lados, consumidos pelo fogo para sempre. Inscreveu uma estela de vitória em seu lado [oeste].<sup>95</sup>**

Conforme o costume estabelecido por seu avô, Thutmés I, durante o retorno de sua campanha no Eufrates, Thutmés III parou em Niy para caçar elefantes, onde, segundo as estelas de Armant e Gebel Barkal, abateu 120 destes animais.

Mesmo que os *Anais* sejam novamente omissos, a biografia de Amonenheb, soldado de Thutmés III nas campanhas asiáticas, afirma que após a caçada em Niy, as tropas teriam se dirigido para Kadesh. Esta parece ter sido a ocasião da tomada definitiva da cidade, conforme observamos no texto da tumba do militar:

**O chefe de Kadesh foi que saíra em um único cavalo a [galope], entrando por entre a tropa, e eu o persegui a pé com minha lança, o feri no ventre, cortei sua cauda e a pus perante o rei (...). Sua Majestade foi, então, que saíram todos os valentes de sua tropa para derrubar a muralha reconstruída de Kadesh. Eu fui quem a derrubou, pois estava na cabeça de todos os valentes, sem que houvesse ninguém que atuasse diante de mim.<sup>96</sup>**

No final do ano de 1494 a.C., Thutmés III tinha atacado diretamente Mitanni, no interior do seu território, mostrando a todas as potências próximo-orientais que o Egito encontrava-se em seu auge. Isto fez com que outros grandes poderes como os babilônios, os assírios e os hititas reconhecessem a força egípcia, dando início a um relacionamento de troca de presentes entre os grandes reis do crescente fértil.

Mesmo já tendo demonstrado seu poderio, o faraó-guerreiro não parou de executar ataques em Naharin, enfrentando-o frente a frente outra vez em sua décima campanha, no trigésimo quinto ano de seu reinado. Os *Anais* registram uma vitória e mostram um butim modesto, o que nos leva a acreditar que o Mitanni não usou sua força total, talvez por não dispor dela imediatamente instalada no local atacado. Três anos e três campanhas depois, as fontes já mostram a entrega de produtos em nome da cidade de Alalakh, que o monarca egípcio evitara cinco anos antes a caminho de sua primeira jornada pelo Eufrates.

---

<sup>95</sup> *Idem, Ibidem.* p. 115.

<sup>96</sup> *Idem, Ibidem.* p. 131.

Em seus mais de 50 anos de reinado, Thutmés III esteve à frente de um número maior de campanhas do que qualquer outro monarca, sagrando-se como referência na lógica do faraó-general-herói da XVIIIª Dinastia. Seu reinado expandiu as fronteiras egípcias, levando-as ao limite máximo que o império faraônico alcançou, com uma área de autoridade direta que se estendia pelo menos da cidade de Kadesh até a quarta catarata do Nilo.

Além de ter se tornado um império de grande influência territorial, o Egito também se mostrou como potência hegemônica do Oriente Próximo, rivalizando com outras civilizações de mesmo *status* e estabelecendo com elas relações de reciprocidade, que permaneceriam para além da XVIIIª Dinastia.

O conceito de potência hegemônica ou grande potência é tomado do trabalho do militante sardo Antonio Gramsci, para quem “*a grande potência é potência hegemônica, líder e guia de um sistema de alianças e de pactos com maior ou menor extensão*”<sup>97</sup>. No mesmo parágrafo de seus *Cadernos do Cárcere*, o pensador aponta os

**Elementos para calcular a hierarquia de poder entre os Estados: 1) extensão do território, 2) força econômica, 3) força militar. O modo através do qual se exprime a condição de grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercute sobre os outros Estados...**<sup>98</sup>

Voltaremos a tratar dos desdobramentos relativos ao conceito de “potência hegemônica” num momento mais apropriado.

Nenhuma das conquistas de Thutmés III teria sido possível sem a utilização de técnicas e táticas de planejamento militar, como o abastecimento dos portos marítimos e seu uso como bases de suporte das tropas nas campanhas continentais; ou o estabelecimento de guarnições militares em cidades-chave da Síria-Palestina, que serviam também para atender às necessidades materiais dos exércitos através das requisições faraônicas. Por outro lado, o uso de certas tecnologias bélicas também foi fundamental. Se o carro de guerra possibilitou, como ocorrera desde o reinado de Thutmés I, a movimentação rápida dos exércitos em terra e o deslocamento das guerras para o interior do continente asiático, os barcos leves e desmontáveis construídos em Biblos também foram fundamentais neste contexto.

---

<sup>97</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. pp. 55.

<sup>98</sup> *Idem, Ibidem*, p. 55.

## **1.8 A Expansão Militar Pós-Thutmés III**

Ainda que a expansão imperial tenha se encerrado com Thutmés III, as atividades militares permaneceram, em menor escala, até o final da XVIIIª Dinastia, com o intuito de manter o *status* hegemônico egípcio, sufocando revoltas no norte e no sul. Neste sentido, Amenhotep II fez pelo menos duas campanhas, sem contar aquelas de que tomou parte como co-regente no reinado de seu pai. A estela deixada pelo faraó em Mênfis e refeita por Seti I descreve seu engajamento em duas “ocasiões de vitória”, nos anos sete e nove de trono. Tais fatos também estão registrados na estela de Karnak.

Sua primeira aventura militar pessoal como faraó foi travada no norte, com o controle de uma revolta em Shamash-Edom, localidade desconhecida que se acredita ter estado localizada entre as cidades de Biblos e Ugarit, mas cuja única certeza é a proximidade com o rio Orontes. Na mesma expedição, Amenhotep II, repetiu o ato de seus antepassados caçando em Niy, ao que se seguiu uma investida contra Ugarit para derrotar rebeldes, conforme descrito em Karnak:

**Sua Majestade escutou então o seguinte: “alguns palestinos que estão na cidade de Ugarit estão se reunindo para levar a cabo o plano de expulsar para fora da cidade a guarnição de Sua Majestade e para mudar o rosto do [chefe de Ugarit] que é fiel a Sua Majestade”.<sup>99</sup>**

Após lidar com o conflito em Ugarit, o faraó passou por Kadesh e lá demonstrou sua habilidade como arqueiro, disparando contra alvos de cobre. Aproveitou para tomar o juramento de lealdade dos chefes locais.

Na segunda campanha, o faraó partiu de Yahma e fez sua jornada de saques e conquistas por Mapasin, Jatin, Aturin, Magdilinet, Anujerti, Humagti e Qabasumin. Por fim, a estela de Mênfis refere-se às relações com outros grandes poderes:

**Então, o chefe de Naharina, o chefe de Hatti e o chefe da Babilônia ouviram sobre a grande vitória levada a cabo e se imitavam uns aos outros presenteando todo tipo de presentes de cada uma das terras estrangeiras.<sup>100</sup>**

---

<sup>99</sup> GALÁN, José M. *El Imperio.... Op. Cit.* p. 162.

<sup>100</sup> *Idem, Ibidem.* p. 159.

As ações bélicas de Thutmés IV e Amenhotep III foram ainda menos significativas, tendo estes atuado principalmente na repressão de revoltas núbias. De qualquer forma, as fontes registram a submissão tanto de cidades do sul quanto do norte e a entrega de seus respectivos tributos. Neste sentido, conforme afirmado, estes governantes dedicaram-se muito mais à manutenção do império do que à sua expansão, que parece ter encontrado os limites de suas possibilidades no período de Thutmés III. Já os registros relativos às atividades militares de Amenhotep IV/Akhenaton são praticamente nulos, mas seu caso é importante para o desenrolar dos fatos ligados ao império e, portanto, será analisado em outro capítulo.

## Capítulo II – Desconstruindo o Império: Administração, Dominação e Oposição.

Usando uma já batida tática retórica e narrativa compartilhada pela História Antiga e a Ficção Científica, propomos um rápido exercício imaginativo. Consideremos a possibilidade de um dos milhares de indivíduos egiptomaníacos do mundo atual descobrir a tecnologia da viagem no tempo. Provavelmente seu primeiro destino seria a cidade de Tebas, às margens do Nilo, durante o período de ouro da civilização faraônica, iniciado na XVIIIª Dinastia.

Ignorando os estranhamentos, após algum tempo de adaptação, imaginemos nosso estrangeiro temporal sendo convidado pela corte do faraó a assistir uma cerimônia festiva como o famoso jubileu real conhecido como *hb-sd*. Ao lado dos indivíduos da elite, ele poderia observar, entre desfiles militares e outras atividades, o ato de entrega de presentes dos príncipes e representantes estrangeiros, que, ajoelhados ante o faraó, agradeciam-no pelo sopro da vida.

Preso em sua mente contemporânea, nosso cientista seria refém de comparações mais ou menos anacrônicas com as relações internacionais de seu tempo. Não tardaria, assim, a identificar a dominação egípcia sobre os estrangeiros a conceitos que, apesar de criados na virada do século XIX para o XX, continuam presentes no vocabulário e nas relações sociais contemporâneas, como o de “imperialismo”.

Em uma de suas tentativas de comunicação com seus cicerones, o viajante esforçar-se-ia para traduzir termos como “império” e “imperialismo” para a língua egípcia que acabara de aprender. Infelizmente, seu empenho seria frustrado, uma vez que os antigos egípcios não tinham vocábulos para definir exatamente esses conceitos.

Ficções à parte, sabe-se que a palavra “império” tem seu passado no vocábulo latino *imperium*, que significava o poder político, com base religiosa, a princípio do rei de Roma, mas que passou a ser atribuído a quaisquer governantes habilitados ao comando militar mediante a *Lex curiata de imperio*, votada no por uma assembléia (*comitia curiata*). Ainda na época da República, apareceu o termo *imperator*, general investido com o *imperium*. Somente nos séculos I e II d.C. o vocábulo sofreu desdobramentos semânticos, passando a significar também o território dominado por Roma, que tinha a Itália como centro de um espaço hierarquizado. Tal

modificação foi, mais tarde, aproveitada pela historiografia para designar este novo período da história latina: o Império Romano.

O conceito de “imperialismo”, por outro lado, apareceu pela primeira vez no livro do economista inglês J. A. Hobson, chamado *Imperialism. A Study*. Nele, o autor tratava de descrever o fenômeno da dominação mundial britânica. Hobson diferenciava os impérios antigos e medievais dos que lhe eram contemporâneos, afirmando que os primeiros estavam ligados a uma federação de Estados submetida a uma hegemonia que cobria boa parte do “mundo conhecido”, diferentemente do imperialismo internacionalista iniciado no século XIX, adotado por diferentes nações. O inglês também distinguiu imperialismo de colonialismo, este contando com a migração e instalação de um número considerável de colonos.

Por sorte, o historiador não se pode deixar aprisionar pela linguagem de suas fontes. Isto nos permite afirmar que, ainda que conceitos modernos como os mencionados lhes fossem estranhos, há poucas dúvidas de que os egípcios antigos, principalmente os membros da elite do Reino Novo, viam-se como líderes de uma espécie de império. A ideologia faraônica identificava o soberano como herdeiro do demiurgo e, conseqüentemente, governante universal. Ainda que os estrangeiros fossem diferenciados, faziam também parte dos domínios do criador egípcio, como fica claro no *Grande Hino a Aton*, supostamente composto pelo faraó Akhenaton/Amenhotep IV e encontrado na tumba amarniana de Ay, nobre que se casaria com a viúva do Tutankhamon, filho de Akhenaton, ao tornar-se faraó.

**Criaste a terra segundo teu desejo quando estavas só:  
todos os homens, rebanhos e manadas,  
tudo o que no solo caminha,  
tudo o que no céu voa,  
as terras da Síria e da Núbia, bem como o Egito.  
Puseste cada homem no seu lugar  
e lhes deste o seu sustento.  
Cada um tem seu alimento  
e contados os seus dias.  
Suas línguas falam diversamente,  
como é diversa sua aparência.  
Sua pele é diferente,  
pois diferenciaste os estrangeiros.<sup>101</sup>**

---

<sup>101</sup> ARAÚJO, Emanuel (Org. e Trad.). *Escritos para a Eternidade*. Brasília-São Paulo: Editora da UNB/Imprensa Oficial SP, 2000. p. 335.

Na verdade, por influência de um modo de fazer História característico do século XIX e muito criticado desde os *Annales*, negou-se por muito tempo a utilização de conceitos não presentes nas sociedades estudadas, o que impediria o uso do “imperialismo” mesmo como categoria heurística. Felizmente, historiadores como Moses Finley lutaram por uma História que assume generalizações de diversos tipos em seu trabalho. Ele mesmo foi responsável por uma conceituação de imperialismo que se adequasse à Antiguidade:

**Um historiador pode chamar corretamente um Estado de “imperialista” se ele exerceu autoridade em qualquer período sobre outros Estados (ou comunidades ou povos) para propósito e vantagens próprias, sejam elas quais forem.**<sup>102</sup>

Apesar de muitos documentos relacionados à expansão egípcia já estarem traduzidos mais de meio século antes, os estudos sobre o imperialismo do Reino Novo ganharam um imenso fôlego a partir da virada da década de 1970 para a seguinte quando, influenciados pelas concepções teóricas da época e abastecidos por publicações dos relatórios arqueológicos resultantes do projeto de salvamento da UNESCO na área da represa de Aswan, os egiptólogos começaram a criar novos modelos para explicar o imperialismo iniciado na XVIIIª Dinastia<sup>103</sup>.

Ainda na década de 1950, o egiptólogo norte-americano John Wilson elaborou uma importante hipótese para explicar a expansão imperialista egípcia apontando a existência de uma diferença entre as visões de mundo do Reino Médio e do Reino Novo. No primeiro período, o Egito tivera uma prática isolacionista e pacífica, concentrando-se no desenvolvimento interno. Todavia, a expulsão dos invasores hicsos – como visto no primeiro capítulo – afetara a relação da “Terra Negra” com seus vizinhos. Abalados por uma insegurança, os egípcios começaram sua política de expansão<sup>104</sup>.

John Wilson teve papel fundamental na descoberta de novas evidências do imperialismo egípcio na Núbia, pois foi designado como representante estadunidense na missão de resgate da represa de Aswan, chegando mesmo a ocupar uma cadeira na *Comissão para o Salvamento de Monumentos Núbios* da UNESCO. É possível crer, entretanto, que sua visão estava por demais impregnada da lógica de pensamento característica das relações internacionais dos EUA na

---

<sup>102</sup> FINLEY, Moses I. “Empire in the Greco-Roman World”. *Greece & Rome*, vol. 25, n. 1, Abril, 1978. p. 1.

<sup>103</sup> Boas revisões historiográficas acerca do imperialismo egípcio foram feitas por SMITH, Stuart T. *Askut in Núbia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millenium B.C.*. London: Kegan Paul International, 1995. pp. 10-25. & MORKOT, Robert. “Egypt and Nubia”. In: ALCOCK, Susan (Edit.). *Empires*. Cambridge: The Cambridge University Press, 2001. pp. 229-251. (a parte referida encontra-se nas pp. 228-229).

<sup>104</sup> WILSON, John. *The Burden of Egypt*. Chicago: The University of Chicago Press, 1951. pp. 167-174.

época, que explicavam a interferência norte-americana no mundo através de uma mudança no papel deste país a partir da Primeira Guerra Mundial. Antes do conflito, os estadunidenses viam-se como uma nação isolacionista centrada em seu desenvolvimento, o que foi modificado a partir de sua ação na guerra e na nova ordem mundial que se estabeleceu posteriormente.

Apesar dos novos trabalhos surgidos, a tese de Wilson continuou influente até pelo menos o final da década de 1980, como pode ser observado no trabalho do português António Augusto Tavares:

**(...) digamos que só no Império Novo, o Egito foi verdadeiramente “império”. Nos períodos anteriores, esteve mais voltado para si mesmo do que para o exterior. (...) Mais do que imperialismo, expansão e conquista, fala-se nessas épocas de isolamento do Egito. (...) Durante o Império Médio, a situação não se alterou muito. O Egito tinha problemas internos e preocupou-se sobretudo com a paz dentro do seu território.<sup>105</sup>**

Uma explicação deste tipo, unicamente baseada na visão de mundo, contudo, não explica completamente a motivação imperial e, muito menos, aponta uma solução para o problema das relações egípcias com seus vizinhos no Oriente Próximo. Talvez o trabalho mais reconhecido neste sentido tenha sido o de Barry Kemp, que publicou um artigo em 1978 propondo hipóteses tanto para a motivação expansionista egípcia quanto para o funcionamento do império<sup>106</sup>.

Kemp buscou se concentrar não na justificativa ideológica, mas nas possíveis vantagens conseguidas pela elite egípcia com a expansão, apontando dois interesses básicos na conquista e controle de outro território. Primeiro, o retorno econômico, fosse comercial, tributário ou conseguido através de espólios das batalhas. Segundo, o prestígio político e militar conseguido com as conquistas e a administração. Neste sentido, o autor se encaixa no que denominamos como corrente explicativa materialista quanto às motivações imperialistas. Em oposição, egiptólogos como Wilson defenderiam uma posição que nomeamos como idealista. Todavia, esta oposição será aprofundada mais tarde.

Segundo a conceituação geral de Finley, para um Estado ser imperialista ele tem que dominar outras regiões para conseguir vantagens de algum tipo. Kemp não nega que o Egito tenha retirado proveito economicamente do domínio de outros povos, mas crê que o maior

---

<sup>105</sup> TAVARES, António Augusto. *Impérios e Propaganda na Antiguidade*. Lisboa: Editorial Presença, 1988. pp. 44-45.

<sup>106</sup> KEMP, Barry. “Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 B.C.).” *In*: GARNSEY, P. D. A. & WHITTAKER, C. R. (orgs.). *Imperialism in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. pp. 7-57.

benefício tenha sido o prestígio militar e administrativo conseguido, respectivamente, na Ásia Menor e na Núbia – onde acredita que não havia ganhos materiais significativos.

Cinco anos antes de Kemp publicar seu artigo, fora lançada uma obra sociológica que modificou a maneira de pensar o imperialismo. O trabalho de Immanuel Wallerstein teve uma repercussão enorme em todos os campos das ciências sociais e tratou de dar peso para as análises baseadas nas conquistas econômicas.

## **2.1 As Análises Centro-Periféricas dos Sistemas-Mundiais e a Economia Antiga**

Foi no bojo das discussões agitadas pela Teoria da Dependência, na passagem dos anos 1960 para os 1970, que foi publicado o primeiro volume do principal trabalho do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, intitulado *The Modern World-System*. O sistema-mundo ou sistema-mundial teria aparecido com o capitalismo, por meio de uma hierarquização do espaço relacionada à divisão do trabalho na produção (incluindo o desenvolvimento tecnológico) e ao fluxo de mercadorias. Segundo ele,

**Esta hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma crescente polarização entre áreas centrais e periféricas da economia-mundo, não só em critérios distributivos (níveis de renda real, qualidade de vida), mas também, de modo ainda mais importante, nos *loci* da acumulação de capital.<sup>107</sup>**

O modelo de Wallerstein implica também que as direções geográficas das cadeias mercantis não se estabelecem de forma aleatória, tendo sentido centrípeto. Os pontos de origem são múltiplos, mas a produção acaba convergindo para poucas áreas. A tendência é o deslocamento da riqueza da periferia para os centros ou núcleos.

O modelo centro-periferia, forma pela qual foi generalizada a teoria do sistema-mundial, foi utilizado primeiro para analisar os impérios construídos com as grandes navegações do século

---

<sup>107</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2001. p. 28.

XVI e suas relações metrópole-colônia. Nos primeiros estudos, a periferia foi vista a partir de uma submissão completa, o que foi contestado pelos pesquisadores destas localidades. As ações afirmativas da periferia passaram a demonstrar que não há uma imposição completa da cultura central, mas uma construção conjunta que leva em consideração as respostas e resistências complexas elaboradas pelas zonas periféricas. Este pensamento teve reflexos em diversos campos historiográficos, como foi o caso da teoria “pós-colonial” de estudos da romanização ou da afirmação de um “Antigo Regime nos Trópicos” do Império Ultramarino Lusitano – ainda que esta última corrente tenda a diminuir demasiadamente os conflitos internos em favor de um consenso multipolar.

Um dos grandes caminhos apontados por Wallerstein foi a necessidade de observar o conjunto de uma economia para poder entender qualquer um dos seus elementos constitutivos. Obviamente, a visão holística não é uma invenção dele, mas isto teve grande peso na análise das relações de troca desiguais, que tendiam a observar muitos aspectos em vias de mão única a partir de fontes dos centros imperiais. Chris Chase-Dunn expressou de outra maneira a importância do todo, ao formular como um dos dois princípios básicos dos sistemas centro-periféricos o fato de que as sociedades são fortemente pressionadas e afetadas por suas interações com outras<sup>108</sup>.

A ênfase nos sistemas não implica na necessidade da existência de unidades independentes como pontos de partida para o estudo da interação. O modelo aponta para a observação das redes e suas ligações horizontais e verticais e para o reconhecimento de diferentes escalas e hierarquias nas relações.

Em várias ocasiões, Wallerstein negou a possibilidade da aplicação de seu sistema-mundial no mundo pré-capitalista, apesar de não desconsiderar a existência de hierarquias de poder naquelas sociedades. Para isto, tratou de criar uma diferenciação os “sistemas-mundiais” e os “impérios-mundiais”.

**Impérios foram uma constante na cena mundial por 5000 anos. Houve continuamente muitos impérios em várias partes do mundo em qualquer ponto dado no tempo. A centralização política de um império era única e, ao mesmo tempo, sua força e fraqueza. (...) Impérios políticos são meios primitivos de dominação econômica.<sup>109</sup>**

---

<sup>108</sup> CHASE-DUNN, Chris. “Foreword”. In: KARDULIAS, Nick (org.). *World-Systems Theory in Practice. Leadership, Production, and Exchange*. Laham-Boulder: Rowman & Littlefield Publishers, 1999. pp. xi-xii.

<sup>109</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. *The World-System. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Vol. I. New York: Academic Press, 1974. pp. 15-16.

Por que classificar os impérios como meios primitivos de dominação econômica? O caráter “primitivo” da dominação explica-se pela predominância da política e dos poderes coercitivo-militares de um Estado que se impõe como central frente a uma periferia, exercendo seu poder por meio da tributação. No sentido contrário, o sistema-mundial destaca-se pelo primado da esfera econômica, bem como por um centro dominante que controla o desenvolvimento de tecnologia, aumenta sua produção e expande o sistema. Neste caso, a dominação não é exercida mais através da coerção político-militar, mas sim do domínio do mercado, gerado por um desequilíbrio no desenvolvimento das forças produtivas.

Wallerstein, contudo, não nega completamente a possibilidade de haver espécies de “embriões” de sistemas-mundiais no mundo pré-capitalista ou, como chamam os teóricos do sistema centro-periférico, pré-moderno. Segundo Christopher Chase-Dunn e Peter Grimes, os primeiros sistemas-mundiais tendiam a se tornar, periodicamente, impérios-mundiais nos quais a divisão econômica do trabalho entre regiões centrais e periféricas tornava-se largamente abarcada por uma única entidade política – um império. No caso capitalista, as estruturas do sistema-mundial são muito menos centralizadas devido à extensão única em que o sistema moderno é baseado na acumulação capitalista<sup>110</sup>.

O corte criado entre o entendimento de estruturas centro-periféricas com base no surgimento da economia moderna ou capitalista é uma questão importante na teoria de Wallerstein, que orienta a discussão acerca da existência de sistemas-mundiais ou economias-mundiais no mundo pré-capitalista, mas que está enraizada em debates bem mais profundos acerca do caráter distinto ou não da economia antiga.

A princípio, uma divisão básica pode ser feita entre dois grupos. Um primeiro é formado pelos indivíduos que vêem uma grande estrutura econômica surgida há cerca de 5000 anos atrás, homogênea o suficiente para constatar em todo este tempo o papel fundamental do comércio de mercadorias. Um segundo grupo é composto por aqueles que acreditam que a economia capitalista é algo singular na História, tendo surgido, a princípio, em algum momento por volta da virada do século XV para o XVI, com o avanço do capital comercial e sua expansão durante as grandes navegações – ainda que o momento específico da transição do feudalismo para o capitalismo seja também uma questão ainda em discussão. As ciências sociais conhecem estas

---

<sup>110</sup> CHASE-DUNN, C. & GRIMES, P. “World-Systems Analysis”. *Annual Review of Sociology*. Vol. 21. Baltimore: Annual Reviews, 1995. pp. 387-417. A citação é da p.390.

correntes de pensamento, respectivamente, como modernista/formalista e primitivista/substantivista.

Um dos maiores entusiastas dos sistemas-mundiais, que, na verdade, serviu também como influência para esta perspectiva por ajudar no desenvolvimento da Teoria da Dependência foi o sociólogo e economista alemão André Gunder Frank. Seu entusiasmo com o trabalho de Wallerstein foi tão grande que o impulsionou aos estudos do pré-capitalismo, desde a Era do Bronze, na tentativa de constatar um único sistema-mundial que, surgido naquele momento, estaria em vigência ainda hoje.

Gunder Frank, portanto, insere-se na corrente dos modernistas/formalistas. Sua tese é de que o sistema-mundial pode ser caracterizado por pelo menos cinco pontos desde a Era do Bronze:

1. **Contra Wallerstein, nosso sistema-mundial único tem continuidade histórica de pelo menos 5000 anos, surgindo com seu centro na Ásia Ocidental e Egito e, então, espalhando-se para abranger boa parte da Afro-Eurásia (...);**
2. **A acumulação de capital era a força motriz da história do sistema-mundial (...);**
3. **A estrutura centro-periferia familiar à análise da dependência (...) e ao “sistema-mundial moderno” é também aplicável ao sistema-mundial antes disto;**
4. **A hegemonia temporária e regional ou, talvez, em todo sistema-mundial, alterna em longos períodos de rivalidade pela hegemonia (...);**
5. **Ciclos econômicos de fases alternadas de ascensão e declínio (...) associadas ao à acumulação de capital, mudam na posição centro-periférica e a alternância entre hegemonia e rivalidade estende-se para o passado muitos séculos antes de 1492 (...).<sup>111</sup>**

Constatamos vários problemas na hipótese de Gunder Frank, muitos deles expostos pelos autores responsáveis por escrever as críticas do próprio artigo. A primeira questão a ser levantada abarca os pontos um e dois principalmente. Tendemos a concordar com a inexistência de uma estrutura econômica homogênea em mais de cinco mil anos de história, justamente por discordar da possibilidade de falar em “acumulação de capital” em sociedades que, como a nomenclatura marxista deixa claro, eram *pré-capitalistas*.

Partimos de uma crítica às definições de capital tanto do senso comum como de certa economia-política por acreditarmos na insuficiência de precisão em ambas. Comumente, a palavra “capital” é associada a qualquer bem possuído por um indivíduo como riqueza. A ciência econômica burguesa abre ainda mais o leque de abrangência, estendendo o significado para

---

<sup>111</sup> FRANK, André Gunder *et alii*. “Bronze Age World System Cycles [and Comments and Reply]. In: *Current Anthropology*. Vol. 34. No. 4. Chicago: The University of Chicago Press, Ago-Out 1993. pp. 383-429. A citação é da p. 388.

qualquer bem que possa ser usado como fonte de renda. Tais definições tornam, de fato, o capital algo aplicável em qualquer sociedade, negando a especificidade do capitalismo.

Optamos por defender a posição que descreve o capital não como uma coisa, mas como uma relação social coisificada, pertencente a uma formação histórica particular. Neste sentido, a existência do capital é fruto de relações sociais específicas do modo de produção que lhe toma o nome. Somente neste sistema produtivo há monopolização dos meios de produção por uma classe, confrontando-se com a necessidade da classe antagônica de vender sua mão-de-obra. Assim, a produção dos trabalhadores passa a se equivaler com seu próprio esforço de trabalho tomando a forma de mercadoria. O bem produzido é, conseqüentemente, a materialização das relações sociais de exploração nele contidas, ou seja, o capital.

A visão descrita acima invalida não só a tese de que a acumulação de capital é a força motriz da história desde a Era do Bronze, como impossibilita a existência de um sistema baseado nessa premissa nas sociedades pré-capitalistas. Mas há ainda outras críticas a serem feitas à elaboração de Gunder Frank, para assegurar que não pareça apenas uma simples discordância nominalista.

A perspectiva primitivista/substantivista procura entender as economias antigas sem transportar para elas atitudes e estruturas construídas através da generalização – inconsciente ou não – de nosso sistema econômico para todas as épocas. Neste sentido, em sociedades pré-capitalistas a ação não era guiada por uma busca da acumulação de riqueza ou vantagem material, mas sim motivada por diversos aspectos característicos das relações sociais específicas de cada sociedade.

Dentre os comentadores do artigo de Gunder Frank, foi Lamberg-Karlovsky quem mais ferrenhamente defendeu a posição modernista/formalista do autor, utilizando uma crítica ao evolucionismo – característico do marxismo estalinista, por exemplo – como argumento. Segundo ele:

**O debate da economia antiga x economia moderna continua a valorizar a noção fora de moda de estágios históricos caracterizados por tipos sócio/econômico/políticos que sucedem um ao outro de forma linear.<sup>112</sup>**

---

<sup>112</sup> LAMBERG-KARLOVSKY, C. C. *In*: FRANK, André Gunder *et alii*. *Op. cit.* p. 416.

Faz-se imprescindível assegurar que em nenhum momento algum dos autores primitivistas/substantivistas consultados defende a necessária evolução linear dos sistemas econômicos. Neste sentido, não podemos deixar de afirmar que uma visão modernista/formalista como esta não é apenas uma transposição anacrônica de uma realidade atual para o passado, mas também uma defesa ideológica do sistema econômico atual, através de sua naturalização na história humana, como afirma outro comentador de Gunder Frank, Chris Gosden:

**Em resumo, sinto que a teoria aplicada e o método de que ela necessita são baseados por demais no presente, no qual a natureza do processo econômico e suas mudanças quantitativas são comparavelmente bem conhecidas e algumas das ligações entre mudanças qualitativas e quantitativas podem ser especificadas. (...) O uso da teoria dos sistemas-mundiais pode levar-nos a um caminho errado, produzindo argumentos sobre como as sociedades da Era do Bronze eram similares à do presente e nos tentando a usar metodologias que funcionam bem para as últimas centenas de anos, mas não funcionam para períodos cinco milênios atrás, com suas miríades de dados e análises quantitativas incertas.<sup>113</sup>**

A problemática da alternância cíclica entre períodos de hegemonia e de rivalidade entre diversos centros é parcialmente aceitável. É perfeitamente observável na própria história egípcia que a centralização do poder era algo complicado, já que o país contava com um território de latitude muito extensa em virtude de sua dependência das terras férteis coladas ao Nilo. Assim, o Egito faraônico passou por períodos de crise de centralização de poder conhecidos como Períodos Intermediários. Se o problema pode ser notado no caso individual de uma civilização, no caso de sistemas que envolviam vários povos o controle era tão ou mais difícil.

Por outro lado, o argumento de Gunder Frank esbarra em sua tentativa de unificar todo o passado humano desde a Era do Bronze. Praticamente todos os 17 comentadores de seu artigo de síntese na *Current Anthropology*, incluindo antropólogos, sociólogos e arqueólogos, criticaram sua descrição dos ciclos longos de cerca de 500 anos. Ainda que alguns tenham elogiado o esforço de um pesquisador de fora da área da Antropologia-Arqueologia em tentar criar modelos holísticos baseado em seus dados, a imensa maioria apontou falhas na documentação específica por ele utilizada (fontes secundárias relativas ao tamanho dos centros urbanos), bem como a necessidade justamente de incorporar novos dados, que, em parte, acabam por contradizer sua hipótese e, por fim, problemas na datação dos tais ciclos.

---

<sup>113</sup> GOSDEN, Chris. FRANK, André Gunder *et alii*. *Op. cit.* p. 410.

Desconsiderando as problemáticas acima, restam as propostas acerca da existência de um centro hegemônico que submete uma periferia na Era do Bronze. Gunder Frank estabelece os limites geográficos deste sistema ao oeste, no Mediterrâneo Oriental; ao leste, no Vale do Indo; ao norte, no Sul da Ásia Central e no Cáucaso; e, ao sul, no Sudão e na Península Arábica. Este sistema-mundial teria surgido com a intensificação das relações entre Egito e Mesopotâmia por volta de 3000 a.C., unificando toda a área acima em determinado momento, com diversos centros atuando individualmente em cada período e deslocando-se ciclicamente.

Acerca desta hipótese, podemos dividir os críticos em dois grupos: aqueles que negam completamente a possibilidade de um sistema-mundial na Era do Bronze; e aqueles que aceitam a existência de sistemas-mundiais naquele Período, discordando apenas de sua unificação.

Diversos argumentos orientam as críticas dos contrários à possibilidade de se pensar em um sistema-mundial na Era do Bronze. Inicialmente, as questões aqui postas, como a inexistência de acumulação de capital no pré-capitalismo, partilham desta idéia. O arqueólogo J. A. Barceló integra o primeiro grupo descrito acima, afirmando que no período estudado praticamente só havia trânsito de bens de luxo, impedindo uma acumulação de riqueza considerável no centro<sup>114</sup>. Christopher Edens, por outro lado, aponta para o fato de que a presença de relações de troca, de difusão e de migração não significa, obrigatoriamente, a existência de um sistema-mundial<sup>115</sup>. Por fim, Antonio Gilman, invoca a diferença proposta por Wallerstein de impérios-mundiais para trazer a tona o fato de que o tributo era mais importante que o mercado nas acumulações de riqueza – chamada por ele de capital<sup>116</sup>.

O segundo grupo crê na existência de diversos sistemas-mundiais na Era do Bronze, atuando ou não simultaneamente. Neste sentido, a atitude que nos parece mais correta é abandonar a nomenclatura “sistema-mundial” para trabalhar apenas com seu conceito principal, a saber, a hierarquia centro-periferia. Todavia, os cientistas sociais continuam a trabalhar com o primeiro termo.

Neste sentido, o antropólogo Philip Kohl indica diversos pontos controversos no trabalho de Gunder Frank. A princípio, em seu comentário ao artigo, Kohl levanta um questionamento mais geral acerca da imprecisão dos arqueólogos ao trabalharem com o termo “*trade*”. Sua possível definição como “comércio” ou como “troca” parece simples à primeira vista, mas causa

---

<sup>114</sup> BARCELÓ, J. A. In: FRANK, André Gunder *et Alii*. *Op. Cit.* p. 406.

<sup>115</sup> EDENS, Christopher. In: FRANK, André *et Alii*. *Op. Cit.* p. 408.

<sup>116</sup> GILMAN, Antonio. In: FRANK, André Gunder *et alii*. *Op. cit.* p. 410.

muita confusão, já que nem todo o movimento de bens materiais implica em um mercado. Isto se reflete na Era do Bronze. Uma vez que poucas trocas de bens comuns como o excedente da produção agrícola são comprováveis em longa distância, Gunder Frank afirma que elas existiram, mas nos são invisíveis. Kohl, por outro lado, prefere acentuar a opinião de que não apareciam por serem inexistentes de fato<sup>117</sup>. O antropólogo Guillermo Algaze concorda com Kohl, indicando que a dificuldade no transporte desses bens impedia a existência de um único sistema-mundial na Era do Bronze, havendo, pelo contrário, diversos:

**Uma metáfora mais apropriada para conceitualizar o desenvolvimento de sociedades antigas, eu creio, é a sugestão de Kohl de sistemas-mundiais múltiplos e parcialmente sobrepostos, cada um composto, por vez, de grupos centrais individuais explorando comunidades com suas próprias periferias definidas cultural e geograficamente e cada um interagindo com os sistemas imediatamente contíguos.<sup>118</sup>**

Como visto, a lógica da circulação de bens é fundamental para a aplicação do sistema centro-periferia com a exploração do primeiro sobre a segunda por meio da tributação. Isto faz com que haja uma generalização das sociedades pré-capitalistas como compondo um modo de produção tributário, que foi definido por Chase-Dunn e Grimes com base no trabalho de Samir Amin:

**O “modo de produção tributário” é pensado para ser aplicado e descrever aquelas sociedades pré-capitalistas cujas regiões centrais extraem “tributo” de suas periferias subjugadas. O tributo serve como uma espécie de “raquete de proteção” com a qual a periferia compra a paz das invasões pelo centro. A visibilidade deste pagamento pode contrastar com a transferência “escondida” de valor da periferia para o centro que ocorre no capitalismo atualmente por meio do mecanismo de troca desigual.<sup>119</sup>**

Gunder Frank, ao contrário da citação acima, tem maior precisão ao definir a exploração não como um modo de produção, conceito reconhecidamente marxista, mas como um modo de acumulação. Sua melhor clareza conceitual aparece em virtude do seu interesse não nas formas de produção, mas sim na circulação de excedente. Ora, mesmo defensores da corrente primitivista/substantivista, que não teriam dificuldade alguma em criticar Gunder Frank, acabam se concentrando demais na esfera da circulação. Isto se dá, possivelmente, por estarem ancorados,

---

<sup>117</sup> KOHL, Philip. In: FRANK, André Gunder *et alii*. *Op. cit.* pp. 414-415.

<sup>118</sup> ALGAZE, Guillermo. In: FRANK, André Gunder *et alii*. *Op. cit.* p. 406.

<sup>119</sup> CHASE-DUNN, C. & GRIMES, P. *Op. Cit.* p. 390.

em sua maioria, nas idéias do húngaro Karl Polanyi, cujos princípios básicos foram bem expostos por Marcelo Rede:

**(...) a idéia inicial de Polanyi foi construir conceitos gerais para explicar a alocação dos bens nas sociedades em que um mercado capitalista não existia e foi este impulso que gerou a formulação das noções de reciprocidade ou redistribuição, por exemplo, como mecanismos de integração diferentes da oferta e demanda em mercado aberto.<sup>120</sup>**

Tal concentração no plano da circulação impossibilita, em nossa visão, a compreensão completa de uma economia, seja ela pré-capitalista ou capitalista, uma vez que seguimos a definição do antropólogo francês Maurice Godelier, baseada em Marx:

**Por economia, entendemos o conjunto das estruturas da produção e da circulação dos bens materiais que caracteriza a base econômica de uma determinada sociedade.<sup>121</sup>**

O modelo de sistema-mundial de Wallerstein reserva, contudo, importante papel para as estruturas produtivas. Segundo o autor, foi justamente a diferença na evolução tecnológica que fez com que os primeiros sistemas de trocas internacionais não chegassem a se transformar em sistemas-mundiais, sendo englobados na forma de impérios através da ação coercitiva político-militar. O desequilíbrio na evolução das forças produtivas, no mundo moderno, capacitaria o centro a exercer uma pressão de mercado sobre sua periferia, levando-a a fornecer matéria-prima para as indústrias<sup>122</sup>.

Partiremos, então, para a análise do sistema centro-periférico do império egípcio, considerando sua estrutura econômica a partir das esferas da produção e circulação.

## **2.2 Centro e Periferia no Império Egípcio**

---

<sup>120</sup> REDE, Marcelo. *Família e Patrimônio na Antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 28.

<sup>121</sup> GODELIER, Maurice. "A Antropologia Econômica". In: GODELIER, M. *et Alii*. *Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1988. pp. 141-189. A citação é da p. 152.

<sup>122</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. *The World-System... Op. Cit.* p. 16.

Visando à melhor compreensão do sistema centro-periférico egípcio e à análise correta das áreas que se encaixavam tanto nestas duas posições como em pontos intermediários na escala vertical de poder, partimos de uma conceituação básica.

Para desempenhar o papel de centro, uma civilização tem de contar com elites que se tornem consumidoras de recursos conseguidos em outros locais por meio da exploração. Neste sentido, o que é consumido é menos importante do que os circuitos de produção e circulação, que devem ser traçados para se ter acesso à sua importância para a reprodução do sistema como um todo<sup>123</sup>.

Já a periferia, pode ser identificada a partir de duas características básicas. Primeiro, a existência de uma rede de alianças, integrada pelas elites locais, da qual dependem as condições que reproduzem e aumentam a desigualdade social. Segundo, a distribuição desigual dos custos de manutenção da relação centro-periférica, tanto em termos de taxa de exploração entre as populações locais quanto de custos para as elites nativas na participação da aliança externa<sup>124</sup>.

Cerca de 130 anos após o início da guerra de expulsão dos invasores hicsos, o Egito já tinha alcançado o esplendor de sua territorialidade e influência no Oriente Próximo. Como visto no capítulo anterior, a área controlada direta ou indiretamente pelo centro imperial no palácio faraônico estendia-se da quarta catarata do Nilo à cidade de Kadesh, nas margens do rio Orontes – atual Síria Ocidental. Expedições militares partiam para alcançar o rio Eufrates em busca de butim e os tentáculos das redes de trocas atingiam a ilha de Creta ao norte e o Sudão Central ao sul, impulsionando bens centripetamente para a “terra negra”.

Ao contrário de uma abordagem das relações centro-periféricas que trata de analisar apenas a esfera da circulação, nosso estudo inciar-se-á a partir dos reflexos das ações egípcias no e com o exterior para o desenvolvimento nas estruturas da produção<sup>125</sup>.

---

<sup>123</sup> ROWLANDS, Michael. “Center and Periphery: a Review of a Concept”. In: ROWLANDS, M., LARSEN, M. & KRISTIANSEN, K. (Edit.). *Center and Periphery in the Ancient World*. Cambridge: The Cambridge University Press, 1987. pp. 1-11. A citação é da p. 5.

<sup>124</sup> *Idem, Ibidem*. p. 5.

<sup>125</sup> Uma abordagem completa da economia egípcia encontra-se em CARDOSO, Ciro. *Economia e Trabalho no Egito Antigo*. Relatório de Pesquisa da Bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Niterói: 2007. Texto inédito cedido pelo autor.

## 2.2.1. Imperialismo, Forças Produtivas e Relações de Produção

Visando analisar a interferência das conquistas e trocas imperiais na produção, basear-nos-emos em indicações teórico-metodológicas estabelecidas por Ciro Cardoso. Para o autor, os elementos constitutivos das forças produtivas poderiam ser esquematizados da seguinte maneira.

### 1. O ser humano como força produtiva

1.1 Aspecto “objetivo”: população (densidade, composição por sexo e idade, estratificação sócio-profissional, tendências dinâmicas); cooperação; divisão do trabalho (social e técnica).

1.2 Aspecto “subjetivo”: processos de formação e socialização dos trabalhadores envolvendo ensino/aprendizagem e representações sobre o mundo e o trabalho.

### 2. Os objetos de trabalho como força produtiva

2.1 Aspecto “objetivo”: energias naturais (eólica, hidráulica, animal...). terras, recursos naturais modificados (matérias-primas) ou não por um trabalho prévio.

2.2 Aspecto “subjetivo”: conhecimentos (seja empíricos, seja científicos) e representações acerca da natureza, pertinentes para a apropriação e a utilização social dos objetos de trabalho.

### 3. As técnicas como força produtiva

3.1 Aspecto “objetivo”: instrumentos de produção (ferramentas, máquinas, certos edifícios...), de transporte, instalações auxiliares...

3.2 Aspecto “subjetivo” ou “modo de fazer”, isto é, de interpor os instrumentos de trabalho entre o trabalhador e o objeto de trabalho, bem como de fabricar os próprios instrumentos (o que implica um plano e uma representação mentais completos das diversas operações a cumprir em tal fabricação).<sup>126</sup>

Trataremos de apontar a forma pela qual podemos encontrar alguns destes elementos relacionados ao processo de expansão imperial do Antigo Egito. No geral, a guerra liga-se fundamentalmente à questão das forças produtivas através do binômio destruição/aquisição. Nas sociedades pré-capitalistas do Mundo Antigo, sua função era ainda mais premente, como afirma Marx a exemplo dos germanos:

**...a própria guerra é [...] uma forma de intercâmbio regular, explorada tanto mais assiduamente quanto mais o crescimento da população, dentro do rude modo de produção tradicional (o único possível a esse povo), gera a necessidade de novos meios de produção.**<sup>127</sup>

Num modo de produção que conta com a presença – mais ou menos importante – da escravidão, a guerra torna-se meio de aquisição do aspecto objetivo do fator humano das forças produtivas. A deportação de mão-de-obra foi uma importante consequência das conquistas

<sup>126</sup> CARDOSO, Ciro. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1982. p. 17-31.

<sup>127</sup> MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007. p. 70.

egípcias. Em apenas dois anos de suas campanhas, o faraó Amenhotep II afirma ter trazido para o Egito um total de 91.824 cativos, parte deles descrito neste trecho de sua estela presente em Mênfis. Ainda que as fontes possam exagerar nos números para aumentar o prestígio do governante, as quantias permanecem impressionantes:

**Relação do butim que sua majestade trouxe: 127 chefes de Retenu e 179 irmãos destes, 3600 apiru, 15200 shasu vivos, de Kharu 36300, de Nagas 15070 vivos e seus vizinhos (?) 30652; no total de 89600 homens, junto com suas inumeráveis posses, todas as suas cabras e todo tipo de gado sem limite (...).**<sup>128</sup>

A imensa maioria dos cativos deportados foi utilizada para a colonização da área do Delta do Nilo nas terras templárias e palaciais. Esta colonização não se dava apenas pela agricultura, mas também com a pecuária. A partir disto, encontramos a explicação para o envio dos asiáticos ao Egito junto de suas posses, incluindo cabras e gado de todo tipo.

Bois e cavalos são encontrados facilmente dentro das fontes imperiais que retratam os butins. Isto nos leva ao aspecto objetivo dos objetos de trabalho como força produtiva. A energia animal era a força extra-humana motriz da economia rural egípcia. A despeito das poucas representações pictográficas, o uso de cavalos nas plantações é fato comprovado, ainda que sua principal função fosse militar – puxando os carros de guerra que ganharam importância fundamental nas batalhas de expansão das fronteiras. Já a utilização de bovinos de várias raças no cultivo é mais do que comprovada pela iconografia. A importação de gado foi importante, outrossim, para a variação do *pool* genético e o aperfeiçoamento das raças utilizadas no Egito.

A colonização agrícola do Delta só foi possível com a inserção de outro aspecto relativo à ligação entre imperialismo e forças produtivas. Os cerca de 90 anos de convivência dos egípcios com os hicsos em seu território levaram os habitantes da “terra negra” ao conhecimento de novas técnicas e tecnologias agrícolas comuns em todo o Oriente Próximo e inéditas no Egito, como o exemplo da utilização do *shaduf* (instrumento de produção simples baseado no contrapeso) para a irrigação. Com a expansão, esta tecnologia foi incorporada de vez à formação econômico-social egípcia.

Se o *shaduf* modificou a forma de trabalhar o principal meio de produção, que era a terra, por outro lado, novos tipos de navios foram introduzidos para transformar a principal forma de

---

<sup>128</sup> GALÁN, Jose Manuel. *El Imperio Egipcio. Inscripciones, Ca. 1550-1300 a.C.*. Barcelona, Edicions de la Universitat de Barcelona, 2002. p. 156.

transporte e comunicação de um país cortado pelo Nilo de cima a baixo. A nova tecnologia naval foi fruto de dois aspectos ligados ao imperialismo. Primeiro, o contato e incorporação de artesãos especializados hicsos que, com a retomada do território e a invasão de seu povo, permaneceram trabalhando nas oficinas do Delta egípcio – principal área para construção naval. O segundo aspecto foi a importação de madeira de qualidade, inexistente no Egito, que fluía para os estaleiros através de trocas, do butim ou do tributo cobrado às terras dominadas indiretamente nas áreas do Levante, em particular do reino de Biblos, no atual Líbano.

A construção de grandes navios era de vital importância para a manutenção do império egípcio, uma vez que o Nilo e a costa do Mediterrâneo eram as principais vias de integração do território. Através das embarcações é que se escoavam, da periferia para o centro, os bens extraídos com o domínio imperial.

Para esgotar a relação entre imperialismo e os aspectos “objetivos” dos objetos de trabalho como força produtiva, restam-nos dois exemplos: as terras e as minas. As extensões de terra dominadas poderiam ser deixadas a seus cultivadores em troca da tributação periódica ou ser divididas em lotes e distribuídas entre os funcionários reais, conforme a relação do butim da Batalha de Megiddo, importante confronto de Thutmés III na Ásia:

**Os campos de cultivo foram convertidos em parcelas, as quais foram dadas aos agentes do Palácio – vida, prosperidade, saúde – para recolher sua colheita. Relação da colheita que sua majestade trouxe das parcelas de Megiddo: 207.300 sacos de trigo, além do que foi consumido pela tropa de sua majestade [...].<sup>129</sup>**

As minas têm importância fundamental para a manutenção da expansão e do domínio imperial egípcio. O aumento da produção agrícola – a partir da implementação de instrumentos como o *shaduf* – permitiu não só o dispêndio imperial, como também o fortalecimento da mineração. O cobre era extraído do deserto oriental e o estanho do deserto arábico, mas o Egito só alcançou o auge da Idade do Bronze também no Reino Novo, devido à incorporação de técnicas e tecnologias utilizadas na Ásia, como um tipo melhor de fole para metalurgia, que permitiu a fusão mais eficiente do bronze, anteriormente utilizado apenas quando a liga estanho-cobre era encontrada naturalmente., ou pela importação de lingotes.

O bronze foi utilizado principalmente na indústria bélica. Contudo, na XVIIIª Dinastia começam a aparecer ferramentas agrícolas feitas com o metal, como enxadas, por exemplo.

---

<sup>129</sup> *Idem, Ibidem.* p. 85.

Todavia, a imensa maioria dos utensílios usados no cultivo continuou a ser muito primitiva, constituindo-se basicamente de madeira, corda e pedra. Isto decorria principalmente da facilidade proporcionada pelas terras fofas e férteis deixadas com o escoamento da cheia do Nilo e pela enorme vantagem constituída por deixar aos próprios camponeses a fabricação de suas ferramentas simples – uma vez que eles não as poderiam fazer de metal.

A mineração fundamental decorrente do expansionismo imperial egípcio, parece-nos ter sido, entretanto, a aurífera. As reservas do metal encontravam-se principalmente na região da Baixa Núbia (Wawat), que foi prontamente anexada ao território egípcio nos primeiros reinados da XVIIIª Dinastia. Lá ocorreu um tipo de dominação bastante específico, que será abordado no próximo capítulo.

Com a incorporação de instrumentos, como o *shaduf* e novo fole, e de tecnologias, como o carro de guerra e os navios mais rápidos e fortes, o Egito, pela primeira vez em sua história, equiparou-se tecnologicamente com as civilizações vizinhas do Oriente Próximo. Antes, permanecera atrasado em virtude de um equilíbrio tênue entre as necessidades da população e o baixo desenvolvimento das forças produtivas, mantido pela alta produtividade do solo encharcado das cheias do Nilo.

A homogeneização tecnológica do Antigo Oriente Próximo na segunda metade do segundo milênio a.C. desbanca a lógica dos sistemas-mundiais baseada na desigualdade no desenvolvimento nas técnicas de produção, em que as áreas centrais recebem excedente de matérias-primas para transformar e revender – como na Teoria da Dependência, no capitalismo.

Como visto, uma análise centro-periférica do império egípcio demonstra que sua estruturação foi fundamental para a equiparação tecnológica, dependendo, inclusive, da incorporação de artesãos especializados da sua periferia. A abordagem de Philip Kohl é concordante e sintetiza bem o fato:

**(...) tecnologias fundamentais, como o trabalho do metal e a criação de cavalos, não eram controladas somente pelas áreas centrais. As tecnologias da Era do Bronze não podiam ser monopolizadas, eram rapidamente difundidas de uma área a outra ou, neste sentido, eram transferíveis. Além disto, tecnologias importantes geralmente eram desenvolvidas inicialmente ou mais bem refinadas nas áreas periféricas próximas a suas fontes naturais de recursos.**<sup>130</sup>

---

<sup>130</sup> KOHL, Phillip. “The Ancient Economy, transferable technologies and the Bronze Age world-system: a view from the northeastern frontier of the Ancient Near East”. In: ROWLANDS, M., LARSEN, M. & KRISTIANSEN, K. (Edits.). *Op. Cit.* pp. 13-24. A citação é da p. 17.

O desenvolvimento das forças produtivas no império egípcio gerou um aumento de excedentes que, além de financiar o dispêndio imperial, gerou importantes modificações nas relações de produção e, portanto, alterando tanto as formas de produção quanto a composição dos grupos sociais. Quanto a isto, seguimos a fórmula conhecida de Marx:

**(...) na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. (...) Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali.<sup>131</sup>**

Duas perguntas específicas ao contexto egípcio podem ser depreendidas da citação acima:

1) Quem são os homens que se chocam com as relações de produção em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas?; e 2) Quais são as novas relações de propriedade que surgem a partir deste choque?

Não é mistério para ninguém que o marxismo vê a classe como principal sujeito social. Já que sua definição é conflituosa, decidimos partir do princípio razoavelmente simples da classe dominante como grupo possuidor dos meios de reprodução social imprescindíveis para manter os *status* de explorador e as condições necessárias para explorar do trabalho de outrem<sup>132</sup>. No caso egípcio, esta classe dominante confunde-se com o aparelho de Estado, uma vez que era composta por funcionários ligados a cargos administrativos e militares, em sua imensa maioria capacitados à leitura. Segundo as estimativas mais otimistas, chegavam a 1% da população total da “terra

---

<sup>131</sup> MARX, Karl. “Prefácio à ‘Contribuição à Crítica da Economia Política’”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos*. Vol. III. São Paulo: Edições Sociais, 1977. pp. 300-303. A citação é da p. 301. Este talvez tenha sido o texto mais criticado de Marx, em virtude de seu esquematismo – característica de síntese necessária a uma rápida introdução. O esquema batido segundo o qual a evolução nas forças produtivas gera contradições com as relações sociais, que levam a uma revolução social não é, obviamente, algo mecânico, dependendo de uma série de variáveis “superestruturais” como a conscientização social, por exemplo. Todavia, provavelmente o ponto mais recriminado do texto é aquele omitido na citação, que se refere à determinação da superestrutura ideológica, política e jurídica pela base econômica. Quanto a isto, preferimos a frase que segue no texto, na qual Marx se refere à determinação da consciência social pelo ser social, deixando mais claro que a premissa materialista de que as necessidades sociais primam sobre a consciência, que, não por isso, é excluída da sua importância na ação social.

<sup>132</sup> Muito se discutiu acerca da existência ou não de classe no pré-capitalismo. Partimos da diferenciação elaborada por Edward Thompson de dois conceitos de classe, a saber: a) classe como categoria analítica encontrada em qualquer sociedade hierarquizada que conte com a exploração do trabalho humano; e b) classe como construção a partir da experiência vivida de um grupo que se reconhece e, portanto, age enquanto coletivo em oposição a um grupo antagônico definido também pela posse dos meios de exploração do ser humano. Ver THOMPSON, Edward P. “Algumas Observações Sobre Classe e ‘Falsa Consciência’”. In: \_\_\_\_\_. *Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001. pp. 269-281. Observar em especial a p. 272.

negra”, sendo, portanto, um número aceitável para se crer que faziam parte do aparato estatal. Partindo do princípio que os cargos eram tendencialmente hereditários, não havia grandes possibilidades de ingressar no grupo pela ascensão social.

Como visto, por seu caráter de herdeiro e mantenedor do cosmo, o faraó era proprietário teórico de todas as terras. A propriedade jurídica, contudo, é menos importante do que a forma apropriação real das condições de existência, que nos parece um tratamento melhor para a propriedade. Partindo deste princípio, o monarca egípcio encarnava o Estado e era o grande possuidor das formas de exploração do trabalho alheio. Neste sentido, sua soberania era uma espécie de representação ideológica da classe dominante. Em seus estudos, já bastante criticados, das formas asiáticas de produção, Marx esboçou raciocínio similar ao entender o déspota como uma encarnação da coletividade, para quem eram dirigidos os excedentes necessários à realização de grandes e imprescindíveis obras hidráulicas<sup>133</sup>.

Nosso ponto é que ao aparecer como dono do universo, o rei, então, representava toda uma classe que era sustentada através da apropriação do excedente de trabalho dos outros habitantes da “terra negra”. Esta classe, todavia, a partir do Reino Novo era cada vez menos homogênea. William Edgerton afirma que a partir da expulsão dos hicsos, três grupos distintos passaram a disputar o poder dentro do aparelho estatal egípcio: os funcionários civis (administradores ou burocratas *strictu sensu*); os sacerdotes; e os oficiais militares<sup>134</sup>.

Com a expansão do império e o desenvolvimento das forças produtivas, o homens que se chocaram contra as relações de produção faziam parte da classe dominante, dando origem a frações, distintas pelos interesses, mas sem organização de classe. Os militares ganharam grande importância desde o início do Reino Novo, como visto numa citação já feita da tumba do oficial Ahmés, filho de Ebana:

**Aquele inimigo, de nome Tetian, veio então, tendo reunido para si os de intenções perversas. Sua majestade o derrotou e sua tripulação foi destruída. Foram-me concedidas três pessoas e cinco *sbt*\* de campo cultivável em minha cidade<sup>135</sup>.**

---

<sup>133</sup> Sobre a discussão acerca da forma de produção asiática ver principalmente MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Tradução e Introdução de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.; C.E.R.M.. *O Modo de Produção Asiático*. Lisboa: Seara Nova, 1974.; e, no Brasil, CARDOSO, Ciro, BOUZON, Emanuel, TUNES, Cássio. *O Modo de Produção Asiático. Nova Visita a um Velho Conceito*. São Paulo: Elsevier, 1990.

<sup>134</sup> EDGERTON, William. “The Government and the Governed in the Egyptian Empire”. In: *Journal of Near Eastern Studies*. Vol. 6, No. 3. Chicago: The University of Chicago Press, Julho de 1947. pp. 152-160.

\* Medida egípcia de superfície equivalente a 2735 m<sup>2</sup>, ou seja, 2/3 de acre.

<sup>135</sup> GÁLAN, Jose Manuel. *Op. Cit.* p. 41.

Inicialmente, os lotes de terra de pequena extensão que eram recebidos, tinham a forma de propriedades de função, ligadas ao desempenho de um cargo militar. A hereditariedade do posto nas forças armadas garantia a passagem familiar das posses.

Fundaram-se aldeias militares, muitas localizadas nas regiões fronteiriças, cujos residentes dispunham de campos e escravos recebidos em decorrência de suas atividades bélicas. Segundo Al-Nubi, os militares não eram verdadeiros proprietários, constituindo um grupo que vivia do trabalho de outrem, mas que compunha uma classe intermediária entre a classe dominante e a dos trabalhadores privados dos meios de produção. Durante a XVIIIª Dinastia, essa “classe média” – denominada pelo autor como “burguesa” – teria se tornado consumidora de objetos de luxo<sup>136</sup>.

A resposta para a segunda pergunta, acerca das novas relações de propriedade, encontra-se seguindo este mesmo caminho. Primeiro, é preciso entender que no Antigo Egito havia várias formas de propriedade, com graus de alienabilidade distintos<sup>137</sup>. A primeira forma da qual temos fontes, no Reino Antigo, é a propriedade palacial, destinada ao sustento da realeza e ao culto religioso – fosse templário ou funerário. Todavia, ao que parece, ainda antes da Vª Dinastia já surgiram parcelas de terra voltadas para a remuneração de funções e para cultos funerários particulares.

Uma segunda forma é a propriedade dos deuses, terras doadas para a manutenção de templos. Com o tempo, tais terrenos foram perdendo a influência administrativa direta do faraó. A expansão imperial na XVIIIª Dinastia teve papel fundamental no aumento da riqueza fundiária dos templos, principalmente do deus dinástico Amon. A partir da dinastia seguinte, parece ter sido uma estratégia deliberada do governo central delegar cada vez mais terras à administração templária, que não deixava, obviamente, de integrar o aparato estatal.

Por fim, houve a propriedade individual, inicialmente de função, doada para remunerar um cargo, sem direito à divisão ou alienação, mas com a possibilidade de passagem através da herança do próprio cargo. Já na XVIIIª Dinastia, como visto, a necessidade de remunerar e premiar os militares levou ao fortalecimento de uma propriedade com direito de herança e

---

<sup>136</sup> AL-NUBI, Sheihk ‘Ibada. *Op. Cit.* pp. 150-151.

<sup>137</sup> Ver CARDOSO, Ciro. *Economia e Trabalho no Egito Antigo. Op. Cit.* pp. 191-202.

alienabilidade. Logo, este procedimento foi adotado para o pagamento de sacerdotes e artesãos especializados. É importante lembrar que quando falamos de doação de terras, devemos entender estas terras como um conjunto do terreno com seus animais, trabalhadores dependentes e instalações.

## 2.2.2 Exploração Central e Circulação

Uma vez abordados os processos de dominação imperial através da análise das estruturas de produção, resta-nos discutir – para dar conta da economia como um todo – sua lógica de funcionamento na esfera da circulação.

Primeiramente, é importante afirmar que nosso principal objetivo é tratar da circulação internacional de bens – tratando mesmo a incorporada Wawat como estrangeiro –, já que a circulação interna da sociedade egípcia era, como a das outras sociedades da Era do Bronze, compartimentada<sup>138</sup>. Neste sentido, bens de prestígio eram uma exclusividade da classe dominante, auxiliando, inclusive, na manutenção de seu domínio sobre os demais.

Concordamos com Godelier que a estrutura econômica das sociedades pré-capitalistas era multicentrada, ou seja, não havia equivalência total entre os bens. Mesmo na existência de moeda, seja como padrão ideal de equivalência ou em sua existência física, determinadas pessoas não poderiam ter acesso a certos bens de prestígio, por exemplo. Segundo o antropólogo francês:

**A inexistência de um modo único de circulação dos bens em numerosas sociedades primitivas e rurais explica-se, por um lado, pelo caráter limitado das trocas, a ausência ou fraco desenvolvimento de uma verdadeira produção mercantil, e, por outro lado, pela necessidade de controlar o acesso (...) aos estatutos sociais privilegiados, que são em número limitado dentro dessas sociedades.**<sup>139</sup>

Como visto antes, talvez um dos profissionais que melhor tenham estudado as diferentes maneiras de circulação tenha sido Karl Polanyi, para quem havia três formas de integração

---

<sup>138</sup> GODELIER, Maurice. “Antropologia Econômica”. *Op. Cit.* p. 177.

<sup>139</sup> *Idem, Ibidem.* p.178.

econômica institucionalizadas na sociedade: a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio<sup>140</sup>, todas, em maior ou menor grau, passíveis de observação no império egípcio.

Um primeiro passo para o estudo da circulação imperial é distinguir as diferentes relações de dominação do centro sobre a periferia. No presente caso, é unanimidade entre os egiptólogos a existência de sensíveis divergências nas relações do Egito com suas diferentes áreas dominadas. De início, notaram-se distinções entre a exploração das regiões do norte, na Síria-Palestina, por um lado, e do sul, da Núbia, por outro<sup>141</sup>. Mais tarde, a hipótese mais aceita passou a ser a de que a dominação das regiões da Síria-Palestina e de Kush (ainda que autores diverjam em relação ao limite geográfico exato da dominação direta egípcia no sul) contrastava com aquela exercida em Wawat<sup>142</sup>. Este assunto será aprofundado no próximo capítulo, destinado a tratar especificamente da Núbia. Sendo assim, aqui trataremos basicamente da porção norte da periferia imperial.

A princípio, o império egípcio baseava-se no estabelecimento de uma série de protetorados mais ou menos frouxos na região da Síria-Palestina através de juramentos de fidelidade, tornando-os territórios vassallos. O texto de um destes juramentos chegou a nós através da Estela de Gebel Barkal, ordenada por Thutmés III. Nela, o escriba se refere à jura feita pelo governante derrotado após a Batalha de Megiddo:

**“Não repetiremos o mal contra o rei Menkheperra – que se lhe conceda a vida! –, nosso senhor, durante nosso período de vida, posto que presenciamos seus poderes. Ele nos concedeu o alento porque ele quer. Seu pai é quem o fez, [Amon-Rá senhor dos tronos das Duas Terras], e não a ação dos homens”.**<sup>143</sup>

Estabelecido o vínculo, a área passava a compor a periferia do império egípcio. Segundo Galán, a autoridade do faraó se manifestava justamente na possibilidade de tributar esses territórios e, muitas vezes por meio deles, ter acesso a trocas com grandes reinos mais distantes<sup>144</sup>. A estratégia era manter, ao máximo, as estruturas locais, diminuindo os custos da

---

<sup>140</sup> POLANYI, Karl. “La Economía como Actividad Institucionalizada”. In: POLANYI, K., ARENSBERG, C. & PEARSON, H (Dir.). *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitas, 1976. pp. 289-316. A citação é referente à p. 296.

<sup>141</sup> KEMP, Barry. *Op. Cit.* pp. 19-20.

<sup>142</sup> Esta posição parte da obra de Robert Morkot e foi seguida por outros arqueólogos especializados na Núbia como Stuart Smith e José Galán. Cf. MORKOT, Robert G. “Nubia in New Kingdom: The Limits of Egyptian Control.” In: DAVIES, W. D. (Edit.). *Egypt in Africa. Nubia from Prehistory to Islam*. London: British Museum Press, 1991. pp. 294-301; SMITH, Stuart Tyson. *Askut in Nubia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millenium B.C.* London: Kegan Paul International, 1995.; GALÁN, José M. *Op. Cit.*

<sup>143</sup> Estela de Gebel Barkal, traduzida em GALÁN, José M. *El Imperio... Op. Cit.* p. 121.

<sup>144</sup> *Idem, Ibidem.* p. 25.

empreitada imperial, já que o Egito dispunha de recursos materiais e humanos limitados para uma manutenção de toda área de influência somente através da coerção.

Em certos casos, poderia haver um documento pré-estabelecendo as quantias esperadas para as entregas de tributos, conforme nos mostram os *Anais* de Thutmés III do seu trigésimo terceiro ano de trono solo:

**As escalas proporcionaram tudo como seu imposto, como (indicava) seu documento (*nt-9*) anual, junto com a contribuição do Líbano, como (indicava) seu documento anual, junto com os chefes do Líbano ...<sup>145</sup>**

A ação faraônica para com esses protetorados era diferenciada. Dependendo dos seus interesses, uma liderança local poderia ser apoiada inclusive com envio de riquezas. Por outro lado, o descontentamento do monarca poderia resultar na retirada do líder local e sua substituição por outro mais próximo da corte egípcia. Este era, inclusive, o sentido da política de sequestro dos filhos das elites periféricas e sua educação junto aos príncipes da “terra negra”.

A administração imperial, dividiu a Síria-Palestina em três regiões, Canaã, Upe e Amurru, ainda que este sistema não estivesse de todo formalizado. Os principais centros egípcios nestas localidades eram, respectivamente, Gaza, Kumidi e Sumur. A administração ficava nas mãos dos príncipes locais, considerados pelos egípcios como “prefeitos” responsáveis pela coleta e envio do tributo.

Um exemplo do poder do faraó sobre estes prefeitos é dado em uma carta enviada a Aziru, rei de Amurru, no atual Líbano. Nela, o monarca egípcio mostra toda sua insatisfação ao questionar seu vassalo acerca de seu comportamento e exigir sua presença em Tebas para prestar explicações.

**Diga a Aziru, governante de Amurru: Este é o rei, teu senhor, falando: (...)  
Tu não escreveste para o rei, meu senhor, dizendo: “Eu sou seu servo como foram todos os prefeitos anteriores desta cidade”? (...)  
E se tu agiste lealmente, ainda assim todas as coisas que tu escreveste eram inverdades. Na verdade, o rei refletiu sobre elas da seguinte forma: “Tudo que tu disseste não é amigável.” (...)  
Contudo, se tu desempenhares teu serviço para o rei, teu senhor, o que o rei não fará por você? Se por qualquer razão, de alguma maneira tu prefiras fazer o mal e se tu**

---

<sup>145</sup> *Idem Ibidem.* p. 90.

**conspirares mal, coisas traiçoeiras, então, tu, junto com toda tua família, morrerás pelo machado do rei.<sup>146</sup>**

A ameaça ao governante de Amurru está ligada a uma série longa de cartas acusatórias do rei da cidade de Biblos, Rib-Hadda, datadas ainda do governante anterior, de Abdi-Ashirta, pai de Aziru, que estaria agindo de forma contrária ao faraó e favorável a outros grandes poderes do Oriente Próximo, como Hatti. Há dezenas de missivas no arquivo de Amarna com reclamações de Rib-Hadda, requisitando uma providência do monarca egípcio, principalmente com o envio de tropas para resistir aos assédios das tropas de Amurru.

**Os Apiru mataram Aduna, rei de Irqata, mas ninguém disse nada sobre Abdi-Ashirta, então eles continuam tomando territórios para si. Miya, chefe de Arasni, apoderou-se de Ardata e a pouco os homens de Ammiya mataram seu senhor. Estou com medo. Que o rei fique informado de que o rei de Hatti tomou todos os reinos que eram vassalos do rei de Mittani. Veja, ele é rei de Nahrma da terra dos grandes reis e Abdi-Ashirta, o servo e cachorro, está tomando todas as terras do rei. Mande arqueiros.<sup>147</sup>**

As súplicas constantes do rei de Biblos ao faraó insinuam que, provavelmente, este não as atendia facilmente, o que demonstra outra face da política imperial egípcia, a saber, o descaso e mesmo o incentivo às disputas entre os chefes subordinados. Segundo Carla Sinopoli, uma das características dos impérios antigos era justamente a construção de mecanismos para administrar a diversidade e, em muitos casos, apoiar a diferença e a competição entre diferentes elites regionais contribuindo para a prevenção do surgimento de uma unidade contrária à hegemonia imperial<sup>148</sup>.

Deslocar tropas para as cidades submetidas era algo constante pela necessidade de sufocar revoltas, garantir a segurança de rotas de troca e proteger os vassalos. De qualquer maneira, exércitos não são auto-sustentáveis. O trânsito de soldados requeria uma infra-estrutura preparada para o provimento das tropas onde quer que elas fossem requisitadas.

Já mencionamos, no capítulo anterior, a tática de abastecimento de cidades portuárias estratégicas por seu posicionamento, como Biblos, para garantir a ação militar expedicionária ou coercitiva na região do Levante e mais para o leste. Um trecho do relato do butim conquistado na

---

<sup>146</sup> MORAN, William I. (Trad. e Edit.) *The Amarna Letters*. London: Johns Hopkins University Press, 1992. Carta EA 162, p. 248-250.

<sup>147</sup> MORAN, W. *Op. Cit.* EA 75. pp. 145-146.

<sup>148</sup> SINOPOLI, Carla. "Imperial Integration and Imperial Subjects". In: ALCOCK, Susan (Edit). *Empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. pp. 195-200. A citação é da p. 196.

tomada de Megiddo por Thutmés III legou-nos uma pista acerca dessa lógica de funcionamento imperial:

**Os campos de cultivo foram convertidos em parcelas, as quais foram dadas aos agentes do Palácio – v.p.s. – para recolher sua colheita. Relação da colheita que sua majestade trouxe das parcelas de Megiddo: 207.300 sacos de trigo, além do que foi consumido pela tropa de sua majestade [...].<sup>149</sup>**

O gerenciamento da colheita foi deixado aos administradores reais provavelmente para evitar o roubo. Mas o que foi feito com a quantidade imensa de cereais colhida? Spalinger estima que seriam necessários cerca de 5.635 animais de carga para transportar os grãos até o Egito. Partindo da ração mensal de um trabalhador das tumbas reais de Tebas, o autor afirma que o montante capturado serviria para alimentar aproximadamente 33.320 pessoas pelo período de tempo de um mês<sup>150</sup>. O transporte para Tebas ou para qualquer cidade no Delta egípcio provavelmente era custoso demais e o benefício – real ou ideal – não era tão grande neste momento, já que o Egito ainda dispunha de terras não cultivadas e de uma produção crescente a partir da utilização, desde o fim do II Período Intermediário, de novas tecnologias agrárias. Assim, o mais provável é que a produção agrícola tenha sido distribuída pelas cidades vizinhas da Palestina, que serviriam de base para o reabastecimento das tropas egípcias durante suas campanhas levantinas, bem como de sedes das guarnições faraônicas locais.

Havia, portanto, uma lógica administrativa imperial que se assemelha à integração econômica redistributiva, que, segundo Polanyi, era a forma hegemônica nas civilizações hidráulicas do Oriente Próximo. Não à toa, o egiptólogo polanyiano de origem norte-americana Edward Bleiberg elaborou uma teoria acerca do modelo de tributação imperial que diferencia um tipo de taxação voltada para distribuição local de outra doada para o tesouro pessoal do faraó<sup>151</sup>.

Segundo Bleiberg, as transações econômicas egípcias eram nomeadas de acordo com a fonte e o destino dos bens envolvidos, bem como as pessoas que participavam. O termo *B3kw(t)* deriva da raiz *b3k*, que pode ser traduzida como trabalhador ou servidor. O estudo do egiptólogo

---

<sup>149</sup> GALÁN, José M. *El Imperio... Op. Cit.* p. 85.

<sup>150</sup> SPALINGER, Anthony. *War in.... Op. Cit.* p. 95.

<sup>151</sup> O autor elabora sua teoria em dois artigos: BLEIBERG, Edward. “The King’s Privy Purse During New Kingdom: An Examination of INW”. In: *Journal of the American Research Center in Egypt*. Vol. 21. American Research Center in Egypt, 1984. pp. 155-167. & BLEIBERG, Edward. “The Redistributive economy in New Kingdom Egypt: An Examination of B3ku(t)”. In: *Journal of the American Research Center in Egypt*. Vol. 25. American Research Center in Egypt, 1988. pp. 157-168.

norte-americano parte basicamente dos *Anais* de Thutmés III, nos quais é notada a diferenciação entre dois tipos de tributos conseguidos no exterior: o *b3kw(t)* e o *inw*.

O *b3kw(t)* era uma forma de transação econômica relativa unicamente à aquisição de produtos de distintas áreas geográficas, grupos de profissionais e príncipes estrangeiros. Neste sentido, um templo, por exemplo, poderia receber *b3kw(t)* de uma cidade, ou de áreas mais extensas. Entre as localidades envolvidas nessa relação, aparecem nas fontes egípcias: Wawat, o Líbano, os “Países estrangeiros de Retenu”, Kush, “A terra da Áisa e/ou Djahy”, a “Terra Vermelha”, o “Sul e o Norte”, “Todas as terras estrangeiras”, “Os países estrangeiros do sul”, “Os países estrangeiros do norte”, as “terras” e “todas as terras”.

Em relação aos grupos de profissionais e príncipes estrangeiros, as fontes contêm citações a “trabalhadores do campo”, “Príncipes de ...”, “Príncipes de todas as terras estrangeiras”, “arqueiros”, “povo (do Egito)”, “mercadores” e “pescadores”.

Quanto aos usos da taxação, Bleiberg afirma:

**Ao menos três usos para o *b3kw(t)* podem ser determinados a partir das fontes existentes. Eles incluem decorar o templo, prover oferendas *h3p-ntr* para o deus e aprovisionar os portos para operações militares. Este último demonstra a função redistributiva do *b3kw(t)*.<sup>152</sup>**

Bens doados sob forma de *b3kw(t)* variavam dos mais comuns aos de produtos de luxo, como metais preciosos, como ouro, electrum e madeiras de lei, utilizados comumente na decoração dos templos para construção e ornamentação de portais, por exemplo. A imensa maioria desses bens era proveniente de fora da “terra negra”. No caso das oferendas divinas (*h3p-ntr*), pelo contrário, as fontes eram egípcias.

Se o caso das doações de bens de consumo para templos são exemplos claros da lógica redistributiva do *b3kw(t)*, o aprovisionamento de portos segue no mesmo rumo, conforme o fragmento seguinte do reinado de Thutmés III:

**Agora os portos estavam abastecidos com tudo de acordo com sua arrecadação e com seu costume, em conjunto com o *b3k* do Líbano de acordo com seu costume, em conjunto com os príncipes do Líbano...<sup>153</sup>**

---

<sup>152</sup> BLEIBERG, Edward. “Redistributive...”. *Op. cit.* p. 161.

<sup>153</sup> *Apud* BLEIBERG, Edward. “Redistributive...”. *Op. Cit.* p. 162.

Uma vez tendo recebido bens, um templo poderia ainda repassá-los. Bleiberg levanta a possibilidade da existência de doações templárias para financiar atividades militares, como uma espécie de adicional à benção divina que deveria garantir a vitória. Assim, segundo o autor, os templos seriam financiadores de expedições de conquista, em conjunto com os fundos reais. Tal afirmativa parece se confirmar se entendermos os templos como parte do aparato estatal em conjunto com o palácio.

O financiamento templário de campanhas militares é uma forma clara de comprovação do caráter redistributivo do *b3kw(t)*, uma vez que a mesma palavra era utilizada para os bens que eram doados para os templos e para os enviados por estes para o financiamento das expedições.

Se o *b3kw(t)* é doado a templos, há outro tipo de instituição econômica que flui direto para as reservas do faraó, o *inw*. Este é traduzido mais comumente como tributo ou doação, numa ligação complexa com a ideologia teocrática faraônica que será discutida posteriormente. Bleiberg, por outro lado, critica as traduções e interpretações usuais do termo, afirmando que elementos como o *b3kw(t)* e o *inw* são realidades únicas da economia egípcia, não correspondendo a nenhum conceito moderno. O autor chega ao extremo de acusar os egiptólogos de julgarem moralmente os egípcios como mentirosos por estarem menos interessados em dar nome a conceitos reais do que em aproximar as realidades antigas das contemporâneas.

Bleiberg parte da teoria de Polanyi de que as economias antigas devem ser analisadas de forma inseparável com as relações sociais daquelas civilizações para tentar determinar o que era o *inw*. Neste sentido, apóia-se na visão da economia egípcia trabalhando a partir da lógica da redistribuição, baseada em templos principalmente. Enquanto todos os egípcios participavam dos circuitos redistributivos, somente o faraó, por sua posição de soberano, estava excluído:

**Ele estava apto a existir fora desse sistema porque ele tinha outra fonte de renda em um sistema sócio-econômico paralelo, cujo maior componente era o *inw*. *Inw* era uma fonte de renda privada para o rei. Não estava incluída necessariamente na economia redistributiva mais ampla.<sup>154</sup>**

A separação do restante da lógica econômica redistributiva oficial dava-se pelo fato de que o *inw* deveria ser utilizado para necessidades pessoais do rei – ainda que, em última instância, algumas delas fossem sociais, já que ele era o responsável por manter a existência

---

<sup>154</sup> BLEIBERG, Edward. “The King’s...”. *Op. Cit.* p. 156.

universal. Neste sentido, os bens conseguidos com o *inw* eram revertidos para a doação de dádivas aos deuses, aos chefes estrangeiros e para manutenção da família direta do monarca.

São três os argumentos basilares de Bleiberg para comprovar sua tese de que o *inw* compunha uma espécie de reserva privada do faraó. O primeiro deles seria o fato de que este tipo de contribuição era visto como um atributo da monarquia, distinto da idéia geral de que tudo no universo pertence ao rei. Neste sentido, o Egito recebia *inw* como resultado de uma intervenção divina direcionada ao faraó, que lhe garantia as entregas por parte de povos estrangeiros, a exemplo do caso de Hatshepsut:

**Os deuses falaram a Hatshepsut em sua viagem para o norte: “Que tu cortes as cabeças dos soldados, que tu captures os chefes de Retenu, possuindo o terror do tempo de teu pai, seu *inw* consistindo em homens, etc.<sup>155</sup>**

O segundo argumento de Bleiberg é baseado no fato de que o monarca em pessoa ou um de seus representantes imediatos recebia diretamente o *inw*, ao contrário de outras trocas de bens. Conforme o autor, os produtos recebidos deveriam ser coletados e ordenados a partir de um sistema específico que visava evitar ao máximo a intervenção da burocracia de Estado.

Ao contrário do *b3kw(t)*, que poderia ser recebido por qualquer representante Estatal, o *inw* caracterizava uma relação pessoal entre o doador – ainda que algumas entregas não fossem voluntárias – e o faraó. Os *Anais* de Thutmés III contam com listas de entregas anuais de *inw* por enviados estrangeiros de áreas submissas ou não, como aquelas do ano 33 de seu reinado:

**Relação dos produtos trazidos pelos chefes das terras estrangeiras para sua majestade: 513 dependentes homens ou mulheres (...).  
Produtos da grande Hatti neste ano: 8 aros de prata que somam 401 *deben*, 2 pedras grandes brancas valiosas, madeira-*tchagu* (...).  
Contribuição do maldito Kush neste ano: 155 *deben* e 2 *qidet* de ouro (...).  
Contribuição de Wawat neste ano: ouro...<sup>156</sup>**

Conforme o que se pode observar neste fragmento, a entrega de *inw* era feita tanto pelo grande reino de Hatti, rival do Egito em seu poder, quanto por áreas submetidas de diferentes formas, como o Líbano, Kush e Wawat. Todavia, parece-nos razoável que o recebimento de *inw* de Hatti seja uma reconstituição ideológica de uma troca de presentes, feita para o público

---

<sup>155</sup> *Apud* BLEIBERG, Edward. “The King`s...”. *Op. Cit.* p. 157.

<sup>156</sup> GALÁN, José M. *El Imperio...* *Op. Cit.* pp. 90-91

interno, ocultando o que do Egito ia para os “grandes reis”, “irmãos” do faraó no trato internacional.

O faraó quase certamente não via esta relação como sendo composta por partes iguais. Os relevos das cerimônias de recebimento de *inw* mostram os entregadores como subservientes, prostrados frente ao monarca da “terra negra”. Um exemplo é o das imagens do *hb-sd* de Amenhotep IV/Akhenaton encontradas em talatat (blocos de pedra) no templo de Karnak.



Ilustração 1: Talatats do *hb-sd* de Akhenaton.<sup>157</sup>

Na figura, é possível identificar uma série de homens prostrados frente ao faraó. Da esquerda para a direita, encontram-se, na primeira sequência, um sírio, dois amoritas, vindos da Babilônia, e um núbio. Na segunda sequência, estão presentes um sírio, um amorita e um núbio.

Por fim, o terceiro argumento apresentado por Bleiberg para confirmar sua tese de que o *inw* é parte da renda pessoal do monarca é o dos usos desta riqueza. As principais formas de utilização são na manutenção do palácio real, na doação para templos e no pagamento de trabalhadores em obras funerárias.

Havia, ainda, uma estrutura administrativa especial para lidar com o *inw*. Este deveria ser apresentado em ocasiões formais, como o *hb-sd*, tomando a forma de um desfile frente ao faraó, conforme formulado por Cyril Aldred a partir da observação de cenas de tumbas da classe dominante da época de Akhenaton-Tutankhamon:

**Ele [o faraó] recebe um alto funcionário, normalmente o dono da tumba, que (...) se mostra como único protagonista na apresentação dos portadores de tributos e legados da Ásia e Kush e, raramente, do Egito mesmo. (...) as cenas não têm nada a ver com uma parada de espólios de guerra, mas representam uma cerimônia pública, muito próxima dos ritos de coroação, na qual a larga soberania do novo governante era reconhecida por sua**

<sup>157</sup> GOHARY, Jocelyn. *Akhenaten's Sed Festival at Karnak*. London and New York: Kegan Paul International, 1992.

recepção de presentes e homenagens das nações estrangeiras, bem como dos representantes de seu próprio povo.<sup>158</sup>

Segundo Bleiberg, as cerimônias de entregas não podem ser reduzidas à ocasião da coroação. Neste sentido, o egiptólogo acredita na existência de eventos especiais para a apresentação de *inw*. A representação deste momento numa tumba particular explica-se tanto pela vontade do proprietário de se mostrar entre aqueles que tiveram a honra de comparecer frente à Sua Majestade durante a cerimônia de apresentação dos tributos, quanto pelo fato de que os funcionários deveriam contribuir com “presentes” de comida e bebida para o júbilo régio.

Ainda na lógica da administração do *inw*, Bleiberg aponta para a existência de depósitos especiais, conhecidos como *gs-pr*, utilizados para armazenar as riquezas conseguidas daquela maneira. Em complemento, havia um grupo de burocratas, nomeados *šsp inw*, responsáveis por lidar com tais bens.

Para nós, o fundamental é a ligação clara do *inw* com o imperialismo egípcio, uma vez que este era composto por uma série de bens de consumo ou de luxo enviados pelas áreas vizinhas, dominadas ou não, diretamente para o faraó e, portanto, para o centro imperial. No caso das áreas submetidas, direta ou indiretamente, o *inw* servia como uma espécie de tributo – como é comumente traduzido. Por outro lado, as grandes potências regionais ofereciam o *inw* como dádivas em reconhecimento da grandeza do império da “terra negra”.

Uma abordagem teórica possível para a relação entre transações como o *inw* e o *bškw(t)*, por um lado, e o fluxo de bens do centro para a periferia, por outro, é o modelo criado por Terence D’Altroy e Tomothy Earle para explicar o império inca – ainda que haja necessidade de alguma modificação para uma adaptação coerente ao caso egípcio.

D’Altroy e Earle estudam o financiamento – no sentido de manutenção econômica – do império inca, dividindo suas rendas em duas categorias: a finança básica (*staple finance*) e a finança de riqueza (*wealth finance*)<sup>159</sup>.

A primeira envolveria pagamentos obrigatórios de bens necessários à subsistência do Estado, como grãos e gado, por exemplo, sendo utilizada para a manutenção dos representantes do império. Neste sentido, a finança básica tornar-se-ia um mecanismo fundamental para o

---

<sup>158</sup> ALDRED, Cyril. “Year Twelve at el-Amarna”. In: *Journal of Egyptian Archaeology*. Vol. 43. Egypt Exploration Society. Dez. 1957. pp. 114-117. A citação é da p. 114.

<sup>159</sup> D’ALTROY, Terence & EARLE, Timothy. “Staple Finance, Wealth Finance, and Storage in the Inka Political Economy”. In: *Current Anthropology*. Vol. 26. No. 2. Chicago: The University of Chicago Press, 1985. pp. 187-206.

funcionamento de um sistema imperial que necessariamente tem que lidar com a diversidade de atividades dispersas, que passam a ser mantidas por mobilizações regionais.

Não por coincidência, os autores associam a finança básica à economia redistributiva como forma de integração econômica, pensada por Polanyi. Desta maneira, facilitam nosso caminho em identificá-la com a instituição econômica egípcia conhecida como *b3kw(t)*. Se os grãos e o gado captado na periferia do império egípcio eram muito volumosos para serem transportados para seu centro deveriam, como visto, permanecer em locais estratégicos da periferia para sustentar o pessoal administrativo e, principalmente, as guarnições militares fixas ou enviadas para algum fim.

A finança de riqueza, por outro lado, seria formada principalmente por bens de luxo e produtos secundários, que poderiam ser utilizados como formas de pagamento, incluindo metais preciosos, por exemplo. D'Altroy e Earle afirmam que tais bens poderiam ser calculados a partir da equivalência com outros de natureza similar, mas que variavam em sua conversibilidade em relação aos produtos básicos – o que coaduna, de certa forma, com a lógica das diferentes modos de circulação. Os bens de luxo apropriados dessa maneira deveriam fluir diretamente das populações subservientes para a autoridade central, sendo utilizados como pagamentos para funcionários do núcleo imperial.

No caso egípcio, a finança de riqueza pode ser relacionada ao *inw*, que fluía diretamente para as reservas reais, necessitando apenas de uma pequena adaptação. Os pagamentos ou ofertas de *inw* para o faraó comportam não só bens de luxo, mas também alguns produtos básicos, como gado. Acreditamos que estes produtos básicos, nas quantidades enviadas, poderiam ser transportados devido à relativa facilidade de trânsito proporcionada pelo Nilo. Stuart Smith afirma ainda que houvesse um fluxo de produtos básicos de alto valor como madeiras, azeite e vinho, por exemplo, seja através do Nilo ou mesmo por meio de caravanas com tropas de mulas<sup>160</sup>. Todavia, a maioria desses produtos deveria continuar nas áreas periféricas. Bens de luxo, por outro lado, não deveriam permanecer na periferia, sendo enviados para a decoração de templos, para serem apresentados a membros da elite central, para serem enviados a outras partes do império no sentido de manter as elites locais fiéis ao faraó ou para serem remetidos como dádivas nas relações internacionais do Egito com grandes ou pequenos reinos.

---

<sup>160</sup> SMITH, Stuart Tyson. *Wretched Kush. Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. New York: Routledge, 2003. p. 71.

Enquanto a finança básica destinava-se à manutenção e ao bom funcionamento do sistema imperial, a finança de riqueza era utilizada basicamente como mecanismo de reprodução das classes dominantes do império, uma vez que os bens de luxo serviam como ostentação na decoração de tumbas, por exemplo, e na continuidade de sua fidelidade ao governante. Posteriormente, parte dessa finança de riqueza deveria fluir para a periferia, numa tentativa de cooptar as elites locais, integrando-as ao sistema.

Stuart Smith chega a afirmar que havia uma demanda de bens de luxo por parte das elites egípcias. Tais bens que fluíam por meio do *inw*, criando uma espécie de economia privada separada da redistribuição estatal, através do investimento dessas riquezas em trabalho acumulado<sup>161</sup>. Esta relação depende de uma associação direta entre o valor de uso das riquezas e uma quantidade de trabalho que poderia ser paga com este valor, utilizando a medida de ração diária recebida por um trabalhador como equivalência. Isto nos parece, entretanto, uma forma de forçar a realidade da Antiguidade para aceitar algo intrínseco à sociedade capitalista, que é o valor no sentido de quantidade de trabalho socialmente necessário, dependente, como visto, da existência de uma noção de trabalho abstrato<sup>162</sup>. O próprio Stuart Smith não tem problemas em se posicionar no lado modernista da Economia Antiga, ainda que defenda a insuficiência das duas correntes (modernistas/formalistas e primitivistas/substantivistas), propondo a utilização de uma mescla delas.

Apesar de discordarem da circulação limitada dos bens de prestígio através da lógica da reciprocidade (assimétrica) de dádivas, D'Altroy e Early crêem na possibilidade de que a finança de luxo estivesse ligada a esta forma de integração econômica. A inserção do *inw* na lógica da troca de dádivas também é afirmada por Bleiberg. Neste sentido, devemos analisar a circulação de dons no império egípcio para entender completamente o funcionamento de suas estruturas.

---

<sup>161</sup> *Idem, Ibidem.* p. 73.

<sup>162</sup> A afirmação da inexistência de trabalho abstrato na Antiguidade não significa a concordância obrigatória com a idéia de que não há racionalidade econômica na Economia Antiga. Esta discussão necessita da diferenciação entre “trabalho concreto” e “trabalho abstrato”. O primeiro é o fator mediador da relação entre homem e natureza, enquanto o segundo está relacionado a uma dimensão social única intrínseca à atividade laboral no capitalismo, a saber, o fato de que o trabalho não media apenas a relação do homem com a natureza, mas todas as relações sociais. Neste sentido, no pré-capitalismo não há uma noção de trabalho abstrato por não haver transformação do trabalho em mercadoria, o que não implica, todavia na inexistência de uma noção abstrata do trabalho concreto. Esta diferença pode ser encontrada em POSTONE, Moishe. *Capital and Historical Change*. Artigo apresentado na conferência “Marxian Horizons: Critical Social Theory for the 21st Century” na Cornell University (Ithaca, NY), em 13 de março de 2004 e disponível em <http://www.countdownnet.info/archivio/teoria/321.pdf> p. 3.

### 2.2.3. Circulação, Comércio, Dominação e Resistência

As discussões em torno do conceito de dom ou dádiva nas Ciências Sociais têm como marco paradigmático o lançamento de “*Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*”, escrito por Marcel Mauss e publicado no *Année Sociologique* nos anos de 1923 e 1924. Baseado tanto em seu trabalho de campo como na etnografia de Bronislaw Manilowsky, o autor buscou os sentidos que orientavam a ação de dar e a necessidade de reciprocidade de um presente recebido.

No caso do Antigo Oriente Próximo do período do Bronze Tardio, a lógica da circulação de dádivas é conhecida a partir dos estudos de um arquivo de cartas trocadas entre o Egito e diversas outras localidades. Estes documentos foram encontrados em uma sala de um palácio na cidade de el-Amarna, que serviu de capital da “terra negra” durante parte do reinado de Amenhotep IV/Akhenaton. Tal sala, conhecida como “O Lugar das Cartas do Faraó”, devia destinar-se às missivas recebidas e a poucas cópias daquelas enviadas pelo faraó, uma vez que praticamente todas estão escritas em acadiano babilônico, a língua oficial das relações internacionais do período – o que nos faz imaginar que deveria haver outra sala para aquelas escritas em egípcio e ainda por serem traduzidas.

As cartas podem ser divididas em dois grupos: um composto de correspondentes que são chefes de mesmo *status* do que o faraó, sendo conhecidos como “grandes reis”; e outro integrado por governantes de menor *status* do que o monarca egípcio, designados como “pequenos reis” ou “vassalos” da “terra negra”.

Seguindo a lógica maussiana de que o dom só existe quando é oferecido mediante um ato livre, o assiriólogo italiano Carlo Zaccagnini atenta para o vínculo moral criado com a doação do dom, que teria como resposta necessária o envio de um contradom. Ainda que esta lógica já existisse, as trocas do Bronze Tardio (séculos XV-XIII) diferenciavam-se das do período Páleo-Babilônico (séculos XIX-XVIII), por estas serem constituídas por um franco realismo, deixando pouco espaço para o caráter cerimonial estereotipado. Isto demonstra, portanto, a vinculação deste fenômeno com uma visão de mundo e uma política específicas do Bronze Tardio<sup>163</sup>.

---

<sup>163</sup> ZACCAGNINI, Carlo. *Lo Scambio dei Doni nel Vicino Oriente Durante I Secoli XV-XIII*. Roma: Centro per Le Antichità e La Storia Dell'Arte Del Vicino Oriente, 1973. pp. 98-100.

Se a doação de um dom leva à necessidade de uma resposta adequada, a reciprocidade passa a ser o caráter vinculante que assumem as trocas entre sujeitos do mesmo nível econômico ou social, ligados por certa relação social, na maior parte das vezes de parentesco ou de amizade, levando-os a doarem, receberem e reciprocarem.

A operatividade do princípio da reciprocidade assume forma macroscópica no Oriente Próximo dos séculos XV-XIII pelo fato de estar explicitamente enunciada nas missivas diplomáticas. Sua invocação é explícita, sobretudo, no momento inicial do relacionamento, quando assume o valor de norma de conduta a ser respeitada nas futuras trocas. A enunciação mais concreta e imediata disto é aquela na qual se pede um dom, oferecendo-se em troca qualquer coisa requerida pelo parceiro. Se, por um lado, isto pode ocorrer no início da relação, por outro, pode também aparecer em uma fase mais específica, ligado a um pedido especial do parceiro ao qual se promete responder atendendo a qualquer desejo da contraparte. Um exemplo é o da carta enviada por Burna-Buriaš II, que reinou na Babilônia entre 1349 e 1323 a.C., ao rei do Egito (seja Amenhotep IV/Akhenaton, seja seu filho Tutankhamon). Nesta missiva, o remetente declara, em vista da construção de um templo:

**Neste momento meu trabalho em um templo é extenso e eu estou muito ocupado tentando lidar com ele. Envie-me muito ouro. E de tua parte, o que quiseres de meu país, escreva que será levado a ti.**<sup>164</sup>

A hospitalidade é um dos fundamentos essenciais da relação do dom. Tal tema é recorrente na relação de reciprocidade<sup>165</sup>. Neste sentido, a própria casa é anunciada como “tua casa”, o que exprime a disponibilidade total do indivíduo para reciprocitar o desejo do parceiro. O costume instituído se estende a cobranças em casos em que parceiros não são física ou efetivamente convidados.

Os grandes festivais egípcios eram os momentos, por excelência, para convidar os parceiros a desfrutarem da hospitalidade do faraó. Por ocasião dos jubileus reais conhecidos como *hb-sd*, citados anteriormente, o rei egípcio convidava príncipes de todas as partes para tomarem parte nas homenagens que revigoravam seu poder real. Neste sentido, seus parceiros nas trocas de dádivas deveriam estar presentes. A falta de convite para hospitalidade parece ter sido

---

<sup>164</sup> *Idem, Ibidem*. EA 09. pp. 18-19.

<sup>165</sup> Alexandre Carvalho afirma que a troca de dons, assim como a hospitalidade e os banquetes, remetem a formas de integração social entre pontos relativos de agrupamento simétricos, não sendo meros reflexos de condutas individuais. CARVALHO, Alexandre. *Op. Cit.* pp. 78-79.

uma falta grave, já que o rei Kadašman-Enlil I, da Babilônia, enviou uma carta a Amenhotep IV exprobrando-o por não o ter convidado para uma festividade, que pode muito bem ter sido o próprio *hb-sd* e se aproveitando da situação para se colocar em vantagem na relação, convidando-o para um festejo:

**Quando tu celebraste um grande festival, tu não enviaste um mensageiro a mim, dizendo, “Vem comer e beber”. Nem me enviaste meu dom (*greeting-gift*) por ocasião do festival. (...) Eu construí uma nova casa. (...) Agora, farei uma inauguração. Vem comer e beber comigo. Eu não agirei como tu agiste<sup>166</sup>.**

É possível identificar o fato de a reciprocidade, ainda que não formulada diretamente, à base do dom, como motivo formal que distingue esta de outras formas de circulação econômica, como a redistribuição e o comércio mercantil. A modalidade do “dom e contradom” uniria partes através de uma relação de reciprocidade, com uma organização costumeiramente cerimonial e implicaria negociações políticas. Neste caso, os objetos trocados seriam tesouros e artigos de luxo, sendo as trocas espaçadas e relativamente reduzidas<sup>167</sup>. Zaccagnini, contudo, lembra que, para Polanyi, a reciprocidade demandaria uma resposta adequada e não uma igualdade matemática. Além disto, numa troca de dons, há um desequilíbrio institucionalizado entre os parceiros, de tal modo que um sempre se ache em posição de crédito ou débito para com o outro, até que a prestação seguinte mude a situação, constituindo uma lógica potencialmente sem fim<sup>168</sup>.

A questão da continuidade é fundamental para entender a lógica da troca de dons, já que somente uma perspectiva “global”, voltada para a análise conjunta das prestações e contraprestações, é capaz de explicar a razão de um ato singular, seja pelo viés de sua importância econômica ou de sua relevância sócio-política.

O trânsito dos mensageiros encarregados de levar e trazer os dons faz com que este tipo de troca seja considerado a partir de uma perspectiva dilatada no tempo, na qual a regularidade e a frequência dos envios adquirem importância sem par, quiçá superior à generosidade das contribuições singulares.

A importância desta lógica temporal é reafirmada em diversas cartas que mencionam as relações estabelecidas no passado visando diferentes fins, que serão abordados posteriormente.

---

<sup>166</sup> MORAN, W. *Op. Cit.* EA 3. pp. 7-8.

<sup>167</sup> CARDOSO, Ciro. *Notas de Aula sobre Economia Antiga*. Texto inédito cedido pelo autor.

<sup>168</sup> ZACCAGNINI, Carlo. *Lo Scambio... Op. Cit.* p. 106.

Por outro lado, o bom tratamento dos mensageiros também é um tema que faz parte da lógica da reciprocidade, da hospitalidade e do respeito ao parceiro de troca. Um papiro do reinado de Amenhotep II contém uma lista de rações de trigo e cerveja que foram entregues aos comissários estrangeiros que em um momento determinado estavam na corte do faraó:

**[Quantidade de cereal] entregue ao comissionado de Lakish por 15 dias: 10 sacos, no total de 20 sacos de trigo.**

**Quantidade de cereal entregue aos *marianu* de Djahy:**

<b>O Comissário da Terra de [1 Jarra] de Cerveja Megido</b>		<b>1 ½ Saco de trigo</b>
O Comissário de Kinnereth	[1]	[1 ½]
O comissário de Akshap	[1]	[1 ½]
O Comissário [de Shi]mron	[1]	[1 ½]
O Comissário [de Ta]anakh	1	[1 ½]
O Comissário de [Mi]shal	1	[1 ½]
O Comissário de Tanuni	1	[1 ½]
O Comissário de [Sha]Ron	1	[1 ½]
O Comissário de a[sh]kalon	1	[1 ½]
O Comissário de Há[z]or	1	[1 ½]
O Chefe de Hatuma	3	4 <sup>169</sup>

Nas *Cartas de Amarna* o tema dos mensageiros aparece com a condenação ao tempo que os representantes são obrigados a passar na corte faraônica e também às dificuldades passadas por estes. Numa carta escrita ao monarca egípcio, o rei da Assíria afirma:

**Por que os mensageiros devem ficar constantemente ao sol e, assim, morrer ao sol? Se ficar exposto ao sol significa algum benefício para o Rei, então deixe-o (o mensageiro) permanecer e o deixe morrer, mas para o Rei deve haver alguma vantagem. Ou, de outra maneira, por que morrer ao sol? Quanto aos mensageiros que trocamos [...] eles mantiveram meus mensageiros vivos?<sup>170</sup>**

A lógica do dom está representada também nos casamentos diplomáticos do Oriente Próximo no período do Bronze Tardio. Os tratos matrimoniais entre o faraó e os soberanos

<sup>169</sup> GALÁN, José M. *El Imperio.... Op. Cit.* p. 169.

<sup>170</sup> MORAN, William. *Op. Cit.* EA 16. pp.38-40.

asiáticos, que parecem, à primeira vista, um fato autônomo, estão inseridos no fluxo de dons e contradons estabelecido entre as cortes. Neste sentido, a conclusão da relação é o prelúdio de sucessivas trocas entre os parceiros, agora unidos por laços de parentesco, superiores àqueles de simples amizade. O Egito, contudo, tinha uma política peculiar em relação aos matrimônios: requisitava esposas de várias localidades para serem desposadas pelo monarca, mas nunca cedia suas princesas para casamentos. Isto parece uma tática utilizada na tentativa de manter o núcleo da família real composto apenas por indivíduos diretamente ligados à elite egípcia, dificultando uma possível tentativa de tomada do trono da “terra negra” por um rei estrangeiro em uma crise sucessória. É novamente Kadašman-Enlil I quem expõe essa política egípcia:

**“... sobre sua prática de não dar filhas, tu escreveste-me, dizendo, ‘Desde tempos imemoriais, nenhuma filha do rei do Egito é dada a ninguém’ (...) Tu não procuras fraternidade e amizade, então me escreveste sobre casamento para que nos tornemos mais próximos um do outro, e eu, de minha parte, não escrevi a ti sobre casamento pela mesma razão, i.e., fraternidade e amizade, que nos torna mais próximos um do outro.”<sup>171</sup>**

Uma das mais significativas conseqüências da reciprocidade, estabelecida com a troca de dons, é a construção de um relacionamento que liga diretamente um parceiro ao outro. Assim, o dom representa, simultaneamente, a expressão e o fruto deste relacionamento. Isto quer dizer que, diferentemente das trocas estritamente mercantis, o dom funda, principalmente nas culturas arcaicas, um laço de parentesco. O caráter pessoal dos laços estabelecidos com a reciprocidade opõe-se, outrossim, à relação impessoal da oferta e procura, que não pressupõe qualquer vínculo de caráter pessoal entre os sujeitos. No contexto do dom e contradom, a troca dá-se, portanto, em nome de um relacionamento de amizade ou parentesco.

Mais interessante e significativo que o parentesco natural é a ligação fraternal, que aparece como norma entre sujeitos do mesmo nível. Assim, a “fraternidade” é forma assumida pela relação entre estes sujeitos, inseridos em uma relação de amizade e fidelidade. Isto faz da fraternidade um dos pilares do modo de expressão do dom, traduzindo em si a idéia de reciprocidade que lhe é basilar.

Unicamente a paridade de *status* não autoriza, entretanto, a utilização do termo “irmão” para com um grande rei, pois ser irmão sem ser amigo não significa nada. Há a necessidade de

---

<sup>171</sup> MORAN, William. *Op. Cit.* EA 4. pp. 8-10.

um vínculo que se exprime através da generosidade recíproca. Tais representações da reciprocidade são fundamentais na modelo de comportamento, segundo Zaccagnini:

**Fraternidade, amizade, boas relações são o modelo no qual se inspira o comportamento de dois parceiros que se enviam dons: a troca é pressuposto e consequência direta da amizade e da fraternidade<sup>172</sup>.**

Ou, segundo Moran:

**De acordo com as concepções daquele tempo, as relações políticas básicas entre governantes eram as alianças de “fraternidade”, que os faziam irmãos e membros de uma mesma família ou household. Eles se uniam através dos laços de amor e amizade que convinham a irmãos, e a expressão visível destes laços era a troca de presentes.<sup>173</sup>**

Se a amizade e a fraternidade são as principais peças do modo de expressão do dom, o bom andamento da relação só pode vir expresso em termos de “alegria” e “prazer”, enquanto o descontentamento, fruto de uma possível interrupção, aparece como “dor” e “amargura”; reiniciadas as trocas, o sujeito se “alegra”. As formas de expressão são, portanto, adequadas ao esquema ideológico que imperava no ambiente palatino.

Uma carta do rei de Mitanni, Tušratta, serve como bom exemplo, tanto para a expressão do amor fraternal – dilatado temporalmente nas gerações anteriores – quanto para a alegria expressada na troca:

**Tão para trás quanto o tempo de seus ancestrais, eles sempre mostraram amor pelos meus ancestrais. Tu mesmo foste ainda além e demonstraste grande amor pelo meu pai. Agora, mantendo nosso amor constante e mútuo, tu o fizeste dez vezes maior do que aquele demonstrado a meu pai. (...)  
Agora meu irmão enviou o ouro. Eu disse “Pode ser pouco ou não, não um pouco, mas muito. Ainda assim, ele foi trabalhado. Mas embora ele tenha sido trabalhado, eu me regozizei muito por ele e o que quer que meu irmão tenha mandado, eu estou feliz por isto.”<sup>174</sup>**

---

<sup>172</sup> ZACCAGNINI, Carlo. *Lo Scambio...* Op. Cit. p. 112.

<sup>173</sup> MORAN, William. *Op. Cit.* p. xxiv.

<sup>174</sup> *Idem. Ibidem.* EA 19. pp. 43-45.

O mesmo Tušratta, agora em missiva endereçada à rainha-mãe do Egito, demonstra sua insatisfação relacionada à entrega de estatuetas que não eram de ouro maciço, conforme prometido, mas de madeira:

**Que Napuhrreya [Amenhotep IV] dê-me estátuas de ouro sólido! Ele não deve causar-me qualquer angústia, nem [...]. Que ele me trate 10 vezes melhor que seu pai me tratou, com amor e provas de sua estima.**<sup>175</sup>

Uma avaliação dos modelos de comportamento orientados por este esquema ideológico mostra uma surpreendente homogeneidade observável nos modos de expressão. Se as trocas de dons e a reciprocidade não são características singulares do Bronze Tardio, a inserção constante destas trocas em uma atmosfera de familiaridade, de amizade e de boas relações aparece, neste período, em uma medida uniforme e acentuada como em nenhuma outra época. Assim, é possível perceber, nas missivas trocadas entre indivíduos de mesmo *status*, o padrão básico de cumprimento “Dizei a Fulano, rei de xxxx, meu irmão: assim, Sicrano, rei de yyyy, seu irmão, que o ama. Para mim tudo vai bem. Que tudo vá bem para ti também, para tua família (*household*), para tuas esposas, teus filhos, teus nobres, teus carros, teus cavalos, tuas tropas, teu país etc que tudo vá bem”.

Diferentemente do modelo de fraternidade, a disparidade entre parceiros pode ser expressa com a fórmula “pai-filho”. Todavia, esta não aparece como um modelo de comportamento no quadro da troca de bens. Não há esquemas de “filiação” ou “paternidade” análogos àquele de “fraternidade”, que exercia influência particular no andamento da relação de reciprocidade.

Como visto anteriormente, o substantivismo polanyiano identifica três formas de troca (reciprocidade, redistribuição e comércio). Zaccagnini afirma que, no nível da reciprocidade, é possível perceber dois ou mais níveis de troca, cada um deles caracterizado por um modo operativo particular, em plena operatividade nas culturas primitivas ou arcaicas e facilmente identificáveis no Oriente Próximo do Bronze Tardio. É necessário alertar para o fato de que, entre os níveis de troca, existem inúmeras camadas intermediárias<sup>176</sup>.

---

<sup>175</sup> *Idem. Ibidem.* EA 26. pp. 84-85. Em sua tradução, Zaccagnini utiliza o termo “tristeza” no lugar de “angústia”. Cf. LIVERANI, Mario. *Le Lettere di el-Amarna*. Brescia: Paidéia Editrice, 1999. pp. 392-393.

<sup>176</sup> ZACCAGNINI, Carlo. *Lo Scambio... Op. Cit.* p. 117.

Diversos tipos de elementos são utilizados para diferenciar os níveis de troca, entre eles o *status* dos participantes, o tipo de bens trocados e a forma adotada na troca. Dentre eles, adquirem um peso decisivo as diversas formas de troca. Enquanto na troca de dons há necessidade do envio de uma contraparte adequada à dádiva recebida, justamente pela relação de amizade estabelecida, nas trocas mercantis a dinâmica se exaure de tempo em tempo, sem criar qualquer vínculo socialmente relevante entre os parceiros.

Há uma diferença psicológica clara: o dom é, em princípio, um ato de generosidade, que põe o sujeito em uma situação de vantagem social quando este favorece, de forma aparentemente desinteressada e livre, o parceiro. A transação mercantil pressupõe, ao contrário, uma racionalidade voltada à conquista de ganhos máximos em termos estritamente econômicos, partindo de um desapego da capacidade contratual dos sujeitos, guiados pelo espírito do lucro.

Ainda que o dom seja a forma característica das trocas do Bronze Tardio próximo-oriental, pode-se encontrar também a presença de elementos “mercantis”. Algumas vezes os pedidos de envio de dons assumem um tom descarado e evidente, isto demonstra que há um maior afastamento no que diz respeito ao esquema orientado pela ideologia do dom. Nestes casos, esta dá lugar a um modelo de comportamento e uma forma de expressão mais realistas. Por outro lado, a supressão das formas cerimoniais é típica de algumas relações (ou fases da relação) entre personagens de mesmo nível social, incluindo grandes reis.

Há uma grande diferença, ainda que formal, numa aparentemente pequena distinção existente na documentação relativa aos séculos XV-XIII: aquela entre dons acompanhados de cartas e cartas acompanhadas de dons. No primeiro caso, o pedido de dons está inserido em uma relação que não pretende exaurir, o que fica claro quando as partes tratam de outros assuntos. No outro caso, o trato “comercial” é o único conteúdo das mensagens. Tal diferença demonstra a importância crucial dos diversos graus de cerimônia inseridos nas cartas.

O modelo das cartas acompanhadas de dons, inserido fortemente na lógica da reciprocidade, pode ser exemplificado pelas missivas trocadas entre o rei de Mitanni e o faraó. Numa delas, após a saudação habitual, Tušratta afirma:

**Mane, o mensageiro de meu irmão, e Hane, o intérprete de meu irmão, exaltei-os como deuses. Eu os dei muitos presentes e os tratei muito gentilmente, para seus relatórios foi excelente. Acerca deles, eu nunca vi homens com tal aparência. Que meus deuses e os deuses de meu irmão os protejam.**

**Eu, juntamente, despacho para meu irmão Naḥramašši para levar [...] e eu envio um colar- *maninnu* de genuíno lápiz-lazuli e ouro como dádiva do meu irmão. Que ele permaneça no pescoço de meu irmão por 100.000 anos.<sup>177</sup>**

Já o padrão os dons acompanhados de cartas, mais próximo de uma negociação mercantil, é expresso pela relação entre o faraó e o monarca da Alašiya, que hoje se acredita ser o antigo nome do Chipre. Numa das missivas trocadas por eles, uma forma distinta da saudação habitual é seguida de:

**Vê, tu és meu irmão. Quanto a tu teres escrito para mim “Por que tu não enviaste teu mensageiro a mim?”, o fato é que eu não fui informado de que tu irias fazer um sacrifício. Não leve isto a sério. Já que eu, agora, fui avisado sobre isto, eu juntamente envio meu mensageiro a ti. E observe, eu também envio a você com meu mensageiro 100 talentos de cobre. Além disto, que seus mensageiros agora tragam alguns bens: uma cama de abano, trabalhada em ouro, [...]; e um carro, *šubitu*, com ouro; dois cavalos; duas peças de linho; 50 *shawls* de linho; dois robes de linho; 14 vigas de ébano; 17 jarros *ḥabannatu* de “óleo doce” (...). E como presentes que não estão disponíveis em teu país, estou enviando sob responsabilidade do meu mensageiro montando uma mula [...] de uma cama, e jarros *ḥabannatu* que não estão disponíveis. (...) Além disto, por que não me enviaste óleo e linho? Até onde sei, o que pediste a mim, eu enviei.<sup>178</sup>**

As trocas mercantis, portanto, aparecem marcadas pela ausência do clima de fraternidade ou de amizade, que liga os sujeitos em uma relação pessoal de natureza não estritamente econômica. Na fonte acima, percebemos claramente que a utilização da forma “irmão” é mais protocolar do que ligada a uma relação existente, introduzindo o assunto principal, que é a troca de bens. Neste sentido, o rei de Alašiya não apenas anuncia que está enviando produtos que não existem no Egito, como pede alguns bens em troca.

A menção a bens que “não estão disponíveis em teu país” demonstra que havia uma percepção da complementaridade das produções no Antigo Oriente Próximo. Mario Liverani afirma a existência de uma concentração de certas produções em algumas áreas e uma marcante troca inter-regional de bens. Neste sentido, a Síria-Palestina fornecia azeite de oliva, madeiras e tecidos tingidos; Alašiya produzia cobre em conjunto com Magan (provavelmente o atual Omã); o ouro e o incenso eram controlados pelo Egito, ainda que o segundo fosse proveniente de Punt; e, por fim, o atual Afeganistão detinha as principais reservas de lápiz-lazúli<sup>179</sup>.

<sup>177</sup> MORAN, William. *Op. Cit.* EA 21. p. 50.

<sup>178</sup> *Idem. Ibidem.* EA 34. pp. 105-106.

<sup>179</sup> LIVERANI, Mario. “Collapse of the Near Eastern Regional System”. In: ROWLANDS, M., LARSEN, M. e KRISTIANSEN, K. *Centre and Periphery in Ancient World. Op. Cit.* pp. 66-73. A citação é referente à p. 68.

Apesar de não registrar sua submissão nas *Cartas de Amarna*, o reino de Punt (localizado na África Oriental, contendo a atual Somália e provavelmente parte da Etiópia) integrava a periferia do império egípcio. O início de suas relações, até onde nos fazem saber as fontes egípcias, data da IV Dinastia, quando a área já era identificada como um dos poucos países estrangeiros denominados diretamente como território egípcio internacional através da expressão “terra-do-deus”. Esta era a maneira de explicar, dentro da ideologia interna, a longa duração das negociações, que não poderiam aparecer aos habitantes da “terra negra” como comércio, mas sim como entrega de tributos.

Categorizamos a relação como troca comercial com base, inclusive, nos relatos da expedição de Hatshepsut, que leva àquela terra bens para serem oferecidos ao deus, mas que, por baixo da inversão ideológica, eram oferecidos ao rei daquele lugar. Neste caso, a deusa a ser agraciada era Hathor, divindade dos países estrangeiros e, conseqüentemente, senhora daquela terra.

**Chegada da comitiva real à Terra-do-deus, junto com a tropa que ia com ela, frente aos chefes de Punt. Vindo com todo tipo de coisas típicas do Palácio – v.p.s. – para Hathor, senhora de Punt, em nome da vida, prosperidade e saúde de Sua Majestade<sup>180</sup>.**

Os presentes dados aos chefes locais em retribuição pelos carregamentos levados de Punt também aparecem, com menos importância, apenas como uma forma de hospitalidade, no texto da expedição de Hatshepsut, conforme segue:

**Levantando a tenda da comitiva real e sua tropa junto ao terraço de mirra de Punt, ao lado do mar, para receber os chefes desta terra estrangeira. Oferecendo-lhes pão, cerveja, vinho, carne, frutas e tudo o que há em Ta-meri, como havia sido ordenado pelo Palácio – v.p.s.<sup>181</sup>!**

Apesar da inversão ideológica, é perfeitamente possível traduzir no texto o verdadeiro objetivo da expedição: uma tentativa de trazer produtos diretamente para o Egito para serem plantados na “terra negra”, a qual se tornaria mais auto-suficiente e cortaria custos com intermediários. O dispêndio com atravessadores e a proposta de auto-suficiência ficam claros nos seguintes excertos:

---

<sup>180</sup> GALÁN, Jose M. *El Imperio...* Op. Cit.. p. 68.

<sup>181</sup> *Idem, Ibidem.* p. 69.

**Escuta-se de boca em boca, em relatos dos [ante]passados, que maravilhas e produtos eram trazidos de lá sob [o reinado de] teus antecessores, cada um dos reis do Baixo Egito desde os tempos dos ancestrais, os reis do Alto Egito, os que primeiro estiveram, a custo de numerosos pagamentos, [pois] somente se alcançam por suas ligações.**

**(...)**

**Trazem muitas maravilhas e toda sorte de produtos típicos da Terra-dos-deuses, pelo que Sua Majestade os enviou: montes de mirra e árvores de mirra fresca, plantadas como mudas no pátio de cerimônias para serem vistos por todos os deuses. Sua Majestade em pessoa os fará crescer [no campo em ambos os lados] do meu templo, para que eu desfrute deles<sup>182</sup>.**

O comércio externo não era desenvolvido unicamente com o sul. Muito pelo contrário, há representações, datadas da época da rainha-faraó, em que aparecem indivíduos barbados identificados como minóicos, com quem os egípcios já tinham tido contato através dos hicsos. É improvável que os gregos da Era do Bronze tenham visitado o Egito, inclusive pelo pequeno número de achados arqueológicos daquela civilização no Delta. A hipótese mais crível é que o contato tivesse sido estabelecido de forma indireta, através dos mercadores da Síria-Palestina. Se houve trocas diretas, podemos imaginar que elas devem ter acontecido entre mercadores egípcios enviados pelo monarca e comerciantes gregos em Alašiya, um importante entreposto mercantil da época.

Voltando para a correspondência internacional da Era do Bronze, outra questão que aponta para a seara de uma relação mercantilizada é o requerimento de um contradom em “dinheiro” (prata, mais raramente, ouro). Nestes casos, Zaccagnini afirma que o termo “preço” poderia ser designado para definir a natureza da contra-prestação. De forma mais clara ou mais tácita, a prata assume a função de instrumento de cômputo do valor dos bens. No nível cerimonial, contudo, o pagamento em prata é teoricamente excluído e sua presença demonstra uma transação de nível inferior. Nota-se, a propósito, que na intenção de enobrecer a troca, sujeitos acrescentam prata aos bens de uso, enquanto, em casos distintos, a prata é simples quantificação do valor dos objetos (preço em prata)<sup>183</sup>.

A emergência de um contexto destacado nas trocas entre os dois países e, sobretudo, o preciso equilíbrio das prestações recíprocas, que em muitos casos se invocam com particular insistência, constituem indícios de notável peso para qualificar, num sentido mercantil, os modos destas trocas de dons.

---

<sup>182</sup> *Idem, Ibidem.* p. 67.

<sup>183</sup> ZACCAGNINI, Carlo. *Lo Scambio.... Op. Cit.* p. 120.

Há ainda outra questão interessante acerca da diferença entre dom e troca mercantil: o fato de que os mensageiros dos reis do Oriente Próximo eram, por vezes, verdadeiros comerciantes. Pois, apesar da etiqueta palacial do Bronze Tardio tratar os responsáveis pelas relações de troca como mensageiros, é completamente razoável pensar que eles desempenhavam, ao mesmo tempo, a função de mercadores.

A reciprocidade é a base do esquema operativo típico das trocas de dom entre sujeitos da mesma posição social, enquanto a redistribuição deve ser aplicada aos casos em que a relação se dá entre parceiros de diferentes *status*, o que pressupõe uma autoridade central à qual estejam subordinados vários sujeitos dependentes.

Na redistribuição, o fundamento comum é o “direito do senhor” de receber uma homenagem de seu súdito, gerando uma recompensa necessária. No âmbito externo, no qual se encontram, por exemplo, as relações de vassalagem do Bronze Tardio entre pequenos reis sírio-palestinos e o faraó ou o rei de Hatti. O servo deve fidelidade ao seu senhor e deve atender aos pedidos materiais que lhe são dirigidos, a título de tributo periódico ou de forma ocasional, enquanto, noutra via, o senhor protege o vassalo e lhe assegura sua benevolência, considerando-o, um servo.

Deixemos de lado a análise do tributo, concentrando-nos no que, em certa medida, pode ser assimilado ao dom. Para isto devemos enumerar as modalidades de obrigação que diferenciam o modelo relacional “pai-filho” daquele “irmão-irmão”. Como não poderia deixar de ser, na primeira perspectiva, o aspecto compulsório da oferta de dons por parte dos servos assume relevo decisivo, bem diferente daquela obrigação relativa à reciprocidade entre iguais. Uma primeira diferença é encontrada na forma de saudação das missivas:

**Ao rei, meu senhor, meu deus, meu Sol: Mensagem de Šutarna, teu servo, o governante de Mušihuna. Eu caio na poeira aos pés do meu rei, meu senhor, meu deus, meu Sol, sete vezes e sete vezes.**<sup>184</sup>

A oferta de bens a um senhor apresenta-se de forma marcadamente ocasional, derivando de uma iniciativa pessoal ou de uma requisição específica do senhor. Independentemente da forma, o elemento coercitivo não deixa de aparecer claramente. Isto não impede os vassalos de manterem a pretensão de serem correspondidos de alguma forma. No caso egípcio, o faraó deve

---

<sup>184</sup> MORAN, William. *Op. Cit.* EA 182. p. 264.

cuidar de seu servo, deve apoiá-lo, deve mostrar-se generoso frente ao servo, porque seu nível infinitamente superior comporta a obrigação de um comportamento adequado, no perfil da generosidade. A partir desta lógica, uma das maneiras de apresentar um pedido a um rei superior poderia ser mostrando-o como uma necessária contraprestação a tudo que fora oferecido pelo vassalo.

Inserindo esta discussão acerca da redistribuição na seara das representações ideológicas, o modo de expressão adequado aos pedidos é aquele no qual o servo se reconhece como criatura inferior, totalmente dependente do senhor, e, a partir desta condição, roga a este senhor uma recompensa por sua submissão e fidelidade. Neste sentido, vez por outra, chefes de Estados dominados tentavam driblar a dominação através de artifícios como este, apontado por **Ciro Cardoso**:

**Os príncipes das cidades mais importantes ocasionalmente solicitavam ouro ao seu suserano, com a mesma fórmula dos grandes reis (isto é, dando uma razão *ad hoc*, “de uso” para o pedido).<sup>185</sup>**

Tal estratégia de subversão aproxima-se das formulações **Edward Thompson**, principalmente acerca da resistência das classes subalternas através do direito:

**Nossa experiência tende a nos fazer resistir à concepção de imposição hegemônica da dominação de classe como imposição absoluta de categorias ou de estruturas de dominação. Jamais houve época em que a dialética da imposição da dominação e da resistência a essa imposição não fosse central no desenvolvimento histórico.<sup>186</sup>**

A partir desta opção teórica, podemos observar tentativas de resistência em certas cartas de líderes submissos ao faraó, como a do chefe de **Bíblós**:

**Rib-Hadda escreve ao seu senhor, Grande Rei, Rei da Batalha. Possa a Senhora de Bíblós conceder poder ao rei, meu senhor, meu Sol. Eu caio aos pés de meu senhor, meu Sol, sete vezes e sete vezes.<sup>187</sup>**

---

<sup>185</sup> **CARDOSO**, **Ciro**. “O Egito e o Antigo Oriente Próximo na Segunda Metade do Segundo Milênio: um olhar sobre os dons e contradons entre governantes no apogeu da Idade do Bronze. In: **CARVALHO**, **Alexandre** (Org). *Interação Social, Reciprocidade e Profetismo no Mundo Antigo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003. pp. 95-125. A citação é da página 112.

<sup>186</sup> **THOMPSON**, **Edward P.** “Modos de Dominação e Revoluções na Inglaterra”. In: \_\_\_\_\_. *Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001. pp. 203-225. Citação da página 209.

<sup>187</sup> **MORAN**, **W.** *Op. Cit.* Carta EA 117, pp. 193-194.

As recompensas requisitadas pela submissão e fidelidade eram diversas. A mais comum era o ouro, mas pedia-se, também, segurança e até profissionais especializados, como visto nesta carta do rei de Ugarit, Niqm-Adda II, a Amenhotep IV:

**Possa meu senhor dar-me dois servidores, servidores do palácio de Kush. Dá-me, também, um servidor do palácio que seja médico. Não há médico aqui<sup>188</sup>.**

Se o modelo redistributivo é característico das relações desiguais, ele também pode aparecer em determinadas fases do relacionamento entre sujeitos de mesma posição social. Em geral, isto aparece na forma do pedido, através da qual se enfatiza a contraparte, seu magnífico nível, potência e prestígio, que acarretariam necessariamente uma generosidade proporcional. Tratando-se de grandes reis, é claro que há um esforço para enfatizar o conceito de fraternidade, a partir do qual se deve ser generoso com aqueles que gozam de amizade e consideração.

Retornemos à comparação das trocas mercantis com a troca de dons para afirmar que esta se caracteriza pelas diferentes essências que subjazem à concessão de bens e no resultado final da relação, em termos econômicos e sócio-políticos. Numa primeira aproximação é possível separar no lucro e na generosidade as características diferenciais do comercializar e do doar respectivamente. Todavia, estes conceitos precisam-se apenas na análise “global” das prestações e contraprestações.

A generosidade característica do dom, ao contrário da circulação comercial, é o aspecto mais evidente de um modo diferente de relação entre dois parceiros, na qual se deve dar o mínimo possível em vista da vantagem de natureza social que se adquire pondo-se em uma situação de crédito. Portanto, lucro e generosidade são duas perspectivas diferentes que têm em comum o aspecto da busca de vantagem sobre a outra parte, seja de natureza econômica ou social – o sujeito confronta seu próprio agir àquele do parceiro, sendo impensável uma operação “absoluta”, na qual não haja correlação com a contraparte, a curto ou a longo prazo<sup>189</sup>.

É importante lembrar que lucro e generosidade estão ligados a comércio e reciprocidade, fazendo, portanto, parte de modos de circulação distintos: não se vende a quem se oferece dons e

---

<sup>188</sup> MORAN, W. *Op. Cit.* Carta EA 49, pp. 120-121.

<sup>189</sup> João Bernardo chega a fazer uma ligação entre o tempo na relação envio/recebimento na reciprocidade e a existência de crédito, sendo este a confiança de receber o contra-dom. No caso da troca de dons agonísticos (*potlatch*), quando uma parte visa superar a outra, este crédito é associado pelo autor a uma taxa de juros, que poderia ser medida em situações em que há equivalência entre os presentes e uma moeda. Ver BERNARDO, João. *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V-XV. Parte I. Sincronia, Estrutura Econômica e Social do Século VI ou Século IX.* Lisboa: Edições Afrontamento, 1995. p. 403.

vice-versa. O comércio e a troca de dons se excluem reciprocamente, não porque no segundo se renuncie à vantagem da oferta de uma prestação patrimonial, mas porque o tipo de vantagem e o modo como se realiza diferem profundamente nos dois casos e não são conciliáveis. O imperativo moral de mostrar-se generoso é bastante comum nos documentos dos séculos XV-XIII: quanto maior for a posição do sujeito, maior será a sua generosidade.

Outra diferença básica entre a troca de dons e as transações mercantis se dá em função do relevo diverso afirmado na posição do credor e do devedor. No mercado (compra e venda) cada sujeito tenta especular, em termos econômicos, em detrimento do outro, tentando maximizar a diferença entre haver e dar; numa relação de troca de dons a posição de credor é socialmente aquela mais vantajosa, porque põe automaticamente o sujeito em uma posição de superioridade – quanto maior a generosidade, maior é a obrigação do destinatário do dom e, mais em geral, o prestígio que se adquire aos olhos da opinião pública.

O câmbio de dádivas parte, ainda, de um princípio completamente distinto das trocas mercantis: a questão da alienabilidade do objeto trocado. Segundo Marcel Mauss:

**Se o presente recebido, trocado, obriga, é que a coisa recebida não é inerte. Mesmo abandonada pelo doador, ela ainda conserva algo dele. (...) em direito maori, o vínculo de direito, vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma, é alma [*hau*]. (...) Animada, geralmente individualizada, ela tende a retornar ao (...) seu 'lar de origem' ou a produzir, para o clã e o solo do qual surgiu, um equivalente que a substitua.<sup>190</sup>**

Mauss aponta para o fato de que o presente enviado conserva algo de seu doador, obrigando à reciprocidade. Isto, para a sociedade da Nova Zelândia é explicado pela atribuição de uma alma ao objeto. Maurice Godelier segue esta lógica por outro caminho, afirmando que os dons trocados têm apenas valor de uso, não podendo ser alienados. Assim, nenhum dos receptores de um dom terá sobre ele os direitos do primeiro doador, que guarda a propriedade inalienável do objeto, enquanto os outros gozam apenas do direito de posse e uso (estes sim alienáveis e temporários), que os obriga a reciprocitar<sup>191</sup>. No mercado, pelo contrário, o bem é completamente alienado, não implicando nenhuma ação posterior.

Por outro lado, a diferença entre o esquema mercantil e o do dom também se dá na perspectiva temporal. O desequilíbrio estabelecido entre as partes através da generosidade leva a

---

<sup>190</sup> MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a Dádiva". In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Consacnaify, 2003. pp. 67-94. A citação refere-se às pp. 198-200.

<sup>191</sup> GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 67-69.

uma série potencialmente ininterrupta de prestações recíprocas. Somente no longo prazo é que se pode pensar em um ajuste econômico, que na realidade consiste em um *continuum* de momentos de desequilíbrio alternados, que têm sua manutenção garantida pelo princípio da reciprocidade. No outro extremo, na transação de mercado, reconhece-se o ajuste econômico em uma ação que pode se encerrar em si mesma.

O próprio emprego do termo “fraternidade” é diferente nas situações que se referem a trocas comerciais e de dons. No primeiro caso, “fraternidade” aparece como forma correta, que deve distinguir as relações entre as partes quando há em jogo um interesse econômico; no segundo caso, a fraternidade é indício de amizade e ponto necessário de partida para a explicação da generosidade que há em uma relação de troca de dons.

Para resumir a questão da generosidade, Zaccagnini afirma que esta:

**(...) é o ponto central do dom, sob o perfil social, porque desta brota a posição de vantagem, em termos extra-econômicos, do sujeito frente ao destinatário e, por reflexo, frente à coletividade que julga o comportamento de seus membros: a distribuição da própria riqueza põe automaticamente o sujeito em posição de supremacia frente àquele que recebe ou a quem distribui em medida inferior (...)<sup>192</sup>.**

Faz-se necessário, todavia, lembrar que a possibilidade de ser generoso é própria apenas de uma elite, sobretudo sendo a institucionalização do dom ligada à conexão entre munificência, prestígio e peso social que se estende no tempo.

A dimensão temporal das trocas de dons serve como ponto de referência na elaboração de esquemas conceituais que guiam a *práxis* da doação. Neste sentido, há diferentes formas de abordar o tempo. Passado, presente e futuro são também representações constitutivas desta ideologia, que auxiliam na constituição das formas de agir.

O passado é sempre o ponto de partida dos sujeitos para chegar à situação presente, seja para afirmá-la como melhor ou pior do que a anterior. Na maior parte dos casos, passa-se da invocação do passado à perspectiva presente, ampliada no futuro. Em outros casos, o passado é explicitamente contraposto ao presente, em vista de uma troca futura. Estes dois esquemas partilham, entretanto, uma visão mítica do passado, no qual se projeta o modelo ideal de ação.

A glorificação do passado servindo como perspectiva para o presente está bem representada na carta de Burra-Buriyaš, rei da Babilônia:

---

<sup>192</sup> ZACCAGNINI, Carlo *Lo Scambio.... Op. Cit.* p. 137.

**Nós, contudo, herdamos boas relações de longa data de reis anteriores e nós devemos enviar dádivas um ao outro. São estas mesmas relações que devem perdurar entre nós.**<sup>193</sup>

O mesmo monarca escreve um exemplo da contraposição do passado a um presente em vista do futuro:

**No tempo em que meus ancestrais e teus ancestrais fizeram declarações mútuas de amizade, eles enviaram, um ao outro, belas dádivas e não recusaram qualquer coisa bela. Meu irmão enviou-me agora duas minas de ouro como dádiva. Agora, se o ouro é abundante, mande-me tanto quanto seus ancestrais (...). Por que tu me enviaste duas minas de ouro? (...) Mande-me muito ouro.**<sup>194</sup>

Ambos os esquemas, como pode ser visto, são peças de um movimento psicológico que vê o passado como uma “época de ouro”. Isto acaba se traduzindo em fórmulas expressivas homogêneas e recorrentes, que retiram do passado sua historicidade e fazem dele uma simples dimensão mítica.

O modelo oposto, aquele que aponta o passado como termo negativo em relação ao presente, é quase totalmente ausente da mentalidade dos parceiros que trocam dons. Os poucos exemplos deste caso são aqueles que visam algum tipo de “prioridade”, a fim de ressaltar a figura do remetente, em contraposição ao governante passado, e aumentar a consideração frente àquele a quem se pede o dom, como no exemplo da missiva de Aššur-uballit, rei da Assíria:

**Envio-me meu mensageiro a ti para visitá-lo e visitar teu país. Até agora, meus predecessores não escreveram; hoje eu te escrevo. Envio-lhe um belo carro, dois cavalos e uma ganga de genuíno lápis-lazúli como dádiva.**<sup>195</sup>

Não podemos esquecer, entretanto, que toda concepção do tempo é cheia de conotações ideológicas e carente de uma fisionomia estritamente histórica. Passado, presente e futuro não são momentos do agir concreto e prático, mas esquemas de articulação de um ideal acrônico e imutável.

Todas estas concepções de tempo retiradas da ideologia palatina, característica do Oriente Próximo no período do Bronze Tardio, parecem estar ligadas a concepções cíclicas do tempo,

---

<sup>193</sup> MORAN, William. *Op. Cit.* EA 7. pp. 12-14.

<sup>194</sup> *Idem, Ibidem.* EA 9 p. 18.

<sup>195</sup> *Idem, Ibidem.* EA 15. pp. 37-38

existentes ao menos na civilização egípcia, que as incorpora no conceito de *neheh*, comumente traduzido como templo cíclico.

Esta idéia de um circuito temporal que retorna ao seu início constantemente, seja no nascer de um novo dia ou na cerimônia de rejuvenescimento de um faraó, pode amparar a utilização de um passado mítico ao qual se deve retornar como modelo discursivo e ritual nas trocas de dons.

#### 2.2.4. O Papel do Ouro no Império Egípcio

A manutenção das áreas dominadas, direta ou indiretamente, pelo Império Egípcio estava ligada de forma indissolúvel à quantidade de riqueza que ele poderia produzir. Como em qualquer outro sistema centro-periférico, as riquezas são necessárias para a manutenção tanto da classe dominante central, quanto das elites periféricas associadas ao núcleo de poder imperial.

No caso egípcio, a produção aurífera destaca-se como fundamental para a continuidade das relações internacionais com grandes ou pequenos reinos do Oriente Próximo. Neste sentido, o governo faraônico tratou de assegurar o domínio direto sobre a área da Núbia que incluía as regiões mais ricas no minério.

Foi somente após a reconquista de Wawat que a dinastia tebana voltou-se para a conquista sistemática da Síria-Palestina. William Adams relaciona este fato à necessidade do ouro para financiar as expedições militares<sup>196</sup>. Tal relação não é tão simples como pode parecer através do pensamento econômico atual. Na verdade, mesmo financiando as campanhas, o ouro não perdia o seu caráter de bem de luxo. Como visto, a circulação dos bens de luxo ou de prestígio se dava em uma esfera diferente daquela dos produtos comuns. Neste sentido, o ouro não era conversível em bens necessários à expansão, como mantimentos, armamentos, animais etc.<sup>197</sup>.

---

<sup>196</sup> ADAMS, William Y. "The First Colonial Empire: Egypt in Nubia 3200-1200 B.C.". In: *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 26. Nº. 1. Cambridge: Cambridge University Press, Jan. 1984. pp. 36-71. A relação citada aparece na p. 61.

<sup>197</sup> Visando a comprovação da importância do ouro para o imperialismo egípcio, Stuart Smith chega a afirmar que o ouro núbio enviado para o Templo de Amon em Tebas – uma pequena fração do total que fluía para o Egito – poderia ser utilizado para sustentar de nove a dezessete mil trabalhadores não especializados por um ano. Tal cálculo é baseado nos registros de rações da vila operária de Deir el-Medineh e sua conversibilidade na moeda de conta utilizada na situação, que era o cobre. Tal análise incorre em dois problemas: 1) por mais que o cobre fosse utilizado como moeda de conta, isto não significa que uma dada quantidade de ouro seria trocada por grãos como no comércio; 2) Smith demonstra sua total imersão na economia capitalista ao utilizar o valor do trabalho – neste caso,

A produção aurífera só poderia financiar a empreitada militar de duas formas. Primeiro, através da reciprocidade ou redistribuição de bens de luxo entre os governantes estrangeiros – vassallos ou não do faraó –, garantindo as suas lealdades e, por consequência, seu apoio ao Egito na Síria-Palestina. Segundo, por meio do pagamento de militares, o que se tornou mais comum após a conquista completa de Wawat.

As *Cartas de Amarna* expressam bem o papel do ouro nas relações internacionais do Egito durante a XVIIIª Dinastia. Ainda que estudos estatísticos desse *corpus* sejam improdutivos como outros no pré-capitalismo, uma vez que não há como ter certeza do total de cartas existentes na sala do palácio em que foram encontradas ou do montante completo de missivas, é bastante significativo que cerca de 59% das correspondências trocadas entre grandes reis mencionem de alguma forma o metal dourado. Isto significa um número de 26 cartas num total de 44.

Em sua grande maioria, a correspondência entre “grandes reis” inclui requisições de ouro feitas por governantes estrangeiros. Parte das cartas faz menção à enorme reserva metálica do Egito, como no seguinte exemplo, retirado de uma missiva enviada pelo rei de Mitanni ao faraó:

**Eles [os convidados estrangeiros] estavam cheios de [...] e eles choraram muito, dizendo “Isso tudo é ouro? Isso não se parece com ouro.” Eles disseram, “No Egito o ouro é mais farto do que poeira. Além disso, meu irmão te ama muito.”<sup>198</sup>**

Sabedores da imensa riqueza egípcia, os “grandes reis” não só requeriam ouro em troca de quaisquer outros presentes que pudessem oferecer, como também reclamavam frequentemente da pequena quantidade enviada. As duas situações ficam claras na carta de Burra-Buriyaš, Rei da Babilônia:

**Por que tu me enviaste duas minas de ouro? Neste momento meu trabalho em um templo é extenso e eu estou muito ocupado tentando lidar com ele. Envie-me muito ouro. E de tua parte, o que quiseres de meu país, escreva que será levado a ti.<sup>199</sup>**

---

na verdade, o custo da mão-de-obra – como padrão de medição de riquezas. Como visto, o valor-trabalho ou trabalho abstrato é uma categoria universal de medição do valor das mercadorias apenas no capitalismo, com o processo de transformação do próprio trabalho em mercadoria. Cf. SMITH, Stuart. *Wretched Kush....Op. Cit.* pp. 71-72.

<sup>198</sup> MORAN, William. *Op. Cit.* EA 20. pp. 47-50.

<sup>199</sup> *Idem, Ibidem.* EA 09. pp. 18-19.

Uma carta diferente, do mesmo monarca, contém outros aspectos interessantes:

**E sobre o ouro acerca do qual te escrevi, envia-me o que houver em mãos, tanto quanto possível (...) para que eu possa terminar o trabalho em que estou engajado. (...) Uma vez que eu tenha terminado aquilo em que estou engajado, qual seria o motivo de tu ficares satisfeito de me enviar o ouro? Então tu podes enviar-me 3000 talentos de ouro, que eu não aceitarei. Enviaria de volta a ti e não daria minha filha em casamento.<sup>200</sup>**

Como no fragmento anterior, este trecho relata a necessidade de conseguir ouro para ser utilizado numa obra de um templo – possivelmente o mesmo. A referência constante às construções nas *Cartas de Amarna* fez com que Stuart Smith afirmasse que o metal que fluía do Egito era utilizado no financiamento de um grande programa de obras na Babilônia<sup>201</sup>. Desta maneira, o egiptólogo estadunidense acaba caindo no mesmo erro criticado há pouco, a saber, a idéia errônea de que o ouro pudesse ser trocado por bens de consumo, quando, na verdade, circulava em uma esfera diferente – dos bens de luxo ou prestígio.

Sua circulação como bem de luxo está relacionada ao seu valor de uso, que fica claro na documentação quando o rei da Babilônia afirma que necessita do ouro para a obra e que se não o receber a tempo, enviará de volta ao faraó<sup>202</sup>. Assim, ao contrário de financiar a construção, o presente recebido era utilizado para decorar o templo.

O principal para nossa argumentação, todavia, é o caráter preponderante do ouro nas relações internacionais egípcias, sendo utilizado para manutenção do *status* dominante do império em suas ligações recíprocas ou redistributivas. A circulação do metal aumentou de tal forma com as trocas ligadas ao imperialismo egípcio na XVIIIª Dinastia que, segundo Stuart Smith, fez com que o padrão de trocas da Mesopotâmia cambiasse da prata – há muito instituída – para o ouro<sup>203</sup>.

---

<sup>200</sup> *Idem, Ibidem*. EA 04. pp.

<sup>201</sup> SMITH, Stuart Tyson. *The Wretched Kush....Op. Cit.* p. 70.

<sup>202</sup> Carlo Zaccagnini discorda dessa opinião e acredita que a afirmação do valor de uso é uma estratégia para diminuir o valor de troca do produto. Ver ZACCAGNINI, Carlo. “Aspects of Ceremonial Exchange in the Near East during the late second millennium BC”. In: ROWLANDS, M., MORGAN, M. e KRISTIANSEN, K (edit.). *Center and Periphery.... Op. Cit.* pp. 57-65. A citação refere-se às pp. 58-59.

<sup>203</sup> SMITH, Stuart Tyson. *Askut in Nubia.... Op. Cit.* p. 175

### **2.3. A Ideologia Imperial**

A ideologia ou visão de mundo dos egípcios estava indissociavelmente ligada à religião. Neste sentido, como visto, era natural que, numa teocracia, o monarca, herdeiro do universo, fosse visto como dono de todo o cosmo organizado.

De início, o mundo estrangeiro era visto como região caótica, repleta de inimigos dispostos a fazer com que o sol deixasse de nascer ou as que cheias do Nilo findassem. Assim, desde a Paleta de Narmer, na Iª Dinastia, as representações demonstram o dever do faraó de massacrar os estrangeiros como ato mágico para a manutenção de *Maat*, a ordem, justiça, verdade e medida do universo.

A intensificação das relações da “terra negra” com o estrangeiro, principalmente após a invasão e permanência dos hicsos no norte do país, alterou consideravelmente a visão de mundo egípcia. O expansionismo que se seguiu fortaleceu ainda mais a mudança, na qual os outros habitantes do planeta deixaram de ser vistos como simples agentes do caos para estarem incluídos no universo organizado e, portanto, sob a responsabilidade do faraó.

O imperialismo, portanto, não foi uma via de mão única, modificou também intensamente a religião e a ideologia egípcias para acomodar a nova realidade das relações internas e externas. Além do trecho citado nas primeiras páginas deste capítulo, os estrangeiros também passaram a ser representados nas novas formulações funerárias destinadas inicialmente aos monarcas – *os livros do mundo inferior*. Neles o faraó é visto como responsável pela pós-vida de núbios, sírio-palestinos e asiáticos.

Tal modificação era algo necessário, uma vez que vários estrangeiros estavam de fato sob a responsabilidade ou domínio do monarca do Nilo. Entretanto, o que teria levado o Egito a expandir sua área de influência e acabar incluindo essas pessoas na sua visão organizada de mundo?

As opiniões dos egiptólogos acerca das motivações imperiais egípcias diferem consideravelmente. Procuramos dividi-los basicamente em duas vertentes por nós nomeados como materialistas e idealistas.

Os materialistas percebem as mudanças na visão de mundo decorrendo da vida política e das experiências da elite e, principalmente, do faraó. Sendo assim, a função religiosa da expansão seria de fato uma justificativa para uma expansão que buscava ganhos políticos e econômicos;

nesta vertente podemos citar autores como Barry Kemp. Este afirma que o mando divino das campanhas militares esconde a verdadeira causa desta nas fontes<sup>204</sup>. A segunda, que pode ser chamada de idealista, defendida por O'Connor e apoiada no trabalho de Jan Assman, acredita que a evolução na visão de mundo é produto de uma especulação teológica e de uma mudança de crenças, a que respondem as situações políticas<sup>205</sup>.

A discussão entre o que chamei de posições materialistas e idealistas, identificada nas duas vertentes apontadas por O'Connor, parece-me insuficientemente dialética ao propor o primado entre a materialidade das relações sociais e suas representações ideológicas, ou vice-versa. Acredito ser muito mais profícua uma posição que considere os aspectos materiais e ideológicos da questão no mesmo patamar, interagindo de forma dialética ao invés de por meio de determinações. Acerca desta questão no mundo egípcio, deve-se lembrar o caráter “monista” do pensamento, conforme apontado pelas egiptólogas escandinavas Gertie Englund e Ragnhild Finnestad<sup>206</sup>.

Partindo da posição que apontamos como materialista, Barry Kemp acredita haver uma contraparte ritualizada do mundo real, uma dimensão similar àquela em que operava a religião egípcia. As lutas do rei no mundo real seriam ressignificadas a partir de uma tradução para uma dimensão cósmica. Isto levava a representações que apresentavam o mando egípcio sobre o mundo como fato dado. Neste contexto, as relações entre o Egito e os outros territórios só pode ser aquela entre senhor e vassalo, manifestada mediante o envio de “presentes” por reis ao faraó, presentes que devem ser visto, na verdade, como tributos<sup>207</sup>.

Como visto, a forma ideológica recorrente era dos representantes de países estrangeiros trazendo bens e se prostrando frente ao faraó. A interpretação hegemônica para este fato é a de que os egípcios tinham duas formas ideológicas para descrever o mesmo fato. O mesmo bem poderia ser tratado nas representações internas como um tributo relativo ao mando faraônico do universo, ligando-se à lógica redistributiva, e, nas representações externas, como um presente que poderia, inclusive, necessitar de reciprocidade.

---

<sup>204</sup> KEMP, Barry. *Op. Cit.* pp. 11-12.

<sup>205</sup> O'CONNOR, David. “The City and The World: Worldview and Built Forms in the Reign of Amenhotep III”. In.: \_\_\_\_\_ & CLINE, Eric H. *Amenhotep III: Perspectives on His Reign*. Michigan: The University of Michigan Press, 1998. pp. 125- 172.

<sup>206</sup> ENGLUND, Gertie (org.). *The Religion of the Ancient Egyptians: Cognitive Structures and Popular Expressions*. Uppsala: Acta Universitatis Upsaliensis, 1989.

<sup>207</sup> KEMP, Barry. *Op. Cit.* p. 13-14.

Partindo da comparação entre as *Cartas de Amarna* e as inscrições faraônicas, Carlo Zaccagnini elaborou o seguinte quadro acerca da dupla ideologia egípcia<sup>208</sup>:

Nível Factual		Transferência de Mercadorias	Inventários
Interpretação Ideológica	Ênfase na Redistribuição	“Contribuições Forçadas” ( <i>inw</i> )	Inscrições Reais
	Ênfase na Reciprocidade	Dádivas	Cartas

Este tipo de interpretação é condenada por Bleiberg, que afirma que ver o *inw* como simples “contribuições forçadas” é uma forma de chamar os antigos egípcios de mentirosos<sup>209</sup>. Como visto, o egiptólogo norte-americano acredita que o *inw* é uma instituição econômica exclusiva do Egito faraônico, relacionando-se a doações feitas diretamente para a reserva real como resultado direto da intervenção do próprio monarca. Neste sentido, as representações de enviados estrangeiros prostrados frente ao faraó nas cerimônias de entrega do *inw* seriam, para Bleiberg, apenas um ritual de corte, não podendo ser tomado como evidência de submissão.

Parece-nos, todavia, que o próprio Bleiberg se contradiz ao afirmar:

**A relação do *inw* meramente demonstra a superioridade do rei egípcio frente aos outros homens na hierarquia social. O sistema era sancionado pelos deuses e permitia ao rei operar economicamente por fora do sistema normal de redistribuição.**<sup>210</sup>

Se o recebimento do *inw* é relativo à superioridade faraônica na hierarquia social, grandes reis que lhe ofertam bens, como o monarca de Hatti, teriam que aceitar essa submissão. Isto não é verificado na correspondência de Amarna, na qual se tratam como irmãos de mesmo *status*. Assim, apesar de concordarmos com Bleiberg em que o *inw* parece uma contribuição direta para a reserva do faraó, seguimos a lógica da duplicidade ideológica exposta por Zaccagnini. Isto não significa chamar os egípcios de mentirosos, mas apenas notar que, como em qualquer sociedade

<sup>208</sup> ZACCAGNINI, Carlo. “Aspects of Ceremonial Exchange...”. *Op. Cit.* p. 61.

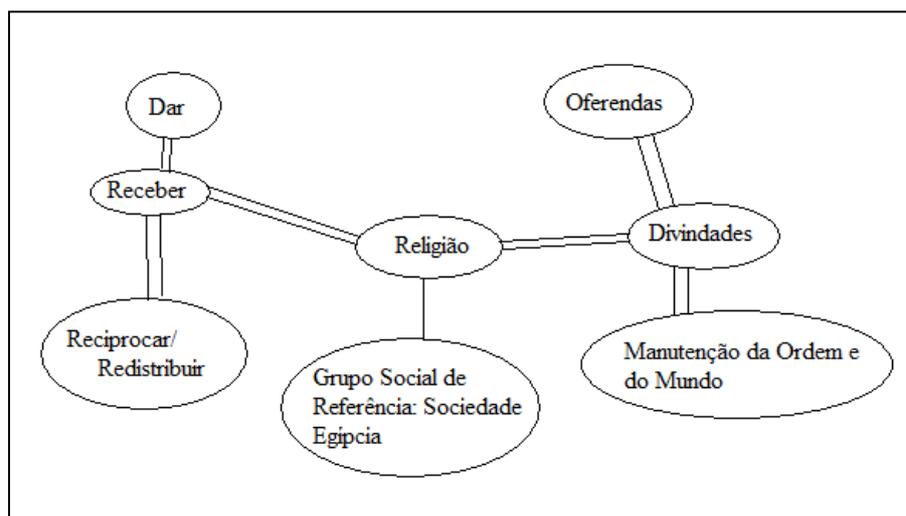
<sup>209</sup> BLEIBERG, Edward. “The King’s...”. *Op. Cit.* p. 155.

<sup>210</sup> *Idem, Ibidem.* p. 167.

hierarquizada, a ideologia era controlada e manipulada por uma classe dominante que a utilizava para reproduzir sua dominação.

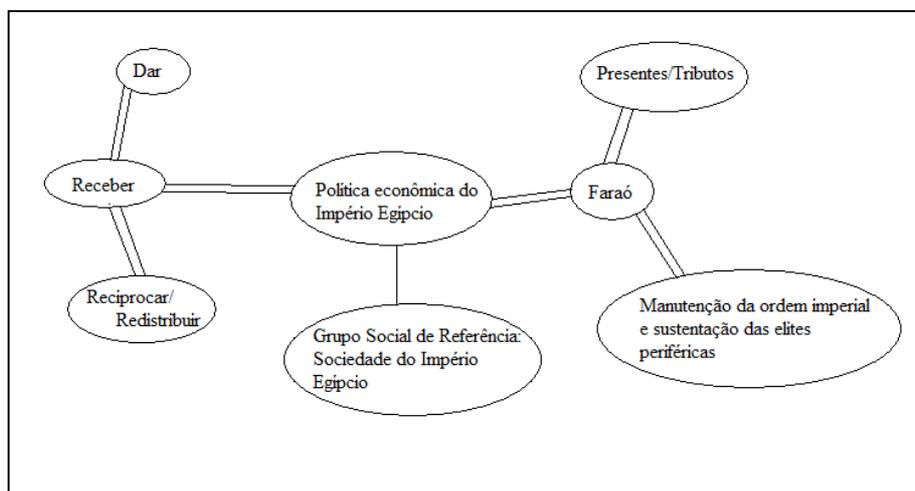
Reciprocidade e redistribuição mesclavam-se na visão de mundo egípcia, criando um núcleo duro na ideologia egípcia. Tal núcleo repetia-se nas representações sociais relativas à relação com o sagrado e naquelas ligadas ao relacionamento do império tanto com suas regiões rivais quanto com aquelas submissas.

A unidade de representações religiosas e imperiais possibilita a criação de esquemas que a representem, partindo da idéia de doação e posterior reciprocidade ou redistribuição<sup>211</sup>. No caso da relação com o sagrado, o faraó seria responsável, como encarnação divina, por assegurar a continuidade da dádiva da ordem (*maat*) através das oferendas aos deuses. Para isto, centralizava o excedente de toda população e, inclusive, do exterior, através de presentes e tributos. No caso da política do império, presentes e tributos eram enviados ao monarca egípcio para a manutenção da ordem imperial e para a sustentação das elites periféricas.



**Ilustração 2: Dom e Contradom na Religião Egípcia**

<sup>211</sup> Baseamo-nos para a montagem deste esquema nas teorias acerca das representações sociais de Serge Moscovici e Denise Jodelet sistematizadas por Ciro Cardoso em CARDOSO, Ciro. *A unidade básica das representações sociais relativas ao culto divino e ao culto funerário no Antigo Egito (Período Raméssida: 1307-1070 a.C. segundo a cronologia convencional, 1295-1069 a.C. segundo a cronologia curta)*. Relatório de Pesquisa para o CNPq, 2003. Texto inédito cedido pelo autor.



**Ilustração 3: Dom e Contradom na Política Econômica do Império Egípcio**

## **2.4. Conclusão**

Parece-nos que o fundamental para entender a lógica administrativa do império egípcio é a percepção da necessidade de lidar com um território de dominação, direta ou indireta, extenso e bastante variado. Isto gerava uma série de dificuldades relacionadas primeiramente à centralização imperial, impossibilitada pelas condições de transportes e comunicação características do período. Soma-se a isto a escassez de recursos frente à necessidade de investimento em frentes diversas – norte e sul – e bastante diferentes no sentido geral.

As condições de integração imperial são as responsáveis pela não existência de um único sistema-mundial na época do Reino Novo egípcio, ainda que pouco se possa duvidar da ocorrência de um desequilíbrio entre centro e periferia.

Não deve ter sido difícil para os organizadores do império encontrar soluções para viabilizar a dominação egípcia sobre a diversidade. A incapacidade de submeter diretamente todas as áreas e a necessidade de manter uma relativa autonomia pode ser associada ao modo de produção palatino e sua capacidade de explorar as comunidades aldeãs, interferindo o mínimo possível em suas lógicas produtivas.

Assim, no relativo à porção norte do império egípcio, a dominação ficou a cargo de alianças com as elites locais, responsáveis por manter a ordem imperial e enviar tributos ao

centro. Os integrantes destas elites tornaram-se vassallos do faraó e recebiam bens do centro que possibilitavam sua reprodução local enquanto classe dominante.

Parte dos ganhos imperiais deveria permanecer na periferia do sistema para garantir a manutenção do pessoal administrativo e militar deslocado para aquelas áreas. O Egito utilizava poucas guarnições fixas na Síria-Palestina e estas eram sustentadas pelas populações locais que deveriam, em certos casos, contribuir até mesmo com homens para o exército. A tática era fortalecida pelo investimento em cidades portuárias como pontos principais de abastecimento.

Uma custosa intervenção coercitiva militar egípcia só era utilizada em último caso. Antes, tentava-se manter a submissão através de jogos políticos que estimulavam o conflito entre populações dominadas, enfraquecendo-as. Em último caso, um príncipe local era substituído no cargo imperial de prefeito por outro indivíduo, muitas vezes alguém da própria elite nativa que havia passado pelo processo de educação e egípcianização na corte central em conjunto com os príncipes de Tebas.

O caso da exploração da Núbia, em especial da região de Wawat, difere radicalmente da influência na Síria-Palestina. Por isto, reservamos o próximo capítulo para tratar deste assunto especificamente.

## Capítulo III – O Dourado e o Negro: Exploração e Resistência na Núbia.

A Núbia, como visto no primeiro capítulo, era uma continuação geográfica do território egípcio ao sul. A “terra negra” estendia-se historicamente até a primeira catarata do rio – contada no sentido inverso, ou seja, do delta para a nascente. A partir dali, o espaço era considerado distinto pelos próprios egípcios, ainda que no Reino Médio e Reino Novo a região da Baixa Núbia (até a segunda catarata) tenha sido incorporada de uma forma ou de outra à administração egípcia.

Alguns motivos apontam para a diferenciação feita pelos habitantes da “terra negra” entre seu território e aquele dos núbios. Primeiro, a região acima da primeira catarata era ecologicamente distinta. As cheias do Nilo proporcionavam uma quantidade menor de terras agricultáveis, gerando manchas irregulares de ocupação sedentária. Assim, uma considerável proporção populacional dedicava-se ao pastoreio nômade como principal forma produtiva.

A composição étnico-fenotípica da população núbia era outro fator de distinção em relação aos egípcios. Os habitantes da região em que hoje se encontra o sul do Egito e o norte do Sudão eram negros, enquanto a hipótese de que os indivíduos de *Kemet* fossem também invariavelmente negróides já foi descartada há algumas décadas<sup>212</sup>.

O processo de ocupação da área abaixo da primeira catarata é conhecido através da arqueologia e inicia-se no período pré-dinástico do Egito (5500-3100 a.C.), por volta do primeiro quartel do IVº milênio a.C.. Esta população inicial é denominada Grupo A e estava estabelecida entre a primeira e a segunda cataratas entre 3800 e 3100 a.C., período no qual não há indícios de ocupação da Alta Núbia (entre a segunda e a quarta cataratas).

Acredita-se que os núbios passavam, nesta época, por processos de desenvolvimento similares ao da população egípcia. E as trocas entre estas civilizações são atestadas pela presença de vasos egípcios no território do Grupo A, que parecia trocar ouro por gêneros de subsistência.

---

<sup>212</sup> CARDOSO, Ciro. “Unidade e Diversidade no Antigo Oriente Próximo”. *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora da UNB, 1994. pp. 15-61. Ver em especial a parte intitulada “A Espinhosa Questão do Povoamento” relativa ao Egito pp. 25-29.

O contato com os habitantes da “terra negra” também fica claro através da utilização de símbolos egípcios pelos governantes do Grupo A.

A cultura do Grupo A desaparece da Baixa Núbia no intervalo temporal relativo a parte do Reino Antigo (2686-2181 a.C.) dos egípcios, provavelmente empurrada ao estilo de vida nômade pelas campanhas faraônicas. Todavia, as similaridades culturais com os habitantes posteriores apontam para uma retomada do controle do território da Baixa Núbia por volta da Vª Dinastia egípcia (2494-2345 a.C.), dando origem à população conhecida como Grupo C.

No período em que não havia assentamentos na Baixa Núbia, percebe-se, entretanto, o surgimento de uma sociedade na Alta Núbia, na fase conhecida como pré-Kerma. Estes habitantes, provavelmente, faziam a intermediação de bens entre o Egito e o Sudão Central.

Durante o Primeiro Período Intermediário (2181-2055 a.C.) já aparecem estabelecidos, na Alta Núbia, a cultura de Kerma e, na Baixa Núbia, o Grupo-C, que perduram até o Reino Novo egípcio (1550-1069 a.C.).

Desta maneira, a ocupação do território entre a primeira e a quarta cataratas obedece aproximadamente à seguinte tabela, relacionada aos períodos da história egípcia<sup>213</sup>:

<b>ALTA NÚBIA</b>	<b>BAIXA NÚBIA</b>	<b>EGITO</b>
	Grupo A	Pré-Dinástico (5500-3100 a.C.)
		Dinástico Antigo (3100-2686 a.C.)
Pré-Kerma		Reino Antigo (2686-2181 a.C.)
Kerma	Grupo C	Primeiro Período Intermediário (2181-2055 a.C.)
		Reino Médio (2055-1650 a.C.)
		Segundo Período Intermediário (1650-1550 a.C.)
Província de Kush e Principados Independentes	Província de Wawat	Reino Novo (1550-1069 a.C.)

<sup>213</sup> Tabela baseada em MORKOT, Robert. “Egypt and Nubia”. In: ALCOCK, Susan (Edit.). *Empires*. Cambridge: The Cambridge University Press, 2001. pp. 229-251. A citação é relativa à p. 231.

Além do Grupo C e de Kerma, desde o Reino Antigo, por volta de 2400 a.C., há registros – arqueológicos e literários – dos famosos *medjayw*, núbios do deserto oriental localizados basicamente entre os assentamentos da Alta e Baixa Núbias e o Mar Vermelho que serviram ao longo da história egípcia como forças policiais ou forças militares de elite.

Os *medjayw* são associados a uma série de enterramentos encontrados nas redondezas da terceira catarata. As características destes resquícios funerários são covas circulares e rasas, com tampo vermelho conhecidas como pan-graves, que dão nome à cultura Pan-Grave.

### **3.1. Núbia e Egito no Reino Médio e II Período Intermediário**

Após resolver seus problemas de unificação interna, o Egito voltou a fazer expedições militares direcionadas à Núbia na XIª Dinastia, que iniciou o Reino Médio. A atividade abaixo da ilha de Elefantina, na primeira catarata, foi intensificada a partir do governo de Sesostri III, na XIIª Dinastia, quando se tratou de reativar assentamentos do Reino Antigo, como aquele estabelecido em Buhen, na segunda catarata, utilizado para metalurgia de cobre.

A política da XIIª Dinastia foi de iniciar uma ocupação efetiva e permanente da área da Baixa Núbia. Sesostri III começou um plano de construção de uma cadeia de fortalezas – instaladas em áreas de manchas demográficas – que se estendeu de Elefantina a Semna Meridional, na área entre a segunda e a terceira cataratas. Segundo a egiptóloga argentina Roxana Flammini, além das fortalezas, o governo faraônico tratou também de construir um sistema de comunicação entre as elas, composto por entrepostos encontrados próximos às margens do Nilo<sup>214</sup>. A maior façanha de Sesostri III, contudo, foi a implantação de um canal contornando a primeira catarata para torná-la navegável para os navios egípcios.

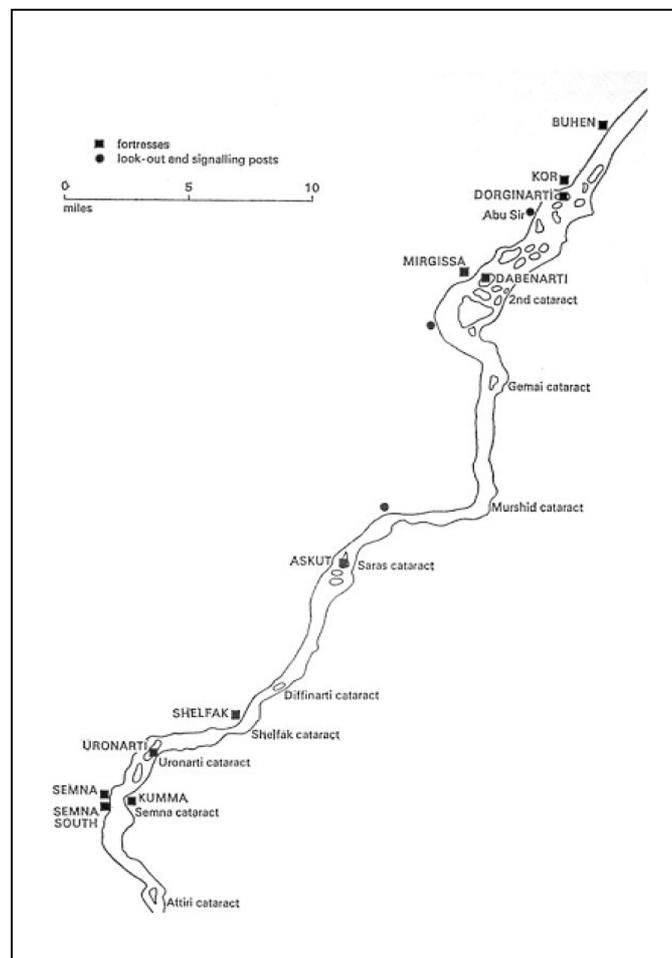
É consenso entre os egiptólogos de que a cadeia de fortalezas, algumas incluindo construções de palácios temporários e templos, tinha basicamente três funções. Primeiro, o patrulhamento de acesso dos núbios – seja do Grupo C ou de Kerma – ao Egito. Isto é um indício de que, de fato, o Grupo C encontrava-se em certo grau de desenvolvimento a ponto de parecer

---

<sup>214</sup> FLAMMINI, Roxana. “Ancient Core-Periphery Interactions: Lower Nubia During Middle Kingdom Egypt (CA. 2050-1640 B.C.)”. In: *Journal of World-Systems Research*. Vol. XIV, N. 1. Washington: American Sociological Association, 2008. pp.50-74. A citação é da p. 54.

ameaçador aos egípcios. O intento defensivo das fortalezas está claramente expresso na estela de fronteira deixada por Sesostri III em Semna no oitavo ano de seu reinado:

**Fronteira sul, feita no ano 8 de reinado de sua majestade o rei do Alto e Baixo Egito Khakaure, seja dada a vida para sempre até a eternidade, para impedir que qualquer núbio atravessasse-a, navegando para o norte ou por terra, com navio ou qualquer rebanho dos núbios, exceto os núbios que venham fazer trocas em Missirga, ou com mensagem ou qualquer bem que possa ser feito com eles, mas sem deixar um navio de núbios navegando para o norte passar por Abu Sir, para sempre.**<sup>215</sup>



**Ilustração 4: Mapa dos fortes e entrepostos egípcios na Baixa Núbia durante o Reino Médio**<sup>216</sup>

<sup>215</sup> NEDERHOF, Mark-Jan. (Trad.). *Semneh stela marking southern boundary under Sesostri III*. Disponível <http://www.cs.st-andrews.ac.uk/~mjn/egyptian/texts/corpus/pdf/FirstSemnehSesostriIII.pdf>

<sup>216</sup> Mapa retirado de ADAMS, William Y. *Núbia: Corridor to África*. Princeton: Princeton University Press, 1977. Fig. 27.

A segunda função das fortalezas era a exploração de recursos naturais na Baixa Núbia. Além do cobre, já trabalhado anteriormente naquela região, a atenção voltava-se principalmente para a extração aurífera. Segundo Flammini, esta função é provada através da presença de oficinas em quase todos os fortes, como Buhen, Kubban, Semna, Kumma, Mirgissa e Askut<sup>217</sup>.

Por último e talvez mais importante, as estruturas egípcias serviam para supervisão e controle das trocas com a Alta Núbia (Kush) e, através dela, o Sudão Central. Neste sentido, já havia um contato com a população de Kerma, que aparecia cada vez mais como um Estado de considerável desenvolvimento. A ligação das fortalezas com as trocas é observável, inclusive, textualmente por meio da própria estela de Senusret III em Semna, acima citada, que mostra Missirga como área de troca entre núbios e egípcios. O principal objetivo das trocas para os habitantes da “terra negra” era, provavelmente, a obtenção de bens de luxo como peles, penas e marfim, por exemplo.

O padrão de ocupação destes fortes, habitados por funcionários egípcios, era baseado na rotatividade de guarnições militares, o que tornava a empreitada extremamente custosa para o Estado faraônico em termos logísticos. Todavia, a necessidade de conseguir bens de luxo era premente, já que tais produtos serviam para a manutenção e reprodução da classe dominante egípcia. Uma vez que tal classe era inseparável do aparelho estatal, este garantia para si o monopólio das trocas.

Durante o Reino Médio, o Egito dominou o intercâmbio de bens de luxo com Kerma, estabelecendo uma relação assimétrica. A elite da sociedade da Alta Núbia também recebia artigos luxuosos da “terra negra” e, a julgar pela grande quantidade de vestígios arqueológicos egípcios nas necrópoles kushitas, o fluxo de bens fluía muito mais intensamente da Núbia para o Egito<sup>218</sup>. Apesar disto, sabemos que, ao contrário do que se pensava há algumas décadas, nesse período Kerma já era uma importante cidade fortificada com templos e palácios.

O alto custo da manutenção dos fortes criou a necessidade de pensar em novas formas de dominação da Baixa Núbia, visando à diminuição das despesas faraônicas para manter o controle das trocas e a exploração dos recursos naturais. Assim, no final da XIIª Dinastia iniciou-se um processo de modificação na ocupação da rede de fortalezas, investindo na desmobilização das

---

<sup>217</sup> FLAMMINI, Roxana. *Op. Cit.* p. 56.

<sup>218</sup> *Idem, Ibidem.* P. 59.

guarnições militares rotativas e na tentativa de estabelecer assentamentos permanentes de egípcios nas localidades, aumentando a autonomia administrativa e econômica delas.

A alocação de egípcios expatriados em diversos pontos da Baixa Núbia pretendia também iniciar uma incorporação de fato da região ao Egito, incluindo um processo de egipcianização do Grupo C tendo os colonos como agentes. Com isto, o custo das operações na região diminuiria. Até meados da XIIª Dinastia, os egípcios mortos no estrangeiro deveriam ser levados de volta para serem enterrados na “terra negra”. A incorporação da Baixa Núbia ao Egito possibilitaria seus enterramentos nas próprias cidades ao sul de Elefantina. Tal tentativa foi, entretanto, frustrada.

Ainda que não tenha se rebelado abertamente, o Grupo C desenvolveu algumas formas de resistência à opressão egípcia. Parece ter havido uma ênfase na identidade cultural nativa, notada a partir da cultura material, como forma de aversão às influências egípcias, refletindo-se, inclusive, numa recusa à participação na economia egípcia<sup>219</sup>.

Partindo do trabalho de Christopher Chase-Dunn e Thomas Hall, Roxana Flammini desenvolve uma categoria teórica específica para explicar a relação entre o Egito e a Baixa Núbia no Reino Médio. Para ela, o conceito de semi-periferia desenvolvido pelos dois autores ligados aos estudos centro-periféricos não é aplicável ao caso, pois, apesar de a Baixa Núbia ser uma área intermediária entre o Egito e Kerma, sua administração não está nas mãos da população nativa. Assim, para a egiptóloga argentina, aquela região deve ser categorizada como “área de ligação”:

**De fato, o papel primário da área, como mencionado acima, era de intermediário entre Egito e Alta Núbia. De acordo com isto, sugerimos que nesta situação histórica específica um conceito melhor para definir o status da Baixa Núbia seria o de área de ligação. A definição enfatiza a condição da Baixa Núbia como área de mediação entre o centro e a periferia, evitando o preconceito “transitório” que o termo semi-periferia certamente possui e também leva em conta que a Baixa Núbia era, de fato, parte do centro e não era politicamente ligada à periferia. Além disto, o conceito permite-nos estabelecer diferenças entre a área de ligação, o centro e a periferia.<sup>220</sup>**

Flammini, portanto, não concorda com a ênfase de Stuart Smith na resistência do Grupo C à influência egípcia. Ela prefere classificar a relação como uma convivência pacífica baseada na troca de bens, já que objetos egípcios foram encontrados em tumbas de nativos da Baixa Núbia.

---

<sup>219</sup> SMITH, Stuart Tyson. *Wretched Kush. Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. New York: Routledge, 2003. p. 78.

<sup>220</sup> FLAMMINI, Roxana. *Op. Cit.* pp. 59-60. As ênfases são da autora.

Ressaltamos, contudo, que isto não inviabiliza a existência de uma tentativa de resistência do Grupo C baseada na afirmação da sua identidade cultural. Esta afirmação liga-se no fato de que a aculturação egípcia da região tomou proporções muito maiores no Reino Novo.

A resistência do Grupo C, contudo, não foi o único fator que levou ao fracasso do empreendimento faraônico de dominação da Baixa Núbia. O Egito tinha problemas internos com a unificação e, como visto no primeiro capítulo, ainda teve que lidar com a invasão do norte do seu território pelos asiáticos conhecidos como hicsos.

Por outro lado, a civilização núbica de Kerma também se desenvolvera, ganhando força suficiente para liderar uma confederação de chefes kushitas, que avançou em direção à “terra negra”, tomando a região onde os fortes estavam instalados e progredindo até Elefantina.

Stuart Smith defende uma teoria interessante para explicar o fortalecimento das sociedades localizadas nas proximidades do Egito, que lhes teria possibilitado a invasão de *Kemet*. O egiptólogo estadunidense parte da teoria centro-periferia para afirmar que a demanda da elite faraônica de bens de luxo no Reino Médio teria estimulado os povos de sua periferia – em especial os hicsos e kushitas, mais próximos – a aumentar sua produção para exportação, resultando em um consequente crescimento da complexidade naquelas áreas<sup>221</sup>.

O crescimento da força de Kerma e sua liderança da federação de chefes núbios levaram ao estabelecimento de trocas diretas com os hicsos, no norte, seja pelo Mar Vermelho ou por rotas terrestres. Isto diminuiu o acesso da elite faraônica aos produtos de luxo necessários no auxílio de sua reprodução como classe dominante e comprometeu o sistema de redistribuição de bens de prestígio, do qual dependia a unificação, contribuindo ainda mais para a crise interna.

A conquista da Baixa Núbia pelos kushitas liderados por Kerma no II Período Intermediário não deve ter sido uma tarefa muito difícil se considerarmos alguns vestígios textuais do período, encontrados no forte de Buhen. As duas principais fontes para embasar tal afirmativa são estelas pertencentes a dois oficiais egípcios chamados Ka e Sepedher.

Apesar de ter sido encontrada na seção estratigráfica relativa à XVIIIª Dinastia, o mais provável é que a Estela de Sepedher pertença a algum momento após a XIIIª Dinastia, enquanto a Baixa Núbia estava nas mãos da confederação kushita. Säve-Södeberg demonstra esta datação

---

<sup>221</sup> SMITH, Stuart Tyson. *Wretched Kush....Op. Cit.* p. 79.

através de comparações filológicas com a Estela de Ka, que é claramente daquele período por mencionar um chefe kushita nominalmente<sup>222</sup>.

Em sua inscrição, Sepedher afirma:

**Eu era um valoroso comandante de Buhen e nunca qualquer comandante fez o que eu fiz; eu construí o templo de Horus, Senhor de Buhen, para a satisfação do governante de Kush.**<sup>223</sup>

O oficial afirma sua lealdade ao governante de Kush. A favor da hipótese de que Sepedher viveu na XVIIIª Dinastia, argumentou-se que este chefe poderia ser o faraó, que era considerado também governante daquela terra. Säve-Södeberg, contudo, cita a utilização da mesma expressão na Estela de Ka:

**Eu era um servo valoroso do governante de Kush; Eu lavei [meus] pés nas águas de Kush no complexo do governante *Ndh* e retornei são e salvo [para a minha] família.**<sup>224</sup>

Os nomes de ambos oficiais apontam para sua naturalidade da “terra negra”, já que aparecem em listas de famílias compostas apenas por vocativos egípcios. Assim, podemos perceber que, ao contrário de serem tomados de forma violenta, parece que os fortes faraônicos foram conquistados a partir da cooptação de seus funcionários, que passaram, então, a trabalhar para o governante kushita.

Tal estratégia de dominação era altamente sofisticada e poderia ser mantida com um custo mínimo. Segundo Bruce Trigger:

**A monarquia kushita deve ter procurado controlar a Baixa Núbia e continuar as trocas com Aswan através da formação da aliança com os habitantes locais. A prosperidade do Grupo C neste período sugere que estas alianças eram baseadas em interesses mútuos.**<sup>225</sup>

A sofisticação dessa forma de dominação, particularidade de um sistema no qual o centro estabelece relações semi-periféricas, caracterizadas pela ação das elites locais que aceitam a

---

<sup>222</sup> SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. “A Buhen Stela from the Second Intermediate Period”. In: *The Journal of Egyptian Archaeology*. Vol. 35. Egyptian Exploration Society. Dezembro, 1949. pp. 50-58.

<sup>223</sup> *Idem, Ibidem*. p. 55.

<sup>224</sup> *Idem, Ibidem*. p. 52.

<sup>225</sup> TRIGGER, Bruce. “Kerma: Rise of an African Civilization”. In: *The International Journal of African Historical Studies*. Vol. 9. No. 1. Boston: Boston University African Studies Center, 1976. pp. 1-21. A citação é da p. 19.

submissão por obterem elas também vantagens, demonstra o nível avançado de complexidade da sociedade de Kerma – centro do sistema.

Se a cultura do Grupo C resistiu às pressões egípcias durante a expansão do Reino Médio sobre a Baixa Núbia, parece que os expatriados da “terra negra” que permaneceram nos fortes mantiveram suas crenças e hábitos culturais. Neste sentido, a existência de estelas funerárias de tipo egípcio, como as de Sepedher e Ka, demonstra a continuidade na crença na vida após a morte dos egípcios, que necessitava da magia das inscrições como forma de oferendas de alimentos para manter a existência do indivíduo no mundo dos mortos.

Além disto, as fontes apontam para a construção de um templo do deus egípcio Horus em honra do chefe de Kush. Este era, de certa forma, reconhecido como governante inclusive pelo faraó tebano, conforme a famosa Estela de Kamés, citada no primeiro capítulo:

**Há um chefe em Hutualet, um outro em Kush. Eu permaneço associado a um asiático e a um núbio, cada homem possuindo a sua fatia do Egito, partilhando comigo o país.**<sup>226</sup>

Foi justamente a partir desta afirmação que Kamés convenceu seus conselheiros da necessária retomada tanto do território da Baixa Núbia, quanto do norte egípcio, com a expulsão dos estrangeiros. Além disto, se havia egípcios ao lado dos príncipes kushitas, sabe-se que os famosos arqueiros de *medjayw* permaneciam apoiando o faraó tebano como tropas mercenárias de elite.

### **3.2 A Reconquista e a Expansão da Dominação na Núbia na XVIIIª Dinastia**

A crise no II Período Intermediário ajudou a consolidar uma série de mudanças acerca dos estrangeiros na visão de mundo egípcia. Por um lado, o aumento da convivência pacífica com outros povos, iniciada ainda no Reino Médio e expandida no Reino Novo, levou a uma modificação no papel do estrangeiro, que deixou de ser visto apenas como agente do caos para

---

<sup>226</sup> CARDOSO, Ciro. *Narrativa, Sentido, História*. Campinas: Papyrus, 1997. A tradução encontra-se nas páginas 48-50.

ganhar *status* de habitante do mundo organizado e, portanto, dependente do faraó e não mais inimigo a ser massacrado.

Por outro lado, paradoxalmente, a experiência da divisão da “terra negra” com hicsos e kushitas aumentou a preocupação com a defesa, criando uma espécie de justificativa defensiva para o imperialismo.

O primeiro passo para a retomada da Baixa Núbia foi a reconquista dos fortes egípcios do Reino Médio, que serviram de base para a dominação no Reino Novo. Assim, retomava-se o plano de incorporação da região, iniciado na XIIª Dinastia. Neste sentido, expatriados egípcios e pan-graves ligados a Tebas tiveram papel fundamental.

Se os habitantes das fortalezas foram cooptados por príncipes kushitas, isto não quer dizer que tenham abandonado suas raízes egípcias, o que fica claro a partir da manutenção de sua cultura. Estabelecidos os laços de poder com a dinastia tebana, a partir da retomada dos fortes, seus administradores voltaram a fazer parte da elite da “terra negra” e desfrutar das benesses relativas a este pertencimento.

A manutenção cultural garantida por descendentes de expatriados e pan-graves egipcianizados acabou sendo fundamental na construção de uma dominação mais efetiva da Baixa Núbia, que avançou além das medidas do Reino Médio, através de uma tentativa de incorporação cultural e administrativa da região à “terra negra”.

### **3.2.1 A Egipcianização na Núbia**

Apesar de todas as implicações negativas observadas pela teoria pós-colonial acerca da imposição cultural denominada através de termos como “romanização”, há consenso entre os egiptólogos que tratam da Núbia sobre a existência de um forte processo de egipcianização da região, pelo menos da sua parte setentrional.

Ainda que consideremos que todo contato entre diferentes sociedades gere implicações para ambas, não há como diminuir o peso da dominação com a imposição cultural. Assim, egiptólogos como Torgny Säve-Söderbergh, Barry Kemp, Robert Morkot, Stuart Smith, José Manuel Galán e José Roberto Pellini e Ciro Cardoso não veem problemas na utilização do termo egipcianização, aceitando-o como uma via assimétrica de mão dupla.

Como visto, desde o Reino Médio, o contato entre assentados egípcios e o Grupo C da Baixa Núbia gerava trocas culturais. Naquele período, contudo, as descobertas arqueológicas apontam para uma resistência local à assimilação de traços da cultura egípcia. A partir da retomada da região na passagem da XVIIª para a XVIIIª Dinastia, a situação se modificou. Aparentemente, as influências culturais de Kerma, dos *medjayw* e dos egípcios erodiram a solidariedade étnica responsável por sustentar a resistência do Grupo C, tornando-o vulnerável à manipulação egípcia através da política deliberada de cooptação das elites locais<sup>227</sup>.

A cultura material, contudo, não demonstra um completo desaparecimento dos grupos núbios nativos. Säve-Söderbergh aponta para a existência do que ele chama de grupo heterogêneo de transição, composto tanto por membros do Grupo-C quanto dos *medjayw*. Tais grupos conservaram as formas de enterramento locais, resistindo à egípcianização geral até talvez a XIXª Dinastia. Parece mais correto crer na conservação daquelas culturas do que no renascimento delas em momentos posteriores<sup>228</sup>.

Após a reconquista egípcia, portanto, os elementos originais núbios passam a ser mais exceção do que regra na arqueologia da Baixa Núbia. A maioria dos enterramentos passa a ser feita na margem ocidental do Nilo, como era característico da religião funerária da “terra negra”. A partir disto, surgem duas hipóteses: 1) os cemitérios eram construídos para imigrantes egípcios, enquanto o restante dos habitantes locais passou por um êxodo; 2) a população como um todo passou por um processo de aculturação que a levou a adotar os costumes funerários do Egito.

O êxodo de praticamente toda uma população, calculada em cerca de 20 mil habitantes, em um espaço de tempo tão pequeno parece implausível. Além disto, a despeito do desenvolvimento das forças produtivas no início do Reino Novo, não parece que o número de egípcios tenha crescido ao ponto de possibilitar migrações maciças. Muito pelo contrário, como visto no capítulo anterior, o movimento usual era o de deportações de estrangeiros da Síria-Palestina para colonização da região do Delta.

Outros fatores indicam a implausibilidade da primeira hipótese. A escavação do cemitério de Fadrus, na Baixa Núbia, apontou para a falta de características essenciais de um enterramento egípcio. Praticamente todos os objetos do sítio eram tipos iguais àqueles da “terra negra”, mas a

---

<sup>227</sup> SMITH, Stuart Tyson. *Wretched Kush....Op. Cit.* p. 85.

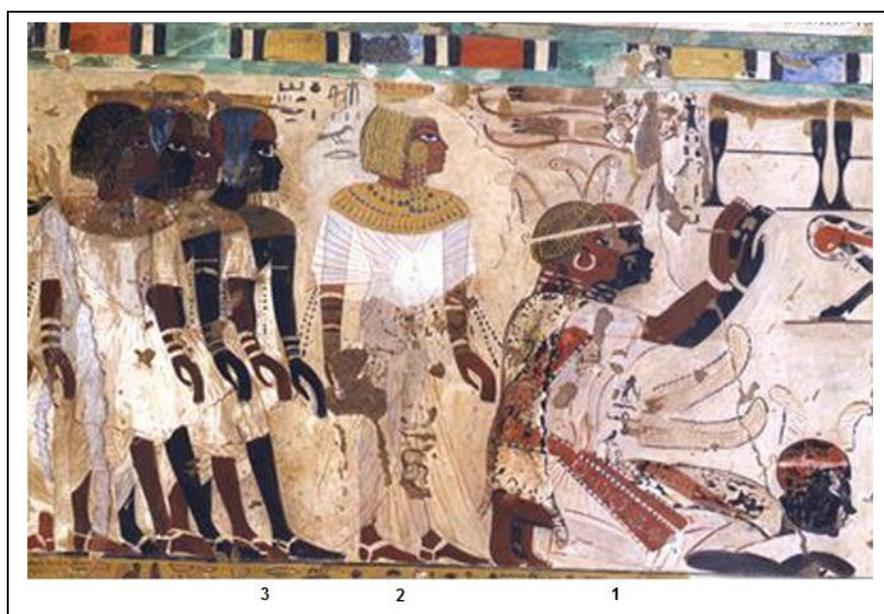
<sup>228</sup> SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny & TROY, Lana. *New Kingdom Pharaonic Sites. The Finds and the Sites.* Vol. 5:2. Uppsala: The Scandinavian Joint Expedition to Sudanese Nubia, 1991. p. 8.

ausência dos nomes dos defuntos nas tumbas, nos *ushabits*<sup>229</sup>, nos amuletos e em qualquer outra mobília denuncia a improbabilidade dessa proveniência<sup>230</sup>.

Desta forma, a hipótese mais crível é aquela que indica uma aculturação da população da Baixa Núbia como um todo, já que mesmo enterramentos de indivíduos de baixo *status* contavam com características majoritariamente egípcias.

As elites locais também se egípcianizaram e, inclusive, utilizaram-se disto para assegurar sua dominação sobre a população local. Príncipes núbios também tiravam vantagem da tática imperial de educar os filhos das elites submetidas na corte para afirmar sua proximidade com o centro imperial, seja através da utilização da língua, da escrita ou do vestuário egípcio, numa demonstração de poder frente aos demais nativos.

A tática ia para além dos costumes do dia-a-dia, alcançando as concepções funerárias, nas quais os nobres núbios se representavam trajando roupas egípcias, enquanto nas representações de tumbas da “terra negra” eles eram apresentados com características diretamente ligadas à Núbia. Um exemplo clássico é o da imagem da capela funerária de Huy, do “Filho Real de Kush” no reinado de Tutankhamon, em Tebas.



**Ilustração 5: Detalhe da Tumba do “Filho Real de Kush” com tributos dos príncipes de Wawat.<sup>231</sup>**

<sup>229</sup> Pequenas estatuetas humanóides que funcionariam como trabalhadores para o defunto do mundo dos mortos.

<sup>230</sup> SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny & TORY, Lana. *Op. Cit.* p. 9.

A ilustração é uma pequena parte da cena de entrega dos tributos da Núbia. Todos os personagens distinguem-se pelo figurino típico da região e pelas características fenotípicas, principalmente a cor da pele, negra ou marrom avermelhada, ambos os pigmentos diferentes dos utilizados para os egípcios. Outra característica distintiva são os bens de luxo utilizados como adornos: argolas de ouro, penas de avestruz e peles de animais selvagens.

Os três indivíduos ajoelhados são príncipes de Wawat, sendo o mais claro deles identificado pela legenda como Hekhanefér, príncipe de Miam. Por sorte, sua tumba foi encontrada e escavada completamente na década de 1960 por egiptólogos estadunidenses que constataram que toda a decoração e os equipamentos funerários eram de tipo egípcio, apesar de o defunto ser, sem dúvida, um núbio<sup>232</sup>. Segundo SÄVE-SÖDERBERGH,

**... os núbios mais ou menos regularmente pareciam se retratar como egípcios, enquanto os egípcios em suas representações dos núbios davam-lhes aparências mais exóticas com complexão escura, cabelo crespo, lábios grossos etc.**<sup>233</sup>

Apesar de aparecer na Tumba de Huy ostentando vários símbolos da sua proveniência núbia, Hekhanefér foi um indivíduo altamente egípcianizado. A titulação encontrada em sua tumba em Arminna demonstra que ele foi educado na corte tebana, junto com os príncipes egípcios, fato comprovado pelo título de “Filho do *k3p*”. Além disto, aparentemente ele desempenhou várias funções no Egito antes de retornar à sua terra como príncipe submetido. Entre seus epítetos encontravam-se os de “Fabricante de Sandálias do Rei”, “Carregador da Cadeira Dobrável do Senhor das Duas Terras” e “Comandante dos Rebocadores”.

A egípcianização pode ser comprovada, outrossim, na arquitetura das tumbas dos príncipes núbios, que seguia de perto o formato utilizado pela nobreza egípcia no Reino Novo, conforme pode se observar nas ilustrações 6 e 7. Ambas contam com um portal que dá acesso a um jardim murado ao qual se segue a capela funerária encimada por uma pequena pirâmide. A múmia era depositada no subsolo, que ficava ligado à capela por um poço funerário.

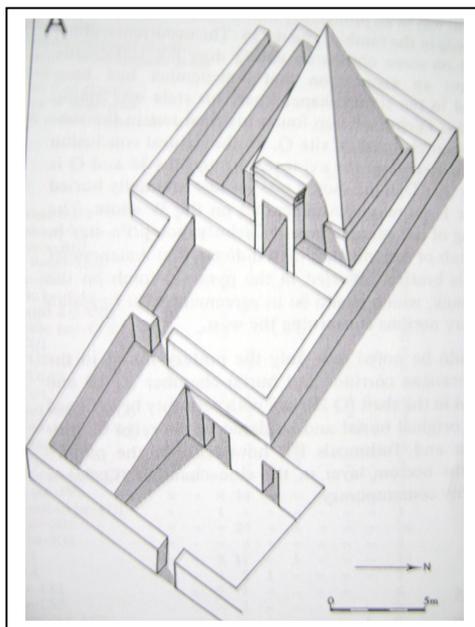
---

<sup>231</sup> DAVIES, Nina & GARDINER, Alan. *The Tomb of Huy, Viceroy of Nubia in the reign of Tutankhamun*. London: Egyptian Exploration Society, 1926. Plates disponíveis em <http://wysinger.homestead.com/tombofhuy.html>.

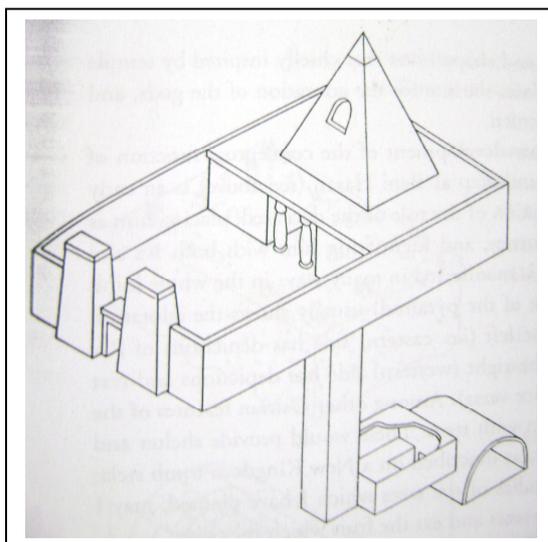
<sup>232</sup> O relatório completo da escavação pode ser encontrado em SIMPSON, William Kelly. *Heka-Nefer and the Dynastic Material from Toshka and Arminna*. New Haven and Philadelphia: The Pennsylvania-Yale Expedition to Egypt, 1963.

<sup>233</sup> SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny & TROY, Lana. *Op. Cit.* p. 205.

A ilustração 6 mostra a reconstituição da tumba do príncipe núbio Amenemhat, da região de Teh-Khet, em Wawat. A próxima figura é a representação da arquitetura do hipogeu utilizado pelos nobres egípcios no Reino Novo, que apresentou poucas modificações entre a XVIIIª e a XIXª Dinastias.



**Ilustração 6: Reconstituição da Tumba de Amenemhat, príncipe de Teh-Khet.**<sup>234</sup>



**Ilustração 7: Hipogeu privado do Reino Novo**<sup>235</sup>.

<sup>234</sup> SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny & TROY, Lana. *Op. Cit.* p.187.

Não só a religião funerária, mas também a templária teve papel fundamental no processo de egípcianização da Núbia. Santuários e capelas consagrados a deuses e faraós egípcios foram construídos por toda extensão do Nilo até a região da quarta catarata, onde foi erigido o templo de Gebel Barkal.

A adoração de divindades da “terra negra” foi uma das grandes diferenças entre a ação egípcia na Síria-Palestina e na Núbia. Enquanto o panteão da primeira região foi mantido, incorporado no egípcio e até adorado no Delta, os núbios passaram a louvar deuses como Amon, Horus, Hathor e até mesmo Senusret III ou Amenhotep III. Há registros apenas de um deus núbio, Dedun, adotado no Egito séculos antes da XVIIIª Dinastia.

Se a aculturação funcionou no Grupo-C e, em menor escala, nos *medjayw*, certamente Kerma manteve-se resistente. O Egito não tinha forças para enfrentar diretamente aquela sociedade, dominar seu território e cooptar suas elites. Não só pela alto custo do imperialismo e a necessidade de concentrar recursos na expansão para o norte, mas também pela força do antagonista do sul.

A descoberta de objetos egípcios nas tumbas de Kerma, entretanto, aponta para a existência de algum tipo de intercâmbio cultural constante. As trocas com aquela região haviam se restabelecido e era através desses intermediários que o Egito tinha acesso aos produtos do Sudão Central. Isto explica a presença de produtos de luxo egípcios em enterramentos de Kerma, já que a elite daquela sociedade provavelmente se utilizava dos bens de prestígio importados para acentuar seu *status* e se reproduzir como classe dominante. Stuart Smith chama esse processo de assimilação seletiva de “transculturação”<sup>236</sup>.

Por fim, é importante lembrar que essa egípcianização era uma via assimétrica de mão dupla. Ciro Cardoso aponta como principal influência das trocas no Egito a imposição de uma nova estrutura ideológica na qual os estrangeiros aceitavam a soberania do faraó e, portanto, tinham asseguradas as suas existências neste e noutro mundo<sup>237</sup>.

---

<sup>235</sup> TAYLOR, John. *Death and Afterlife in Ancient Egypt*. London: The British Museum Press, 2001. p.153.

<sup>236</sup> SMITH, Stuart Tyson. *Wretched Kush.... Op. Cit.* p. 95.

<sup>237</sup> CARDOSO, Ciro. “Comparação de Dois Impérios Nilóticos: O Egito na Núbia e a Núbia no Egito (séculos XVI-VII a.C.)”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidney J. (Coord.). *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. pp. 3-14. A citação é da p. 7.

### 3.2.2 A Administração Imperial da Núbia

Há consenso na egiptologia acerca do fato de que o processo de dominação imperial no Reino Novo era consideravelmente heterogêneo, destacando-se, em geral, a distinção entre a administração e exploração da Síria-Palestina, por um lado, e da Núbia, por outro. Vários fatores teriam levado a esta diferenciação.

Primeiro, como visto, o Egito já havia feito uma tentativa de incorporação da Baixa Núbia ao seu território no Reino Médio, enquanto as relações com outras regiões eram estritamente de trocas, sem qualquer tentativa de subjugação. Em segundo lugar, a Núbia era uma extensão natural da ecologia egípcia. Ainda que tivesse diferenças em relação à regularidade das cheias, o Nilo era também servia como eixo gravitacional daquela região.

A continuidade territorial e a visão, proveniente do Reino Médio, da Baixa Núbia como parte do território incorporado ao Egito fizeram, entre outros motivos, com que esta área fosse absorvida administrativamente e, conforme observado na seção anterior, culturalmente.

Desde o início do Reino Novo, o centro imperial investiu na montagem de um aparato burocrático encarregado de gerenciar a parte incorporada da Núbia. No primeiro capítulo, demonstramos que a expansão egípcia na XVIIIª Dinastia alcançou a região da quarta catarata. O território foi dividido em duas províncias, Wawat (Baixa Núbia) e Kush (Alta Núbia), que ficavam sob responsabilidade do funcionário conhecido como “Filho Real de Kush”, também chamado de vice-rei da Núbia. Não há acordo entre os egiptólogos acerca da divisão administrativa exata dessas províncias. O que se sabe é que Wawat englobava as terras ao redor da primeira e segunda cataratas, enquanto Kush iria até a quarta.

O cargo de vice-rei da Núbia foi criado ainda no reinado de Kamés e, duas centenas de anos depois, sua jurisdição incorporava territórios do Alto Egito, indo de Nekhen (Hierakompolis) à Napata (quarta catarata). A escolha deste recorte deve-se, provavelmente, à necessidade de vincular as áreas de grande produção aurífera num só plano administrativo. Robert Morkot, pelo contrário, argumenta que a área pela qual o vice-rei era responsável não chegava à quarta catarata<sup>238</sup>.

Tal como com o vizir, o faraó escolhia pessoalmente seu “Filho Real de Kush” entre os nobres da sua corte. O posto, portanto, era ocupado exclusivamente por egípcios, que

---

<sup>238</sup> MORKOT, Robert. “Egypt and Nubia”. *Op. Cit.* pp. 234-235.

permaneciam residindo na capital do Reino Novo e, algumas vezes, chegavam a ocupar outros cargos. Para cumprir as obrigações relativas à função, o vice-rei viajava periodicamente aos principais centros administrativos núbios, como Aniba e Soleb.

O vice-rei tinha diversas funções, ligadas à defesa e à regulação das trocas. Todavia, sua principal tarefa era a supervisão da organização, da coleta, do envio e da apresentação dos tributos faraônicos extraídos da Núbia, fossem na forma de *b3kw(t)* ou *inw*. No primeiro caso, há uma inscrição de Nehi, “Filho Real de Kush” na segunda metade do reinado de Thutmés III, na qual ele afirma:

**Eu sou um servo útil ao meu senhor, enchendo sua casa com ouro, dando tributo a [...], consistindo no *b3k* dos países do sul; (...) o filho real, governador dos países do sul, Nehi.<sup>239</sup>**

Um documento que comprova papel de responsável pelo *inw* é a lista de tributos presente no cenotáfio do vice-rei de Amenhotep II, User-satet:

**Este *inw* é maior do que [aquele das] terras baixas. Isto não é visto desde [o tempo dos] ancestrais (...). Lista do *inw*: 200 homens carregados de ouro, 150 homens carregados de ouro, 200 homens carregados de *hmsgt*, 340 homens carregados de marfim, 1000 homens carregados de ébano (...). Num total de 2657 homens carregados de *inw*.<sup>240</sup>**

O “Filho Real de Kush” atuava em conjunto com uma série de outros cargos administrativos, cujos titulares residiam ou não na Núbia. O próximo na hierarquia era o “Comandante das Tropas de Kush”, que também era indicado diretamente pelo faraó e, ao que tudo indica, permanecia igualmente em Tebas. O posto de “Supervisor dos Países do Sul” é controverso, sendo por vezes identificado ao vice-rei, por outras ao Comandante das Tropas.

Os mais altos funcionários na administração local eram os adjuntos, cada um deles responsável por uma das duas províncias e estabelecidos em Aniba, em Wawat, e Soleb, em Kush. Os adjuntos eram escolhidos pelo vice-rei entre seus subordinados, bem como os outros profissionais da administração local, como prefeitos das diversas cidades e o “Supervisor da Casa do Tesouro”, que parece ter sido somente um para todo o território. Somavam-se aos altos

---

<sup>239</sup> BREASTED, Henry (Edit. E Trad.). *The Ancient Records of Egypt. Op. Cit.* p. 261.

\* Espécie de pedra preciosa.

<sup>240</sup> CUMMING, Barbara (Edit. E Trad.). *Egyptian Historical Records of the Late Eighteenth Dynasty*. Fascículo I. Warminster: Arts & Phillips, 1984. pp. 46-47.

funcionários um sem número de sacerdotes e outros tipos de funcionários e escribas de diversos níveis em variadas ocupações.

O fato de que só há referências sobre a escolha de egípcios para os mais altos cargos leva a crer que as unidades administrativas e religiosas locais estavam repletas de funcionários nativos, escolhidos entre a elite núbia.

A classe dominante nativa egípcianizada tinha papel importante na reprodução da dominação imperial. Os príncipes (*wrw*) submissos eram responsáveis pela organização e administração de nove principados por toda a Núbia, sendo três deles em Wawat e outros seis em Kush, conforme a representação na tumba do vice-rei Huy.

A documentação acerca desses representantes da realeza núbia é relativa aos achados arqueológicos feitos em dois principados de Wawat, Teh-Khet e Miam, além de suas representações em cenas de tributo como a da tumba de Huy – que apontam sua principal função, justamente a entrega de tributos.

Uma estela encontrada entre Aswan e Philae – em parte citada no primeiro capítulo –, datada do reinado de Thutmés I, informa sobre uma revolta liderada por um dos príncipes núbios. Ao contrário da maioria das traduções consultadas, que indica a divisão da região ao sul da primeira catarata em cinco partes, Säve-Söderbergh traduz o texto da seguinte forma:

**Há um príncipe (*wr*) no norte da vil Kush que está começando uma inimidade em conjunto com dois *iwnty* núbios entre os filhos do príncipe (*wr*) da vil Kush que fugiram do Senhor das Duas Terras em seu dia de massacre pelo Bom Deus, quando seu país estava dividido em três partes, cada uma deles responsável por sua parte.<sup>241</sup>**

Ações como estas parecem ter alimentado a desconfiança egípcia em relação à traição de estrangeiros. A partir disto, entendemos a política de indicação de indivíduos locais educados no *kap* do faraó, junto com os herdeiros do trono egípcio, para ocupar cargos na Núbia. Uma carta de Amenhotep II a seu “Filho Real de Kush” aponta para um aspecto ainda mais interessante:

**Outra mensagem para o vice-rei: Não sejas leniente com os núbios e fica atento contra seu povo e sua feitiçaria! Vê o servidor do povo simples que tu trouxeste para ser feito príncipe. Ele não é um príncipe que tu possas informar a Sua Majestade ou que tu possas deixar ser ouvido (...).<sup>242</sup>**

---

<sup>241</sup> SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny e TROY, Lana. *Op. Cit.* p. 210.

<sup>242</sup> *Idem, Ibidem.* p. 210 cf. também GALÁN, José Manuel. *El Imperio...* *Op. Cit.* p.165.

O fragmento acima alerta para a necessidade de escolher bem um núbio que seja de origem nobre, ainda que houvesse a possibilidade de qualquer indivíduo nativo ser levado para a corte faraônica para servir posteriormente como aliado egípcio em sua terra natal.

Os príncipes eram representantes do faraó em suas jurisdições e ligados diretamente a ele mediante o envio de presentes; principalmente se considerarmos a teoria de Bleiberg de que o *inw* é obtido através de uma relação pessoal com o faraó, estabelecida com a oferta de bens diretamente para o fundo pessoal do rei.

A troca de presentes entre príncipes núbios e o faraó é um dos argumentos a favor da existência de certo grau de autonomia na dominação da região, principalmente da Alta Núbia. A existência de regiões submissas ao Egito sem a presença de governadores da “terra negra”, ou seja, dirigidas pelas elites locais demonstra que a estratégia de dominação em determinadas áreas o sul não era tão diferente daquela usada na Síria-Palestina, com protetorados mais ou menos frouxos.

Este argumento tem uma importante consequência nos estudos do imperialismo egípcio na Núbia e orienta a hipótese de Robert Morkot sobre um modelo tripartite de dominação da região ao sul da “terra negra”. O autor acredita em uma divisão administrativa diferente dos territórios núbios. Segundo ele, Wawat iria até a segunda catarata, a parte de Kush sob responsabilidade do “Filho Real” iria até a terceira e a região da terceira e da quarta cataratas responderiam apenas à autoridade dos príncipes locais independentes, mas submetidos através da relação de troca de dádivas. Cada um destes príncipes deteria o título de “Supervisor dos Países do Sul”<sup>243</sup>.

Neste sentido, havia uma diferença entre a fronteira imperial, isto é, aquela na qual a dominação era direta, e a fronteira simbólica, até onde existiam construções egípcias. A primeira estaria localizada na região da segunda catarata, enquanto a outra seria em Gebel Barkal, nas redondezas da quarta catarata.

Outro argumento de Morkot baseia-se na existência de poucas edificações egípcias na Alta Núbia, todas localizadas em assentamentos estratégicos, não havendo sinais de uma ocupação efetiva, como apontam as cidades templárias de tipo egípcio construídas na Baixa Núbia. Segundo o autor, isto se devia provavelmente à menor resistência apresentada pelos habitantes de Wawat – em razão da relação no Reino Médio e dos expatriados – em relação

---

<sup>243</sup> MORKOT, Robert. “Egypt and Nubia”. *Op. Cit.* p. 238.

àquela imposta por Kerma, que já era uma civilização bem constituída, com cidades fortificadas e com cerca de 200 mil habitantes em seu capital.

Ciro Cardoso caracteriza o modelo de Morkot como tripartite: Wawat fora incorporada administrativa e culturalmente; Kush era uma região semi-periférica de ligação, onde o controle egípcio era exercido de forma indireta sobre os príncipes locais; e, por fim, Kerma era completamente independente, mas mantinha relações constantes de troca com o Egito<sup>244</sup>.

A identificação de Kush como uma semi-periferia encaixa-se no critério utilizado por Roxana Flammini para excluir a Baixa Núbia do Reino Médio desta categoria. No Reino Novo, a administração de Kush fora deixada nas mãos das elites nativas.

Segundo Thomas Hall, a semi-periferia é uma área que desfruta de algumas benesses sem arcar com certos custos, por gozar da vantagem de uma posição geopolítica favorável<sup>245</sup>. No caso de Kush, sua localização era de importância fundamental nas trocas com Kerma e com o Sudão Central, que abasteciam a elite egípcia com bens de prestígio.

Os indivíduos das classes dominantes das semi-periferias tinham autonomia suficiente para negociar com as áreas centrais em busca de benefícios que fortalecessem seu poder sobre os outros grupos da região. Esta situação é denominada por Nick Kardulias como “periferia negociada”<sup>246</sup>. Como toda relação baseada na troca de dádivas, a ligação entre Egito e Kush também comportava negociações, nas quais a elite periférica tratava de se aproximar do centro em busca de elementos de prestígio materiais e imateriais para consolidar sua dominação local.

Apesar de angariar ultimamente cada vez mais defensores – como Stuart Smith – a tese de Morkot acerca da dominação indireta de Wawat, é criticada por um grande número de egiptólogos. Tal tese baseia-se quase totalmente em vestígios, ou melhor, na falta de vestígios arqueológicos que caracterizassem a dominação de Kush como direta, como as cidades templárias construídas em Wawat. É justamente no ponto do projeto arquitetônico, pelo menos no plano ideológico, que o trabalho de David O’Connor vai contra o de Morkot.

Se considerarmos a oposição dual egípcia caos/ordem, podemos identificar a criação de edificações como uma forma de ordenar o mundo. A “terra negra” ordenada é caracterizada por cidades muradas, templos, palácios e estruturas funerárias. O mundo estrangeiro, desprovido de

---

<sup>244</sup> CARDOSO, Ciro. “Comparação de Dois Impérios Nilóticos...”. *Op. Cit.* p. 4-5.

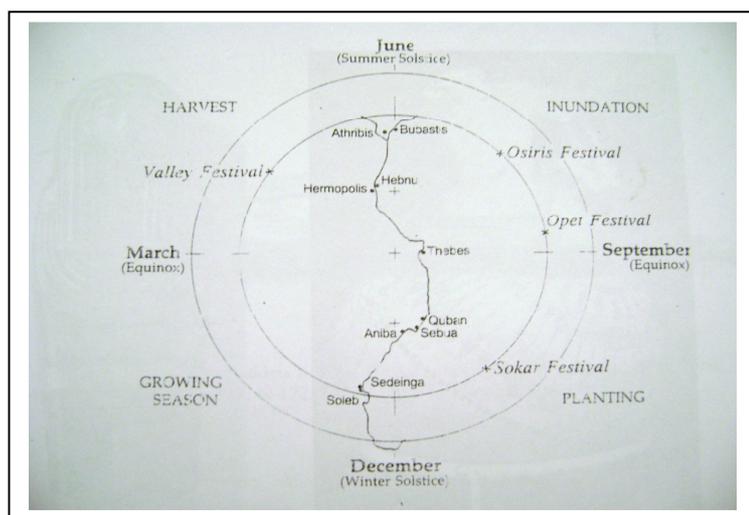
<sup>245</sup> HALL, Thomas. “World-Systems and Evolution: An Appraisal”. In: KARDULIAS, Nick (Edit.). *World-Systems Theory in Practice. Leadership, Production, and Exchange*. Laham-Boulder: Rowman & Littlefield Publishers, 1999. pp. 1-14. A citação é referente à p. 13.

<sup>246</sup> KARDULIAS, Nick P. “Preface”. In.: \_\_\_\_\_ (Edit). *Op. Cit.* p. xviii.

tais construções, era o ambiente do caos. Neste sentido, para os egípcios, construir era uma forma de ordenar o mundo e este era um dos motivos que levava qualquer faraó a criar um projeto arquitetônico de monumentos para todo o Egito.

David O'Connor chama atenção para o caráter ideológico desses projetos arquitetônicos e sua relação com a visão de mundo egípcia. No caso específico de Amenhotep III, fica claro que seu projeto estendia-se por toda margem do Nilo até Soleb, na quarta catarata. Desta forma, Wawat e Kush eram vistas como partes integrantes do Egito e seu cosmo organizado<sup>247</sup>.

O plano de Amenhotep III era representar a cosmogonia egípcia em uma escala macro a partir da disposição das construções religiosas erigidas desde o Delta até a Alta Núbia, com Tebas no centro, conforme a ilustração:



**Ilustração 8: Projeto Arquitetônico Nacional de Amenhotep III**<sup>248</sup>

Os extremos setentrional e meridional representariam os solstícios de verão e inverno, respectivamente, deixando a localização de Tebas na linha equinocial. Outrossim, o norte estaria relacionado com o Reino Solar, ao sul, com o Lunar.

A não incorporação das localidades subjugadas na Síria-Palestina demonstra que a dominação naquelas áreas exercia-se de forma indireta a ponto dos próprios egípcios não considerarem a região como parte de seu cosmo organizado. No sentido contrário estava a Núbia,

<sup>247</sup> O'CONNOR, David. "The City and the World: Worldview and Built Forms in the Reign of Amenhotep III". In: e CLINE, Eric. *Amenhotep III. Op. Cit.* pp. 125-172.

<sup>248</sup> O'CONNOR, David. e CLINE, Eric. *Amenhotep III.... Op. Cit.* Figura 5.1.

que, pelo menos ideologicamente, era vista como parte integrante da “terra negra” durante a XVIIIª Dinastia.

Se no Reino Médio a base da dominação egípcia haviam sido as fortalezas, tal política foi modificada no Reino Novo, principalmente a partir do reinado de Thutmés II, com o investimento na ocupação da Núbia através da construção de cidades templárias de tipo egípcio, tanto em Wawat quanto em Kush.

As cidades eram construções planejadas com estrutura de tijolos e muralhas com torres nos cantos. Elas eram erigidas ao redor de templos de pedra e continham, além deles, residências e oficinas.

Muralhas eram elementos comuns entre as urbes e as fortalezas. Tal como na “terra negra” elas tinham significado simbólico de limites entre o mundo caótico e ordenado. Todavia, a ausência de fossos, principalmente nas áreas dos portões é um indício para diferenciar as cidades dos fortes típicos do Reino Médio e reformados no período de unificação posterior.

A escolha da localização das cidades templárias não foi aleatória. Aparentemente elas foram estabelecidas nas áreas mais populosas e importantes da Núbia, onde os egípcios derrotavam seus inimigos. Tal padrão ajuda a entender estes assentamentos como ferramentas de colonização.

Quanto à ocupação das cidades, Robert Morkot afirma que não há como ter certeza de que seus habitantes fossem somente colonos egípcios, mas acredita que fossem, no máximo, egípcios-núbios<sup>249</sup>. Tal estratégia aponta para uma tentativa de substituir uma ocupação de tipo militar por uma colonização civil, voltada para a incorporação econômica da região – papel distinto daquele exercido pelas fortalezas.

Barry Kemp tira duas conclusões principais da análise das cidades templárias, no que se relaciona à administração egípcia da Núbia. Primeiro, a existência de templos em áreas isoladas como Gebel Barkal demonstraria a segurança da presença egípcia na região. Segundo, a distribuição das cidades templárias provavelmente seguia o molde do poder político nativo pré-ocupação egípcia<sup>250</sup>.

---

<sup>249</sup> MORKOT, Robert. “Egypt and Nubia”. *Op. Cit.* p. 235.

<sup>250</sup> KEMP, Barry. “Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 B.C.).” *In: GARNSEY, P. D. A. & WHITTAKER, C. R. (orgs.). Imperialism in the Ancient World.* Cambridge: Cambridge University Press, 1978. pp. 7-57. A citação relaciona-se às pp. 26-29.

Como visto acima, Morkot discorda de uma ocupação egípcia efetiva da área da Alta Núbia. Neste sentido, vê as construções na região como uma série de fundações de duração limitada, que serviam como principais centros administrativos de reinos locais, sendo substituídas mais tarde. Segundo o autor, os centros egípcios eram como as “Mansões de Milhões de Anos” estabelecidas para o culto funerário na “terra negra”. Ou seja, deveriam ser realocados, ainda que não totalmente abandonados. Somente o pessoal administrativo era removido. Assim, os centros “urbanos” da Núbia não eram ocupados ao mesmo tempo e eram localidades habitadas pela elite, uma vez que a maioria da população local estava dispersa pela terra agricultável<sup>251</sup>.

Fosse qual fosse o papel local dos templos e das cidades ao seu redore, eles eram manifestações do poder real e tinham um papel distinto da simples intimidação da população local. Neste sentido, a imposição do culto ao panteão egípcio fez com que divindades como Amon continuassem a ser adoradas pelos nativos, mesmo após o fim da ocupação. Segundo William Adams, isso significou a substituição de uma repressão física, representada pelas fortalezas, por uma dominação de caráter mais ideológico<sup>252</sup>.

Resta dizer que os indícios arqueológicos apontam para uma mudança do centro administrativo egípcio na Núbia para Soleb durante o final da XVIIIª Dinastia, mais especificamente no reinado de Tutankhamon<sup>253</sup>.

### 3.2.3 A Exploração Econômica da Núbia

A conquista de riquezas econômicas na Núbia não deve aparecer como nenhuma novidade para qualquer observador. Há visões, todavia, que diminuem o papel dos ganhos materiais na conquista egípcia da região ao sul da primeira catarata. Como visto no capítulo anterior, Barry Kemp foi enquadrado na corrente dos materialistas no que diz respeito à motivação para a expansão imperial da “terra negra”. O egiptólogo inglês, entretanto, não indica os benefícios

---

<sup>251</sup> MORKOT, Robert. “Egypt and Nubia”. *Op. Cit.* p. 237.

<sup>252</sup> ADAMS, William Y. “The First Colonial Empire: Egypt in Nubia 3200-1200 B.C.”. *In: Comparative Studies in Society and History*. Vol. 26. Nº. 1. Cambridge: Cambridge University Press, Jan. 1984. pp. 36-71. Citação referente à p. 60.

<sup>253</sup> PELLINI, José Roberto. *Arqueologia Espacial e as Esferas de Troca: Um Estudo do Sistema Econômico Egípcio durante o Novo Império*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2005. p. 193.

econômicos *stricto sensu* como o principal impulso para o movimento imperialista. Na verdade, no caso da Núbia, o domínio teria sido motivado principalmente por uma mentalidade burocrática característica da fração escriba da classe dominante, em busca de ganhos políticos e, em segundo plano, econômicos<sup>254</sup>.

O modelo de Kemp parte da estrutura administrativa das cidades templárias, que incluiria escribas, militares e prefeitos enviados para a Núbia como responsáveis pela recolha de tributos locais, pagos em gênero e bens de prestígio arrecadados em terras privadas. Contrariando a teoria por nós descrita de que a maior parte do aparato burocrático era composta por elementos recrutados na elite local, Kemp pensa em ganhos econômicos individuais, como as terras distribuídas em pagamento aos serviços militares e templários ligados à administração egípcia.

Os benefícios do imperialismo meridional para o Estado faraônico estariam, assim, mais ligados ao aumento da extensão da área estatal, em conjunto, com motivos expansionistas religiosos. Segundo Kemp,

**... o resultado da política egípcia na Núbia era aumentar, talvez consideravelmente, o número de pessoas que, por cultura ou oportunidade, eram, de fato e, neste sentido o que importava mais na época, egípcios.**<sup>255</sup>

O aumento territorial foi, como visto no primeiro capítulo, apontado por Antonio Gramsci como uma das condições necessárias para a construção de uma potência hegemônica com atividade estatal autônoma que influencie outras sociedades. Outra das condições, segundo Benedetto Fontana, seria o tamanho da população<sup>256</sup>. Desta maneira, ao incorporar administrativamente parte da Núbia, o Egito criava condições para alcançar o *status* de potência hegemônica do Oriente Próximo na Era do Bronze Tardio.

Para Kemp, a lógica de exploração da Núbia a partir da instalação de cidades templárias não proporcionava um fluxo centrípeta de riqueza para o núcleo do império. A conquista teria imposto uma indiscutível transformação na economia local. Primeiro, mediante uma tentativa de aumentar a produção agrícola, uma vez que o modelo nativo era baseado principalmente no

---

<sup>254</sup> KEMP, Barry. *Op. Cit.* p. 33

<sup>255</sup> *Idem, Ibidem.* p. 34.

<sup>256</sup> FONTANA, Benedetto. “Hegemonia e Nova Ordem Mundial”. In: COUTINHO, C. N. & Teixeira, A. P. (org). *Ler Gramsci, Entender a Realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 113-125 A citação é referente à p. 120`.

pastoreio. O aumento da produtividade agrícola serviria para encher os silos estatais dos templos instalados no território núbio e sustentar a estrutura egípcia.

William Adams concorda com a modificação da economia local, apontando para uma substituição do padrão comunitário de propriedade da terra, característico do Grupo C, por uma forma estatal, característica do modo de produção palatino e, portanto, baseada em templos e palácios. Tal modificação teria sido responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas locais e a conseqüente evolução, de uma produção pastoril para outra agrícola e intensiva, voltada para o sustento da classe dominante instalada na burocracia administrava e templária<sup>257</sup>.

Houve, portanto, uma exportação do modelo redistributivo característico da “terra negra”. Neste sentido, Kemp aponta para um consumo local dos benefícios conquistados na colonização da Núbia, sem grandes transferências para o Egito – fato que o leva a buscar na política e na religião os benefícios que garantiam a manutenção do imperialismo.

Compartilhamos com Roxana Flammini e Stuart Smith a noção de que, pelo contrário, a motivação econômica era, desde o Reino Médio, primordial para a expansão imperial egípcia<sup>258</sup>. Para o segundo autor, esta motivação não era apenas estatal, mas também privada, uma vez que ele acredita que colonos egípcios expatriados agiam como patrocinadores de navios e caravanas comerciais voltadas para a aquisição de bens de prestígio direcionados a suprir a demanda do consumo conspícuo da classe dominante da “terra negra”<sup>259</sup>.

Apesar da tentativa de desconstruir a oposição taxativa entre modernistas e primitivistas na Economia Antiga, Stuart Smith pende para o primeiro lado, afirmando a existência de uma motivação para a ação econômica baseada na busca de lucro e a presença de comércio privado no Egito mesmo na XVIIIª Dinastia ou no Reino Médio. Acreditamos, por outro lado, que as trocas até o início do Reino Novo eram controladas pelo aparelho estatal e só a partir da XIXª Dinastia, com a finalização do processo de surgimento do indivíduo, houve comércio privado – como conseqüência, inclusive, da política de expansão egípcia, que aumentou enormemente o contato com outros povos.

---

<sup>257</sup> ADAMS, William. *Op. Cit.* p. 59-60.

<sup>258</sup> Neste sentido, Roxana Flammini afirma em relação ao Reino Médio que “... o objetivo principal do avanço egípcio sobre a Baixa Núbia era controlar a troca de bens de prestígio entre Egito e Kerma”; e Stuart Smith que no Reino Novo “...a natureza do imperialismo egípcio na Baixa Núbia era inerentemente econômica, condicionada por objetivos imperiais e pelo caráter da infra-estrutura local numa estratégia de minimização de custos”. FLAMMINI, Roxana. *Op. Cit.* p. 60. e SMITH, Stuart. *Askut in Núbia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millenium B.C.* London: Kegan Paul International, 1995. p. 22.

<sup>259</sup> SMITH, Stuart. *Wretched Kush.... Op. Cit.* p. 69-71.

Não há dúvidas de que o modelo redistributivo foi implantado na Núbia com a construção de templos e a doação de terras para seu sustento. Isto fica claro a partir do pagamento do *bskw(t)*, voltado diretamente para a redistribuição local e o sustento templário.

A presença de uma lógica redistributiva, entretanto, não é oposta nem à motivação econômica do imperialismo, nem, muito menos, ao fluxo centrípeto de bens para o Egito. Neste sentido, enquanto a produção agrícola – finança básica – ficava retida na periferia, os produtos de luxo – finança de riqueza – fluíam para o centro. No caso da Núbia, os bens de prestígio eram conseguidos através da exploração direta, principalmente dos minérios, ou por meio das trocas que alcançavam o Sudão Central.

Se a Baixa Núbia possuía uma produtividade agrícola somente capaz de sustentar uma economia de subsistência, em contraste, era naquela altura do Nilo que estavam localizadas as maiores jazidas auríferas da área de domínio egípcia. O mapa da Ilustração 9 demonstra a presença de um total de 15 minas de ouro em atividade na XVIIIª Dinastia nas margens do rio entre a segunda e a terceira catarata, enquanto a maior reserva de ouro estava no Deserto Oriental, acessível por rotas que partiam da região entre a primeira e a segunda catarata, onde existiam cerca de três dezenas de minas localizadas de 160 a 240 quilômetros de distância do Nilo, aproximadamente.

Assim, a exploração do ouro de Wawat requeria o controle direto da Baixa Núbia, para garantir a segurança da principal rota para o Deserto Oriental, que estava localizada a cerca de 110 quilômetros de Aswan.

Os primeiros movimentos expansionistas para o sul, com Ahmés no início do Reino Novo, parecem ter sido no sentido de restabelecer os monopólios de troca do Reino Médio, enquanto, segundo William Adams:

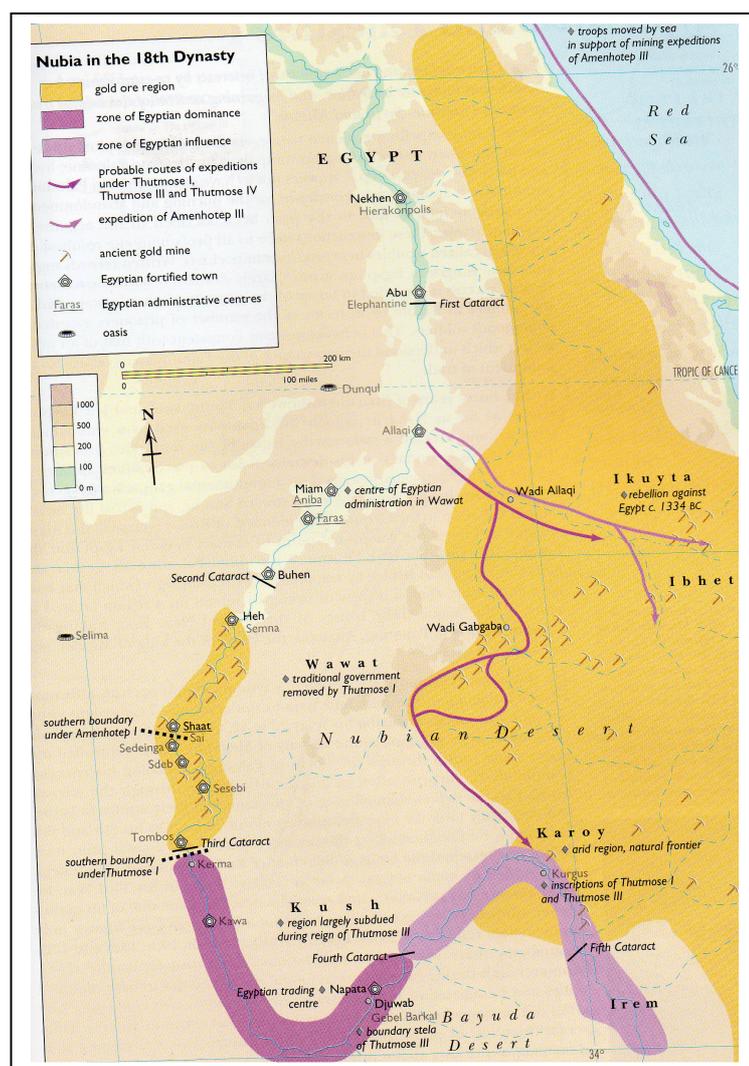
**... a expansão meridional dos Thutméssidas, que marca a real transição da política do monopólio das trocas do Reino Médio para a política de anexação do Reino Novo, provavelmente coincidiu com a explosão da prospecção de ouro e com o início da produção.<sup>260</sup>**

Ainda segundo Adams, enquanto o ouro servia apenas como bem de luxo, sua produção poderia continuar baseada somente em fontes domésticas. A partir dos Thutméssidas, contudo, a necessidade de financiar operações militares na Ásia levou ao desenvolvimento de fontes estatais

---

<sup>260</sup> ADAMS, William. *Op. Cit.* p. 61.

e impulsionou os egípcios ao Deserto Oriental. De qualquer forma, já demonstramos no capítulo anterior o papel do ouro nas relações internacionais e imperiais da “terra negra” no Oriente Próximo.

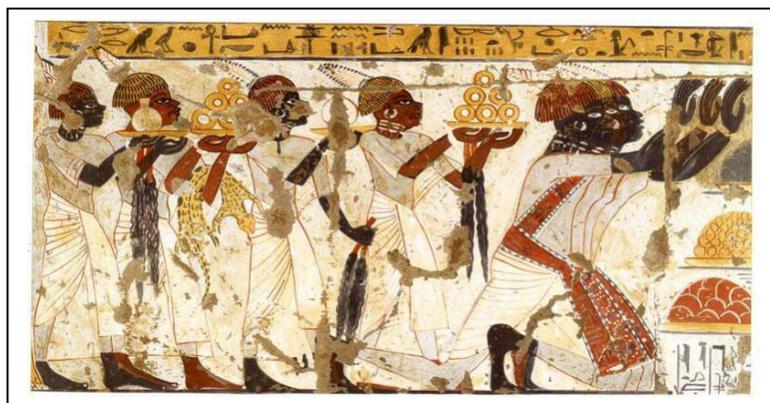


**Ilustração 9: Mapa da Núbia na XVIIIª Dinastia<sup>261</sup>**

O fluxo centrípeto de ouro no império egípcio é bem comprovado em diferentes tipos de fontes. Textualmente, as referências ao metal dourado núbio são abundantes. Para exemplificar, todos os anos cobertos pelos *Anais* de Thutmés III contam com entregas de ouro tanto de Wawat, quanto de Kush. Além disto, as inscrições e cenas das tumbas dos vice-reis também relatam a

<sup>261</sup> MANLEY, Bill. *The Penguin Historical Atlas of Ancient Egypt*. London: Penguin Books, 1996. p. 69.

entrega do metal. A Ilustração 10 mostra um detalhe da já citada tumba do “Filho Real de Kush”, Huy, que contém núbios carregando anéis de ouro para o pagamento do tributo.



**Ilustração 10: Cena da Tumba de Huy, vice-rei da Núbia durante o reinado de Tutankhamon<sup>262</sup>**

No caso de Kush, a Alta Núbia, a produtividade pastoril era alta – levando o Egito a cobrar entregas de gado – e o acesso às rotas para o Sudão Central através de trocas com Kerma garantia o fluxo de bens de prestígio diferentes do ouro. Os *Anais* de Thutmés III também são bastante expressivos em relação ao tributo pago em animais ou diversos produtos de luxo. O texto é formulaico, diferindo apenas nas quantidades em relação aos anos. Um exemplo é o do trigésimo oitavo ano de reinado daquele faraó:

**Contribuição do maldito Kush: [...] *deben* e 6 *qidet* de ouro, 36 dependentes homens e mulheres núbios, 111 bois e vacas, 185 touros, 306 no total; além dos barcos carregados com marfim, ébano e todo o típico que oferece esta terra, junto com a colheita desta terra. Contribuição de Wawat: 2.844 *deben* [de ouro], 16 dependentes homens e mulheres núbios, 77 bois e vacas; além [dos barcos] carregados com todo o típico que oferece esta terra.<sup>263</sup>**

A análise do texto completo dos *Anais* mostra com clareza o que fica escondido neste trecho específico, que é a quantidade extremamente menor de ouro entregue por Kush do que por Wawat. Por outro lado, o número de bovinos no tributo do primeiro é quase quatro vezes maior do que o da segunda região. Outro aspecto importante é que, enquanto para Baixa Núbia não há

<sup>262</sup> DAVIES, Nina & GARDINER, Alan. *The Tomb of Huy, Viceroy of Nubia in the reign of Tutankhamun*. London: Egyptian Exploration Society, 1926. Platas disponíveis em <http://wysinger.homestead.com/tombofhuy.html>.

<sup>263</sup> GALÁN, José M. *El Imperio.... Op. Cit.* p. 94

especificação das coisas boas oferecidas por aquela terra, em relação à área além da terceira catarata estão sempre presentes o marfim e o ébano – bens de grande prestígio conseguidos em trocas com o Sudão Central, bem como peles de animais, unguentos, incenso e outros.

Gado e bens de prestígio aparecem como *inw* e *b3kw(t)* recolhidos na Alta Núbia. Isto suscita a problemática da interpretação destes conceitos, seja como tributos, seja como dádivas que implicam em reciprocidade. A tese, já apresentada, de Robert Morkot é de que esses produtos chegam ao Egito através de trocas entre a elite faraônica e as elites locais núbias. Por outro lado, concordamos com os egiptólogos que defendem o domínio direto da região entre a terceira e a quarta cataratas com o intuito de eliminar intermediários nas trocas com Kerma, levando à exploração possibilitada pelo domínio imperial, o que, todavia, não descarta a conquista de vantagens pelas elites nativas.

O exemplo da discussão supracitada concentra-se nas definições possíveis para *inw*. A partir da comparação com fontes como as *Cartas de Amarna*, Morkot afirma que o *inw* é a prova de que a relação estabelecida era a de reciprocidade na troca de dádivas, segundo ele:

**Reconhecer *inw* como um indicativo de uma relação social introduz a questão da obrigação recíproca, com seu corolário de que uma relação social recíproca não pode ser completamente exploradora. Já que o *inw* era apresentado pelos governantes kushitas ao faraó, devemos reconhecer que o faraó dava presentes aos governantes kushitas em retorno.<sup>264</sup>**

Desta maneira, o Egito mantinha com a Alta Núbia a mesma relação que tinha com os principados da Síria-Palestina. Stuart Smith destaca o papel da reciprocidade na definição do *inw*, mas dá ênfase para seu caráter de exploração, apresentando as requisições de índices mínimos de *inw* como principais fontes para seu argumento<sup>265</sup>.

O ponto central da questão é de que o estabelecimento da relação sócio-econômica representada pelo termo *inw* não garante sozinho o argumento de Morkot, uma vez que a mesma relação apresentava-se com áreas dominadas ou não, tal como em Wawat. Acreditamos que o fator mais interessante a ser ressaltado é o de que, independentemente do domínio direto faraônico sobre a região, a exploração gerava vantagens, maiores ou menores, para as elites e talvez para toda população local.

---

<sup>264</sup> MORKOT, Robert. "Nubia in the New Kingdom". In: DAVIES, W. V. (Edit.). *Egypt and Africa. Nubia from Prehistory to Islam*. London: British Museum and Egypt Exploration Society, 1991. pp. 294-301. A citação é da p. 300.

<sup>265</sup> SMITH, Stuart. *Wretched Kush.... Op. Cit.* p. 70.

Os benefícios das elites núbias não são difíceis de ser constatados a partir da arqueologia, uma vez que objetos egípcios são comumente encontrados nas tumbas das classes dominantes até Kerma. Quanto ao restante da população, parece aceitável acreditar que poderia se favorecer em momentos de baixa da produção agrícola com os silos locais abastecidos através do recolhimento do *b3kw(t)* – parte redistribuída do tributo.

Os relatórios de entregas de tributos presentes nos *Anais* de Thutmés III também enfatizam o número de seres humanos recebidos pelo Egito, seja de Wawat ou de Kush. Esta questão leva a uma discussão conturbada acerca da existência ou não de um declínio populacional na Núbia a partir da dominação egípcia.

A manipulação forçada da população núbia é atestada em diversas fontes. Muitos nativos daquela região foram levados ao Egito, seja para servir no exército, na corte ou mesmo para colonizar as terras do Delta do Nilo em conjunto com asiáticos deportados – aparentemente muito mais numerosos.

A partir de meados da XVIIIª Dinastia, começa-se a notar uma diminuição no número de tumbas encontradas, o que representa provavelmente um declínio no número de habitantes da região da Núbia dominada pelo faraó, tanto de egípcios quanto de nativos. Este movimento se intensifica na XIXª e na XXª Dinastia e, segundo Barry Kemp, as explicações para isto giram em torno de reversos ecológicos naturais e de efeitos da exploração agressiva, relacionada à substituição do modelo de produção local pela redistribuição característica da “terra negra”<sup>266</sup>.

Robert Morkot discorda da existência de um declínio produtivo e populacional, vendo-o como uma interpretação errônea dos dados disponíveis. Não há dúvidas de que a produção aurífera diminuiu substancialmente na XXª Dinastia, mas não parece ter sido este o motivo para o abandono egípcio da região<sup>267</sup>. Outros foram os fatores que levaram à retirada e estão ligados à impossibilidade de manter um império frágil como o faraônico, ao escassearem os recursos para isto.

### **3.3 Conclusão**

---

<sup>266</sup> KEMP, Barry. *Op. Cit.* p. 39

<sup>267</sup> MORKOT, Robert. “Egypt and Nubia”. *Op. Cit.* pp. 242-243.

Não há dúvidas de que a dominação de pelo menos parte da Núbia foi extremamente diferente daquela exercida pelo Egito na Síria-Palestina. Isto se relaciona a uma série de causas e consequências. Entre elas a extensão do rio Nilo e o caráter sagrado dele e das terras à sua volta é de importância fundamental.

Em primeiro lugar, a continuidade física criava uma justificativa ideológica para a incorporação de parte do território núbio desde o Reino Médio, gerando para o Reino Novo uma idéia de reconquista. Em segundo, a facilidade de transporte e comunicação criada pelo rio possibilitava trocas rápidas que alcançavam o Sudão Central.

A indissociabilidade desses dois aspectos demonstra claramente como a dominação da Núbia não pode ser vista como um movimento impulsionado unicamente por ganhos econômicos ou motivações ideológicas – uma dificuldade de interpretação, aliás, característica das sociedades pré-capitalistas como um todo.

Isto não significa dizer, todavia, que não havia uma racionalidade relacionada a ganhos materiais na expansão imperialista. O movimento de anexação administrativa e cultural da Baixa Núbia, com um sistema civil e religioso nos moldes egípcios, gerava claros ganhos centrípetos, principalmente de bens de luxo. Não dar atenção a este fato pode levar um pesquisador a cair numa defesa – voluntária ou não – da dominação imperial.

O apoio ideológico a um império não é a única dificuldade em que podemos esbarrar ao tratar da Núbia. Não é incomum ler a explicação simplista de que o Egito só anexou Wawat por causa da facilidade devida ao baixo desenvolvimento tecnológico daquela população em relação àquelas da Síria-Palestina. De fato, não podemos afirmar que houvesse um mesmo nível de desenvolvimento das forças produtivas nos dois locais, mas esta não é uma questão monocausal, já que o interesse nas jazidas de ouro certamente levou a um maior dispêndio de energia na região por sua maior riqueza mineral.

A resistência das populações da Alta Núbia a uma incorporação com egípcianização, como ocorrido na porção meridional é uma demonstração da impossibilidade de tal tratamento monocausal. Em Kush, o mais provável é que tenha ocorrido uma relação com maiores benefícios e liberdades para a classe dominante local, caracterizando uma relação semi-periférica ou uma negociação periférica.

De qualquer maneira, o estabelecimento de diferentes formas de dominação na própria Núbia demonstra um nível razoável de complexidade nas táticas de exploração do império

egípcio, com relações distintas dependentes da força local, do interesse imperial e de outros fatores.

## Conclusão

A ligação com outras experiências passadas e com o mundo que lhes é presente capacita os historiadores a encontrarem brechas no tempo, que permitem comparações utilizadas tanto para dar sentido à pesquisa – em vista das preocupações sociais do profissional – quanto para auxiliar na criação de modelos sócio-antropológicos que podem facilitar a comprovação de hipóteses. Cientistas sociais como Robert Morkot, Ciro Cardoso e William Adams demonstram isto muito bem no relativo às considerações sobre o império egípcio, principalmente na Núbia.

Morkot faz questão de estudar a história das análises do domínio egípcio da Núbia e afirma que a historiografia em geral simplifica as relações entre as duas áreas no Reino Novo, partindo de uma série de preconceitos do século XIX relativos à inferioridade dos principados negros<sup>268</sup>. Isto deriva, é claro, da incorporação da ideologia imperialista britânica, que via a África como um continente primitivo dependente da ação “civilizacional” europeia.

Na tentativa de construir um modelo calcado nas justificativas para a expansão imperial, William Adams compara a carga negativa do conceito vitoriano de “África Negra” – que implicava a necessidade moral de uma “missão civilizatória” para levar as luzes do iluminismo europeu – com a expressão egípcia antiga “Miserável Kush”. Segundo o egiptólogo, tal vocativo professava uma espécie de superioridade que incidentalmente fornecia uma cobertura para a dominação colonial<sup>269</sup>.

Adams avança em sua comparação do Império Egípcio com a ação neocolonial europeia na África encontrando cinco pontos em comum entre os dois processos históricos: 1) a imposição de um controle militar; 2) a utilização de um modelo administrativo externo, com instituições exportadas para as áreas dominadas; 3) o controle estrangeiro da produção ligado à utilização da mão-de-obra nativa; 4) a introdução de formas de expropriação da produção e do trabalho, como taxas, corvéias, criadas para assegurar a apropriação dos excedentes locais; 5) o estabelecimento de um sistema de doutrinação baseado na aculturação das áreas submetidas

---

<sup>268</sup> MORKOT, Robert. “Nubia in the New Kingdom”. In: DAVIES, W. V. (Edit.). *Egypt and Africa. Nubia from Prehistory to Islam*. London: British Museum and Egypt Exploration Society, 1991. pp. 294-301. A citação é da p. 294.

<sup>269</sup> ADAMS, William. Y. “The First Colonial Empire: Egypt in Nubia 3200-1200 B.C.”. In: *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 26. Nº. 1. Cambridge: Cambridge University Press, Jan. 1984. pp. 36-71. Citação referente à p. 36.

através da educação e da construção de uma ligação ideológica com as elites locais, com base em interesses comuns<sup>270</sup>.

Já que o conceito de imperialismo foi criado para designar o neocolonialismo europeu do século XIX, não há, portanto, impedimentos para adaptá-lo à realidade egípcia do II Milênio a.C. se constatamos essas semelhanças. Neste sentido, o Egito criou um império baseado na dominação de diversas áreas, estabelecendo com elas uma relação de centro-periferia na qual há um movimento majoritariamente centrípeto de riquezas.

Como visto no segundo capítulo, a existência deste fluxo não implica necessariamente na caracterização do sistema como mundial, no sentido dado por Immanuel Wallerstein. No caso egípcio, a dominação se dava basicamente pela coerção político-militar – expressa na tributação – e não por uma exploração majoritariamente econômica baseada tanto na diferença tecnológica entre centro e periferia, quando no desequilíbrio de mercado.

Não há dúvidas, entretanto, da existência de uma relação centro-periférica no império egípcio. O núcleo era composto por elites consumidoras de recursos conseguidos por meio da exploração das áreas periféricas, que eram identificadas através de uma rede de alianças que integrava as elites do centro do império com as nativas – na tentativa destas de se reproduzirem como classe dominante. Um segundo fator que diferenciava o centro da periferia era a distribuição desigual dos custos da manutenção do sistema, que recaíam principalmente sobre as populações dos locais submetidos, independente de sua classe social – já que as elites nativas também arcavam com custos desproporcionais em relação à classe dominante imperial.

Apesar de não haver uma dominação baseada na desigualdade comercial, existia um desequilíbrio na troca de bens de luxo ou prestígio, que eram os principais produtos a fluir centripetamente, já que o transporte de grandes quantidades de bens de consumo, como grãos, era extremamente difícil e custoso.

As dificuldades de transporte e comunicação tornavam a dominação imperial muito custosa, o que fez com que se buscassem formas alternativas de exploração a partir da construção de um projeto voltado para a minimização de custos através da utilização das estruturas de produção e apropriação locais das áreas submetidas. Neste sentido, o primeiro passo era a cooptação das elites nativas, executado com a concessão de benefícios – materiais e imateriais –

---

<sup>270</sup> *Idem, Ibidem.* p. 65.

que mantivessem seus *status* de classes dominantes locais, exercidos em conjunto com o papel de representantes e administradores imperiais.

No caso egípcio, a estratégia de minimização de custos se deu de diferentes formas, relacionadas à maior ou menor necessidade de controle direto sobre a área dominada. Na Baixa Núbia, conhecida como Wawat, houve a anexação ao território da “terra negra”, executada através de um processo de colonização e egípcianização, sem deixar de privilegiar os príncipes locais. Isto se deu principalmente pelo papel estratégico da região, relacionado à produção aurífera, essencial para a manutenção da dominação imperial em outras áreas.

Por outro lado, a exploração tanto da Alta Núbia quanto dos principados da Síria-Palestina deu-se a partir da criação de principados mais ou menos frouxos, nos quais o Egito evitou o controle direto. Tal tática proporcionou o estabelecimento de uma relação de negociação periférica, na qual as elites locais mantiveram a cultura nativa e contaram com vantagens inexistentes na parcela da Núbia que fora anexada.

A estratégia imperial de minimização de custos tem ligação direta com o modo de produção daquela formação social, que priorizava a independência das unidades produtivas – comunidades aldeãs –, mantendo a estrutura central com a tributação do excedente.

O domínio sobre a Baixa Núbia na XVIIIª Dinastia partiu da reconquista dos fortes faraônicos construídos naquele território durante o Reino Médio. A partir deles, iniciou-se um processo de colonização baseado na edificação de cidades-templárias de tipo egípcio, que agiam professando a ideologia e a cultura da “terra negra”. Assim, a submissão econômica andava lado a lado com a dominação ideológica.

A incorporação administrativa e cultural de Wawat fez-se necessária para assegurar ao máximo o acesso às minas de ouro, fosse na região, ou no Deserto Oriental – acessível por rotas que partiam da Baixa Núbia. A produção aurífera seguia para o centro do império, onde era utilizada tanto para manutenção da classe dominante, quanto nas relações internacionais com grandes e pequenos governantes do Oriente Próximo, entendidos respectivamente como “irmãos” e “vassalos”.

O fluxo centrípeto de riquezas – ou finança de riqueza – só era possível porque havia uma redistribuição local de parte dos tributos, principalmente na forma de bens de subsistência – finança básica. Desta maneira, as elites nativas das áreas dominadas eram beneficiadas com a redistribuição da finança básica, que também servia para sustentar estruturas administrativas

egípcias, como templos, por exemplo, enquanto os bens de luxo ou prestígio – de transporte mais fácil – destinavam-se à manutenção da classe dominante do centro imperial.

Não só a redistribuição era utilizada nas relações imperiais. A reciprocidade tinha papel fundamental nas relações internacionais, garantindo o *status* de grande reino para o Egito e mantendo seu papel de grande potência ou potência hegemônica do Oriente Próximo ao lado de Hatti, Mitanni e da Babilônia. Tal papel era exercido por meio da pressão sobre os reinos vassallos, obrigados a ceder às demandas egípcias para poupar uma ação repressiva militar, o que proporcionava parte dos ganhos de uma ação deste tipo sem seus custos.

Há, contudo, espaço nesta trama de domínio imperial para a resistência. Estados vassallos da Síria-Palestina desenvolveram formas de subversão a partir da utilização da própria ideologia como forma de pressão, cobrando ao faraó as ações que eram de sua responsabilidade no jogo imperial – como a segurança dos vassallos. No caso da Baixa Núbia, a resistência se deu, por exemplo, através da influência no sentido inverso da egípcianização, com a modificação da religião da “terra negra” no sentido de responsabilizar o faraó pela pós-vida dos estrangeiros.

A condição de negociação periférica adquirida pela Alta Núbia fez com que aquela região se mantivesse no sistema imperial durante o tempo em que as elites nativas conseguissem benefícios. A partir do momento em que essas vantagens acabaram, Kush estava preparada para a revolta e para uma nova autonomia.

Por fim, com tudo isto, acreditamos ter sido possível provar nossa hipótese de trabalho, demonstrando que a singularidade da dominação sobre Baixa Núbia em relação a outras regiões submetidas – incluindo um processo de colonização e egípcianização – refletia a necessidade egípcia de conseguir recursos para a expansão e manutenção do seu projeto imperial através do controle mais intenso de uma região de grande riqueza aurífera e da utilização desta produção das relações internacionais no Oriente Próximo.

## Bibliografia

- ADAMS, William Y. *Núbia: Corridor to África*. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- \_\_\_\_\_. “The First Colonial Empire: Egypt in Nubia 3200-1200 B.C.”. In: *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 26. Nº. 1. Cambridge: Cambridge University Press, Jan. 1984. pp. 36-71
- ALCOCK, Susan (Edit.). *Empires*. Cambridge: The Cambridge University Press, 2001.
- ALDRED, Cyril. “Year Twelve at el-Amarna”. In: *Journal of Egyptian Archaeology*. Vol. 43. Egypt Exploration Society. Dez. 1957. pp. 114-117.
- AL-NUBI, Sheihk ‘Ibada. “O Soldado”. In: DONADONI, Sergio (Dir.). *O Homem Egípcio*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1994. pp. 133-159.
- ARAÚJO, Emanuel (Org. e Trad.) *Escritos para a Eternidade*. Brasília: Editora da UNB, 2000.
- BERNARDO, João. *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V-XV. Parte I. Sincronia, Estrutura Econômica e Social do Século VI ou Século IX*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1995.
- BLEIBERG, Edward. “The King’s Privy Purse Duringi New Kingdom: An Examination of INW”. In: *Journal of the American Research Center in Egypt*. Vol. 21. American Research Center in Egypt, 1984. pp. 155-167.
- \_\_\_\_\_. “The Redistributive economy in New Kingdom Egypt: An Examination of BAKu(t)”. In: *Journal of the American Research Center in Egypt*. Vol. 25. American Research Center in Egypt, 1988. pp. 157-168.
- BREASTED, James Henry (Edit. e Trad). *Ancient Records of Egypt. Vol. 2 The Eighteenth Dynasty*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2001.
- BRYAN, Betsy. “The 18<sup>th</sup> Dynasty before the Amarna Period (c. 1550-1069)”. In: SHAW, Ian (Org.). *The Oxford History of Ancient Egypt*. New York: Oxford University Press, 2000. pp. 207-264.
- BUSBY, Russel. *Imperialism in Early New Kingdom Egypt*. Sydney: Kaleidoscope Eyes, 2002.
- CABRAL, Ricardo Pereira. “O Império Pós-Moderno – uma Análise sobre a Estratégia de Engajamento e Expansão e o Posicionamento do Brasil”. In: SILVA, Francisco Carlos

- Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidney J. (Coord.). *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. pp. 451-457.
- CABRAL, Ricardo Pereira. “O Império Pós-Moderno – uma Análise sobre a Estratégia de Engajamento e Expansão e o Posicionamento do Brasil”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidney J. (Coord.). *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. pp. 451-457.
- CARDOSO, Ciro. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- \_\_\_\_\_, BOUZON, Emanuel, TUNES, Cássio. *O Modo de Produção Asiático. Nova Visita a um Velho Conceito*. São Paulo: Elsevier, 1990.
- \_\_\_\_\_. “Unidade e Diversidade no Antigo Oriente Próximo”. *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora da UNB, 1994. pp. 15-61.
- \_\_\_\_\_. *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora da UNB, 1994. pp. 15-61.
- \_\_\_\_\_. *Narrativa, Sentido, História*. Campinas: Papyrus, 1997.
- \_\_\_\_\_. “O Egito e o Antigo Oriente Próximo na Segunda Metade do Segundo Milênio: um olhar sobre os dons e contradons entre governantes no apogeu da Idade do Bronze. In: CARVALHO, Alexandre (Org). *Interação Social, Reciprocidade e Profetismo no Mundo Antigo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003. pp. 95-125.
- \_\_\_\_\_. *A unidade básica das representações sociais relativas ao culto divino e ao culto funerário no Antigo Egito (Período Raméssida: 1307-1070 a.C. segundo a cronologia convencional, 1295-1069 a.C. segundo a cronologia curta)*. Relatório de Pesquisa para o CNPq, 2003. Texto inédito cedido pelo autor.
- \_\_\_\_\_. *Economia e Trabalho no Egito Antigo*. Relatório de Pesquisa da Bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Niterói: 2007.
- \_\_\_\_\_. “Comparação de Dois Impérios Nilóticos: O Egito na Núbia e a Núbia no Egito (séculos XVI-VII a.C.)”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidney J. (Coord.). *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. pp. 3-14.
- \_\_\_\_\_. *Notas de Aula sobre Economia Antiga*. Texto inédito cedido pelo autor.
- CARVALHO, Alexandre. “Dom e contradom em Homero: debates e controvérsias”. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Interação Social, Reciprocidade e Profetismo no Mundo Antigo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003. pp. 67-94.

- \_\_\_\_ (org.). *Interação Social, Reciprocidade e Profetismo no Mundo Antigo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003.
- CASPERSON, Lee W. “The Lunar Dates of Thutmose III”. *The Journal of Near Eastern Studies*, Vol. 45, N.º 2. Chicago: The Chicago University Press, Abril 1986. pp. 139-150.
- C.E.R.M.. *O Modo de Produção Asiático*. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- CHASE-DUNN, C. & GRIMES, P. “World-Systems Analysis”. *Annual Review of Sociology*. Vol. 21. Baltimore: Annual Reviews, 1995. pp. 387-417.
- CHASE-DUNN, Chris. “Foreword”. In: KARDULIAS, Nick (org.). *World-Systems Theory in Practice. Leadership, Production, and Exchange*. Laham-Boulder: Rowman & Littlefield Publishers, 1999. pp. xi-xii.
- CUMMING, Bárbara. *Egyptian Historical Records of Later Eighteenth Dynasty*. England: Aris & Phillips, 1984 (4 fascículos).
- D’ALTROY, Terence & EARLE, Timothy. “Staple Finance, Wealth Finance, and Storage in the Inka Political Economy”. In: *Current Anthropology*. Vol. 26. No. 2. Chicago: The University of Chicago Press, 1985. pp. 187-206.
- DAVIES, W. D. (Edit.). *Egypt in Africa. Nubia from Prehistory to Islam*. London: British Museum Press, 1991.
- DAVIES, Nina & GARDINER, Alan. *The Tomb of Huy, Viceroy of Nubia in the reign of Tutankhamun*. London: Egyptian Exploration Society, 1926. Plates disponíveis em <http://wysinger.homestead.com/tombofhuy.html>.
- DONADONI, Sergio (Dir.). *O Homem Egípcio*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- EDGERTON, William. “The Government and the Governed in the Egyptian Empire”. In: *Journal of Near Eastern Studies*. Vol. 6, No. 3. Chicago: The University of Chicago Press, Julho de 1947. pp. 152-160.
- ENGLUND, Gertie. “Gods as a Frame of Reference. On Thinking and Concepts of Thought in Ancient Egypt”. In: \_\_\_\_ (Edit.). *The Religion of the Ancient Egyptians: Cognitive Structures and Popular Expressions*. Uppsala: Acta Universitatis Upsaliensis, 1989. pp. 7-28.
- \_\_\_\_ (Edit.). *The Religion of the Ancient Egyptians: Cognitive Structures and Popular Expressions*. Uppsala: Acta Universitatis Upsaliensis, 1989.

- EPSTEIN, Claire. "That Wretched Enemy of Kadesh". *Journal of Near Eastern Studies*, Vol. 22, N.º 4. Chicago: The University of Chicago Press, Out. 1963. pp. 242-246.
- FAULKNER, R. O. "The Battle of Megiddo". *Journal of Egyptian Archaeology*, Vol. 28. Egyptian Exploration Society, Dez. 1942. pp. 2-15.
- \_\_\_\_\_. "Egyptian Military Organization". *The Journal of Egyptian Archaeology*. Vol. 39. Egypt Exploration Society. Dez. 1953. pp. 32-37.
- FINLEY, Moses I. "Empire in the Greco-Roman World". *Greece & Rome*, vol. 25, n. 1, Abril, 1978.
- FLAMMINI, Roxana. "Ancient Core-Periphery Interactions: Lower Nubia During Middle Kingdom Egypt (CA. 2050-1640 B.C.)". In: *Journal of World-Systems Research*. Vol. XIV, N. 1. Washington: American Sociological Association, 2008. pp. 50-74.
- FONTANA, Benedetto. "Hegemonia e Nova Ordem Mundial". In: COUTINHO, C. N. & Teixeira, A. P. (org). *Ler Gramsci, Entender a Realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 113-125
- FONTANA, Josep. *História. Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru-SP: EDUSC, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A História dos Homens*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.
- FORBES, C. & GARNER, G. (org.) *Documents of The Egyptian Empire (1580-1830 a.C.)*. Melbourne: The Australian Institute of Archaeology, 1982.
- FRANK, André Gunder *et alii*. "Bronze Age World System Cycles [and Comments and Reply]". In: *Current Anthropology*. Vol. 34. No. 4. Chicago: The University of Chicago Press, Ago-Out 1993. pp. 383-429.
- FRIZZO, Fábio. *As Representações Funerárias do Reino Novo. Ideologia Real e Ideologia Particular (1550-1069 a.C.)*. Monografia de Conclusão de Curso. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.
- \_\_\_\_\_. "Na Aurora do Imperialismo: O Império Egípcio do XVI Século Antes de Cristo". *História e Luta de Classes*. nº. 6. Novembro, 2008. pp. 7-12.
- GALÁN, Jose M. *Victory and Border. Terminology related to Egyptian Imperialism in the XVIIIth Dynasty*. Hildesheim: Gerstenberg, 1995.
- \_\_\_\_\_. (Edit. e Trad.). *El Imperio Egipcio. Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C.*. Barcelona: Edicion de la Universitat de Barcelona, 2002.

- GARNSAY, P. D. A. & WHITTAKER, C. R. (orgs.). *Imperialism in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- GODELIER, Maurice. “A Antropologia Econômica”. In: GODELIER, M. et Alii. *Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1988. pp. 141-189.
- \_\_\_\_\_. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOHARY, Jocelyn. *Akhenaten’s Sed Festival at Karnak*. London and New York: Kegan Paul International, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HALL, Thomas D. World-Systems and Evolution: An Appraisal. KARDULIAS, Nick (org.). *World-Systems Theory in Practice. Leadership, Production, and Exchange*. Lanham-Boulder: Rowman & Littlefield Publishers, 1999. 1-24.
- JACOBY, Russel. O Mito do Multiculturalismo. \_\_\_\_\_. *O Fim da Utopia: Política e Cultura na Era da Apatia*. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2001. pp. 49-95.
- KARDULIAS, Nick (org.). *World-Systems Theory in Practice. Leadership, Production, and Exchange*. Laham-Boulder: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.
- KEMP, Barry. “Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 B.C.)” In: Garnsay, P. D. A. & WHITTAKER, C. R. (orgs.). *Imperialism in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. pp. 7-57.
- KOHL, Phillip. “The Ancient Economy, transferable technologies and the Bronze Age world-system: a view from the northeastern frontier of the Ancient Near East”. In: ROWLANDS, M., LARSEN, M. & KRISTIANSEN, K. (Edits.). *Center and Periphery in the Ancient World*. Cambridge: The Cambridge University Press, 1987.
- LELLO, Glenn. “Thutmose III’s First Lunar Date”. *The Journal of Near Eastern Studies*, Vol. 37. Chicago: The Chicago University Press, Out. 1978. pp. 327-330.
- LICHTHEIM, Miriam (Edit. e Trad.). *Ancient Egyptian Literature. Vol. 2: The New Kingdom*. Los Angeles: University of California Press, 1976.
- LIVERANI, Mario. “Collapse of the Near Eastern Regional System”. In: ROWLANDS, M., LARSEN, M. e KRISTIANSEN, K. *Center and Periphery in the Ancient World*. Cambridge: The Cambridge University Press, 1987. pp. 66-73.
- \_\_\_\_\_. *Le Lettere di el-Amarna*. Brescia: Paidéia Editrice, 1999.

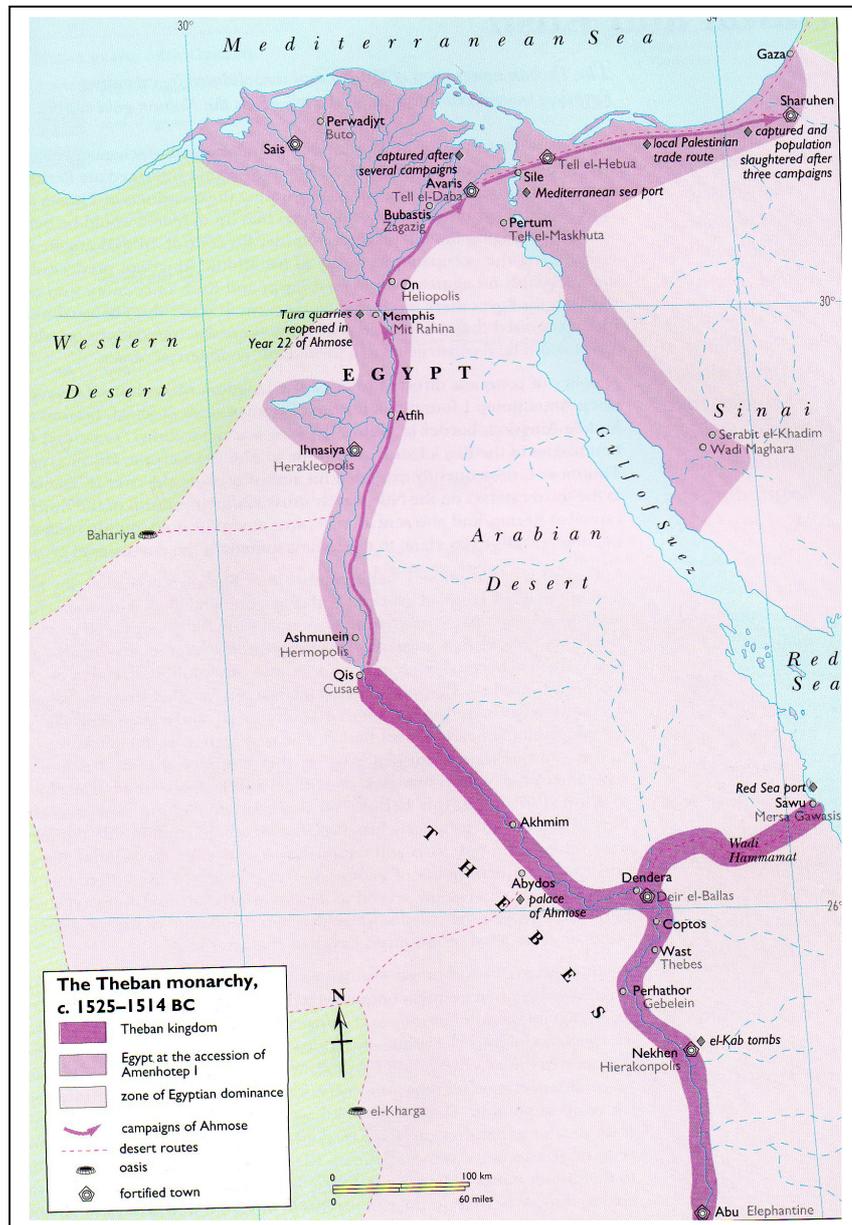
- LORTON, David. "Terminology Related to the Laws of Warfare in Dyn. XVIII". *Journal of the American Research Center in Egypt*. Vol. 11. American Research Center in Egypt, 1974. pp. 53-68.
- MANLEY, Bill. *The Penguin Historical Atlas of Ancient Egypt*. London: Penguin Books, 1996.
- MANN, Michael. *The sources of social power*. Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- MARX, Karl. "Prefácio à 'Contribuição à Crítica da Economia Política'". In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos*. Vol. III. São Paulo: Edições Sociais, 1977. pp. 300-303.
- \_\_\_\_\_. & ENGELS, Friedrich. *Textos*. Vol. III. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Tradução e Introdução de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a Dádiva". In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Consacnaify, 2003. pp. 67-94.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Consacnaify, 2003.
- MORAN, William I. (Trad. e Edit.) *The Amarna Letters*. London: Johns Hopkins University Press, 1992.
- MORKOT, Robert G. "Nubia in New Kingdom: The Limits of Egyptian Control." In: DAVIES, W. D. (Edit.). *Egypt in Africa. Nubia from Prehistory to Islam*. London: British Museum Press, 1991. pp. 294-301
- \_\_\_\_\_. "Egypt and Nubia". In: ALCOCK, Susan (Edit.). *Empires*. Cambridge: The Cambridge University Press, 2001. pp. 229-251.
- MURNANE, William J. "Rhetorical History? The Beginning of Thutmose III's First Campaign in Western Asia". *Journal of the American Research Center in Egypt*, vol. 26. American Research Center in Egypt, 1989. pp. 183-189.
- NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- NEDERHOF, Mark-Jan. (Trad.). *Semneh stela marking southern boundary under Sesostri III*. Disponível <http://www.cs.st-andrews.ac.uk/~mjn/egyptian/texts/corpus/pdf/FirstSemnehSesostriIII.pdf>
- NEWBY, P. H. Warrior Pharaohs. *The Rise and Fall of The Egyptian Empire*. London & Boston: Faber and Faber, 1980.

- PELLINI, José Roberto. *Arqueologia Espacial e as Esferas de Troca: Um Estudo do Sistema Econômico Egípcio durante o Novo Império*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2005.
- O'CONNOR, David. "The City and The World: Worldview and Built Forms in the Reign of Amenhotep III". In: \_\_\_\_\_ & CLINE, Eric H. *Amenhotep III: Perspectives on His Reign*. Michigan: The University of Michigan Press, 1998. pp. 125- 172.
- \_\_\_\_\_, CLINE, Eric H. *Amenhotep III: Perspectives on His Reign*. Michigan: The University of Michigan Press, 1998.
- PARKER, Richard. "The Lunar Dates of Thutmose III and Ramesses II". *The Journal of Near Eastern Studies*, Vol. 16. Chicago: The University of Chicago Press, Jan. 1957. pp. 39-43.
- POLANYI, Karl. "La Economía como Actividad Institucionalizada". In: POLANYI, K., ARENSBERG, C. & PEARSON, H (Dir.). *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitas, 1976. pp. 289-316.
- \_\_\_\_\_, ARENSBERG, C. & PEARSON, H (Dir.). *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitas, 1976.
- POSTONE, Moishe. *Capital and Historical Change*. Artigo apresentado na conferência "Marxian Horizons: Critical Social Theory for the 21st Century" na Cornell University (Ithaca, NY), em 13 de março de 2004 e disponível em <http://www.countdownnet.info/archivio/teoria/321.pdf>.
- RAMPINELLI, Waldir José. Imperialismo: ele ainda existe? *História e Luta de Classes*, n. 5, Abril, 2008, p. 95.
- REDE, Marcelo. *Família e Patrimônio na Antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- REDFORD, Donald. *Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- ROWLANDS, Michael. "Center and Periphery: a Review of a Concept". In: \_\_\_\_\_, LARSEN, M. & KRISTIANSEN, K. (Edit.). *Center and Periphery in the Ancient World*. Cambridge: The Cambridge University Press, 1987. pp. 1-11.
- \_\_\_\_\_, LARSEN, M. & KRISTIANSEN, K. (Edit.). *Center and Periphery in the Ancient World*. Cambridge: The Cambridge University Press, 1987.
- SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. "A Buhen Stela from the Second Intermediate Period". In: *The Journal of Egyptian Archaeology*. Vol. 35. Egyptian Exploration Society. Dezembro, 1949.

- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidney J. (Coord.). *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- SIMPSON, William Kelly. *Heka-Nefer and the Dynastic Material from Toshka and Arminna*. New Haven and Philadelphia: The Pennsylvania-Yale Expedition to Egypt, 1963.
- SINOPOLI, Carla. "Imperial Integration and Imperial Subjects". In: ALCOCK, Susan (Edit). *Empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. pp. 195-200.
- SHAW, Ian (Org.). *The Oxford History of Ancient Egypt*. New York: Oxford University Press, 2000.
- SMITH, Stuart T. *Askut in Núbia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millenium B.C.*. London: Kegan Paul International, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Wretched Kush. Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. New York: Routledge, 2003.
- SPALINGER, Anthony. "A Critical Analysis of the 'Annals' of Thutmose III (*Stücke V-VI*)". *Journal of American Research Center in Egypt*, Vol. 14 American Research Center in Egypt, 1977. pp. 41-54.
- \_\_\_\_\_. *Aspects of the Military Documents of the Ancient Egyptians*. New Haven and London: Yale University Press, 1982.
- \_\_\_\_\_. *War in Ancient Egypt*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- TAVARES, António Augusto. *Impérios e Propaganda na Antiguidade*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- TAYLOR, John. *Death and Afterlife in Ancient Egypt*. London: The British Museum Press, 2001. p.153.
- THOMPSON, Edward P. *Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.
- \_\_\_\_\_. "Algumas Observações Sobre Classe e 'Falsa Consciência'". In: \_\_\_\_\_. *Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001. pp. 269-281.
- \_\_\_\_\_. "Modos de Dominação e Revoluções na Inglaterra". In: \_\_\_\_\_. *Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001. pp. 203 -225.
- TRIGGER, Bruce. "Kerma: Rise of an African Civilization". In: *The International Journal of African Historical Studies*. Vol. 9. No. 1. Boston: Boston University African Studies Center, 1976. pp. 1-21.

- WALLERSTEIN, Immanuel. *The World-System. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Vol. I. New York: Academic Press, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2001.
- WENTE, Edward. "Thutmose III's Accension and the Beginning of the New Kingdom". *The Journal of Near Eastern Studies*, Vol. 34. Chicago: The University of Chicago Press, Oct. 1975. pp. 265-272.
- WILSON, John. *The Burden of Egypt*. Chicago: The University of Chicago Press, 1951. pp. 167-174.
- ZACCAGNINI, Carlo. *Lo Scambio dei Doni nel Vicino Oriente Durante I Secoli XV-XIII*. Roma: Centro per Le Antichità e La Storia Dell'Arte Del Vicino Oriente, 1973.
- \_\_\_\_\_. "Aspects of Ceremonial Exchange in the Near East during the late second millennium BC". In: ROWLANDS, M., LARSEN, M. & KRISTIANSEN, K. (Edit.). *Center and Periphery in the Ancient World*. Cambridge: The Cambridge University Press, 1987. pp. 57-65.

## Apêndice – Mapas



**Ilustração 11: A situação do Egito no princípio do Reino Novo**

Referência: MANLEY, Bill. *The Penguin Historical Atlas of Ancient Egypt*. London: Penguin Books, 1996. p. 67.



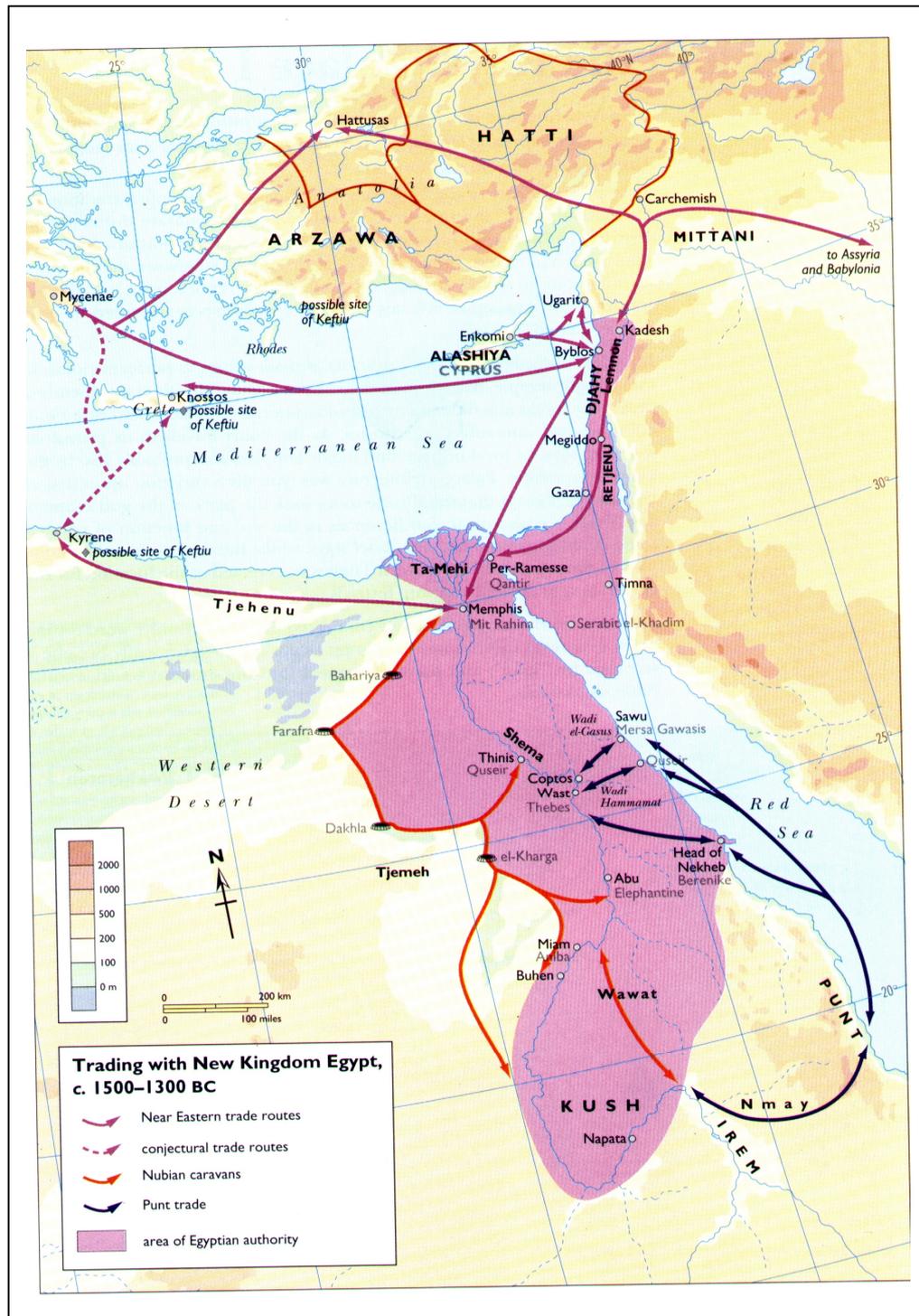
**Ilustração 12: Egito na Síria e a Batalha de Megiddo**

**Referência:** MANLEY, Bill. *The Penguin Historical Atlas of Ancient Egypt*. London: Penguin Books, 1996. p. 71.



**Ilustração 13: Influência Egípcia na Síria-Palestina na XVIIIª Dinastia**

**Referência:** MANLEY, Bill. *The Penguin Historical Atlas of Ancient Egypt*. London: Penguin Books, 1996. p. 73.



**Ilustração 14: Esfera de Influência Egípcia na Trocas durante a XVIIIª Dinastia**  
**Referência:** MANLEY, Bill. *The Penguin Historical Atlas of Ancient Egypt*. London: Penguin Books, 1996. p. 75.



**Ilustração 15: O Oriente Próximo das Cartas de Amarna**

**Referência:** MANLEY, Bill. *The Penguin Historical Atlas of Ancient Egypt*. London: Penguin Books, 1996. p. 81.